



*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO

GILSON ANDRADE DO NASCIMENTO

**UM ESTUDO SOBRE EXCLUSÃO SOCIAL NAS CAPITALS DO
NORDESTE BRASILEIRO**

MACEIÓ

2011



Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

ANDRADE DO NASCIMENTO

UM ESTUDO SOBRE EXCLUSÃO SOCIAL NAS CAPITALS DO NORDESTE BRASILEIRO

Dissertação de Mestrado apresentada à
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Federal de Alagoas, como
requisito final para a obtenção do título de
Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Flávio Antonio Miranda de Souza

MACEIÓ

2011

**Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

N244u Nascimento, Gilson Andrade do.
Um estudo sobre exclusão social nas capitais do nordeste brasileiro / Gilson
Andrade do Nascimento. ó 2011.
120 f. : il. color.

Orientador: Flávio Antonio Miranda de Souza.
Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo : Dinâmicas do Espaço
Habitado) ó Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo. Maceió, 2009.

Bibliografia: f. 115-120.

1. Habitação ó Nordeste (Brasil). 2. Metrópolis. 3. Exclusão social ó Índice.
4. Desigualdade social. 5. Poder. I. Título.

CDU: 728.1(812/813)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO

DISSERTAÇÃO

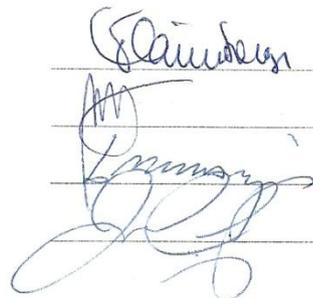
**UM ESTUDO SOBRE EXCLUSÃO SOCIAL NAS CAPITALS DO
NORDESTE BRASILEIRO**

APRESENTADA PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE
EM ARQUITETURA E URBANISMO

Aprovado em 14/03/2011

BANCA EXAMINADORA

Prof. Flávio Antonio Mirando de Souza	UFPE
Prof. Augusto Aragão de Albuquerque	UFAL
Prof. Lindemberg Medeiros de Araújo	UFAL
Prof. José Marcos Pinto da Cunha	UNICAMP



MACEIÓ
2011



Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

Agradecimentos

Primeiramente agradeço aos meus pais, Gilson Ferreira e Ana Lúzia, por tudo.

Ao meu irmão, Thiago José, pela compreensão.

Ao meu orientador Prof. Flávio de Souza (UFPE) e à sua esposa Prof^ª. Ana Cláudia (UFPE), pelo aprendizado, paciência e confiança por todos esses anos.

Aos professores José Marcos (UNICAMP), Lindemberg Medeiros (UFAL) e Augusto Aragão (UFAL) por suas valiosas contribuições na banca examinadora.

Ao Grupo de Estudos de Problemas Urbanos, bem como a todos que por ele passaram e ofertaram suas valiosas contribuições e companhias.

Aos amigos Anderson, Filipe, Gustavo, Paulo e Ricardo (Kaporg, Golfs, Kgs, Plits e Mombs, respectivamente) pelos momentos de descontração.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Alagoas pela bolsa de estudos.

*You shout in your sleep.
Perhaps the price is just too steep.
Is your conscience at rest
If once put to the test?
You awake with a start
To just the beating of your heart.
Just one man beneath the sky,
Just two ears, just two eyes.*

*You set sail across the sea
Of long past thoughts and memories.
Childhood's end, your fantasies
Merge with harsh realities.
And then as the sail is hoist,
You find your eyes are growing moist.
All the fears never voiced
Say you have to make your final choice.*

*Who are you and who am I
To say we know the reason why?
Some are born; some men die
Beneath one infinite sky.
There'll be war, there'll be peace.
But everything one day will cease.
All the iron turned to rust;
All the proud men turned to dust.
And so all things, time will mend.
So this song will end.*

*Pink Floyd
Childhood's End*

RESUMO

A sociedade baseada no modo de produção capitalista tem se mostrado excludente, assim como afirmou Marx em meados do Século XIX, e verifica-se que um grande contingente da população encontra-se privado de vários direitos intimamente ligados às obrigações do Estado. Considerando o fenômeno da exclusão social como resultado da redistribuição espacial das cidades, da privação aos acessos aos serviços urbanos e das concentrações de renda extrema, este trabalho se propôs a elaborar, aplicar e analisar comparativamente índices de exclusão social em seis capitais do Nordeste brasileiro, sendo três classificadas pelo IBGE como integrantes de metrópoles regionais, e três como capitais regionais de nível A, com o intuito de identificar aspectos comuns ou diferenciados quanto à espacialização da exclusão social entre essas capitais. Este trabalho utilizou metodologia baseada nos trabalhos de Pochmann e Amorim (2003) para a elaboração de índices de exclusão social, e para isso fez uso dos resultados obtidos pelo Censo Demográfico 2000 realizado pelo IBGE. Os índices criados foram espacializados na malha digital das seis capitais nordestinas, utilizando-se como menor unidade de análise o setor censitário. A espacialização dos índices compostos de exclusão social mostrou que as capitais nordestinas apresentam um elevado grau de desigualdade que não se revela somente na dimensão econômica, mas está presente em relação aos acessos aos serviços públicos, moradia digna e educação. Este trabalho verificou que, apesar da heterogeneização das realidades em macro escala, há, numa escala intra-regional, uma homogeneização dos níveis de desigualdade e exclusão social expressos principalmente pela padronização da concentração de renda e conseqüente exclusão da maioria dos indivíduos dos acessos aos serviços públicos. O Estado tem um papel preponderante para que se encontre uma solução quanto à situação de exclusão social. Não se pode considerar o papel do Estado como sendo de apenas amenizar os conflitos. O papel do Estado deve ser encarado como o de assumir prioridades claras no sentido dos interesses da coletividade.

Palavras-chave: Habitação ó Nordeste (Brasil). Metrópoles. Exclusão social ó Índice. Desigualdade social. Poder.



PDF
Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

ABSTRACT

A society based on capitalist mode of production has been shown to be exclusionary, as Marx said in the mid-nineteenth century, and it appears that a large contingent of the population is deprived of various rights closely tied to government bonds. Considering the phenomenon of social exclusion as a result of spatial redistribution of cities, from deprivation to access to urban services and extreme concentration of income, this study proposed to develop, implement and analyze compared rates of social exclusion in six capitals of the Brazilian Northeast, being classified by the IBGE as three as members of regional cities, and three regional capitals as level A, in order to identify commonalities or varied in relation to the spatial distribution of social exclusion among these capitals. This study used a methodology based on the work of Pochmann and Amorim (2003) for the development of indexes of social exclusion, and it made use of the results obtained by the 2000 Population Census conducted by the IBGE. The indexes were created in spatially digital network of the six capitals of the Northeast, using as the smallest unit of census tract analysis. The spatial distribution of the composite indexes of social exclusion showed that the northeast capitals exhibit a high degree of inequality that doesn't appear only in economic terms, but is present in relation to access to public services, decent housing and education. This study found that despite the heterogeneity of the realities on the macro scale, there is intra-regional scale, a homogenization of levels of inequality and social exclusion primarily expressed by the standardization of concentration of income and the consequent exclusion of most individuals of access to services public. The state has a role to finding a solution to the situation of social exclusion. Can't consider the role of the state as only mitigate the conflicts. The state's role should be seen as the clear priorities to take towards the interests of the community.

Keywords: Housing - (Northeast Brazil). Metropolises. Social exclusion - Index. Social inequality. Power.

ISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Apresentação das características das cidades em estudo.....	37
Tabela 2 - Evolução do PIB a preços correntes das cidades nordestinas estudadas entre 2003 e 2008.....	37
Tabela 3 - Intensidade da Pobreza nas capitais nordestinas para os anos de 1991 e 2000.....	38
Tabela 4 - Evolução da população residente entre os anos de 1991 e 2010.	39
Tabela 5 - Rendimento dos décimos mais rico e mais pobre das capitais metropolitanas nordestinas.	62
Tabela 6 - Rendimento dos décimos mais rico e mais pobre das capitais regionais.	64
Tabela 7 - Dados sobre a alfabetização da população nas capitais metropolitanas nordestinas.....	66
Tabela 8 - Dados sobre a alfabetização dos chefes de família nas capitais metropolitanas nordestinas.....	67
Tabela 9 - Dados sobre a alfabetização da população nas capitais regionais	69
Tabela 10 - Dados sobre a alfabetização dos chefes de família nas capitais regionais	69
Tabela 11 - Distribuição dos serviços públicos nas capitais estudadas.	72
Tabela 12 - Resumo da densidade domiciliar	77
Tabela 14 - Resumo quantitativo do índice composto de exclusão social capitais metropolitanas nordestinas.....	85
Tabela 15 - Resumo quantitativo do índice composto de exclusão social nas capitais regionais.	91

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização das capitais nordestinas selecionadas para a análise.....	36
Figura 2 - Distribuição dos 10% mais ricos e 10% mais pobres em Recife-PE.....	63
Figura 3 - Distribuição dos 10% mais ricos e 10% mais pobres em Maceió-AL.	65
Figura 4 - Espacialização do índice de conhecimento em Salvador-BA	68
Figura 5 - Espacialização do índice de conhecimento em Natal-RN.	70
Figura 6 - Índice de serviços espacializado na malha urbana de Fortaleza-CE.	74
Figura 7 - Índice de serviços espacializado na malha urbana de João Pessoa-PB.	75
Figura 8 - Espacialização do indicador de densidade domiciliar na cidade de Maceió-AL.	78
Figura 9 - Diagrama de construção do índice composto de exclusão social.....	79
Figura 10 - Espacialização do índice composto de exclusão social em Salvador-BA	80
Figura 11 - Espacialização do índice composto de exclusão social em Fortaleza-CE	82
Figura 12 - Espacialização do índice composto de exclusão social em Recife-PE	84
Figura 13 - Espacialização do índice composto de exclusão social em João Pessoa-PB.....	86
Figura 14 - Espacialização do índice composto de exclusão social em Maceió-AL.....	88
Figura 15 - Espacialização do índice composto de exclusão social em Natal-RN.....	90

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Contextualização do Problema	12
Relevância do Trabalho.....	14
Objetivos	16
Metodologia.....	16
Delimitação do Estudo	18
Estrutura da Dissertação.....	18
1 A EXCLUSÃO SOCIAL	20
1.1 O termo exclusão social na história	20
1.2 O debate internacional sobre exclusão.....	22
1.3 Exclusão e marginalidade	24
1.4 A exclusão social no Brasil.....	26
1.4.1 O conceito de exclusão social adotado neste trabalho.....	29
1.5 O papel do Estado e a elaboração de políticas sociais	29
1.6 Conclusão	32
2 CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO NORDESTINO E OS ESTUDOS DE CASO	33
2.1 Contextualização do desenvolvimento no nordeste brasileiro	33
2.2 As capitais do nordeste brasileiro selecionadas para o trabalho	34
2.3 A capital metropolitana, Salvador-BA.....	39
2.4 A capital metropolitana, Fortaleza-CE	41
2.5 A capital metropolitana, Recife-PE	42
2.6 A capital regional, Maceió-AL.....	43
2.7 A capital regional, João Pessoa-PB	44
2.8 A capital regional, Natal-RN.....	45
2.9 Conclusão	46

.....	47
..... lico.....	47
3.2 Indicadores como ferramentas de espacialização	48
3.2.1 O Índice de Desenvolvimento Humano.....	49
3.2.2 O Índice de Gini.....	50
3.2.3 O Atlas da Exclusão Social no Brasil.....	51
3.3 Metodologia utilizada no trabalho	52
3.3.1 As etapas do trabalho	53
3.3.2 Origem dos dados.....	53
3.3.3 Tratamento dos dados.....	54
3.3.4 Análises estatísticas.....	56
3.3.5 Criação do índice de exclusão social.....	56
3.3.6 Produção dos mapas temáticos	58
3.4 Conclusão	59
4 RESULTADOS OBTIDOS.....	60
4.1 Apresentação dos índices criados para as capitais nordestinas	60
4.1.1 Distribuição de renda.....	61
4.1.2 Conhecimento	66
4.1.3 Serviços públicos	71
4.1.4 Densidade domiciliar.....	76
4.2 Apresentação da exclusão social nas capitais do nordeste brasileiro	79
4.2.1 A exclusão social nas capitais metropolitanas	80
4.2.2 A exclusão social nas capitais regionais.....	86
4.3 Conclusão	92
5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	93
5.1 Introdução	93
5.2 Discussão sobre os resultados obtidos com a espacialização dos índices	94
5.2.1 Avaliação da distribuição de renda	94

.....	95
..... licos	96
5.2.4 Avaliação da densidade domiciliar	97
5.2.5 Avaliação da exclusão social	98
5.3 Conclusão	101
6 CONCLUSÃO.....	102
6.1 Principais considerações feitas ao longo do trabalho	102
6.2 Limitações	104
6.3 Recomendações para trabalhos futuros.....	105
6.4 Conclusões	105
REFERÊNCIAS	107

Esta introdução apresenta as diversas partes percorridas para a produção da dissertação. Em primeiro lugar pretende-se contextualizar o problema na realidade estudada. Posteriormente, apresenta-se a relevância do estudo, seguida dos objetivos desta dissertação e da metodologia empregada. Finalmente, a estrutura do trabalho é apresentada.

Contextualização do Problema

A sociedade baseada no modo de produção capitalista tem se mostrado excludente, assim como afirmou Marx em meados do Século XIX. Diante disso, verifica-se que um grande contingente da população encontra-se privado de vários direitos intimamente ligados às obrigações do Estado, e tais privações podem ser resultados de processos que excluíram setores devido a mudanças sociais, econômicas ou políticas (REIS e SCHWARTZMAN, 2004).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 reservou o seu Art. 6º para versar sobre os direitos sociais: *“São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”*. Uma emenda constitucional no ano 2000 acrescentou a moradia como direito social. Tais direitos consubstanciam importantes prestações a serem oferecidas pelo Estado para que seja garantido um dos princípios fundamentais seguidos pela Carta Magna, a dignidade da pessoa humana. No entanto, o oferecimento integral e isonômico de tais prestações e garantias está limitado pelo que a disciplina do Direito chama de Reserva do Possível, pelo qual, mesmo este artigo tendo valor jurídico e eficácia indiscutível, o Poder Público encontra-se restrito a cumprir o que o seu orçamento permite. Em contrapartida, a Teoria do Mínimo Existencial obriga o Estado a fazer o possível para dar o mínimo necessário a fim de garantir a dignidade da pessoa humana. No entanto, a maioria dos estudos realizados acerca da efetivação de tais direitos verifica que um grande contingente da população encontra-se excluído da prestação de suas benfeitorias, ou sendo servido de forma insuficiente.

prestação ou prestação insuficiente de tais direitos sob a forma de exclusão social têm recebido grande visibilidade tanto nacional quanto internacionalmente e vêm sendo amplamente discutidos, principalmente no que se refere às questões de acesso à terra urbana para moradia como uma questão de redistribuição sócio-espacial das cidades (CASTELLS, 1974; GORDILLO-SOUZA, 2000; HARVEY, 1973; MOURA, 2003; SAULE JR., 1999).

No Brasil, debater sobre exclusão social significa demarcar que a análise se dará em uma sociedade colonizada, que teve início já com um conceito discriminador entre colonizador e colonizado. Durante seus primeiros anos, ser trazido para a colônia era um castigo de degradação para alguns portugueses. O Brasil, portanto, desde o período colonial caracteriza-se como um território de segregação e exploração de riquezas, é claro, para os comerciantes e espoliadores (SPOSATI, 1999).

Nesse contexto, um aspecto fundamental para a caracterização deste problema na atualidade refere-se ao fato de que as metrópoles concentram um maior número de indivíduos abaixo da linha da pobreza (RIBEIRO, 2004), entretanto, tal fenômeno não caracteriza uma exclusividade dessas cidades, uma vez que em aglomerados urbanos tal fenômeno pode ser encontrado onde há altas concentrações de indivíduos abaixo dessa linha, e uma polarização de concentração de renda em grupos que representam cada vez mais uma menor parcela da população. Este estudo investiga tal fenômeno a partir de estudos de caso de capitais do nordeste brasileiro com diferentes contingentes populacionais para verificar as diferenças e semelhanças quanto aos níveis de exclusão social apresentados.

A globalização vem contribuindo para a ampliação das desigualdades sob diversas formas (POCHMANN e AMORIM, 2003), dentre elas, quanto às áreas urbanas e seus territórios.

Estudos realizados nas últimas décadas verificaram que a parcela da renda pertencente aos 10% mais ricos na América Latina aumentou consideravelmente, enquanto que os 10% mais pobres estão ainda mais pobres, explicitando uma ampliação as desigualdades já existentes. Segundo levantamento, no Brasil, os 10% mais ricos concentram 75% da riqueza e da renda nacional (IPEA, 2008).

A concentração de renda nas cidades brasileiras vem atingindo índices muito altos. Em 2001, o problema chegou a ser tão intenso que o índice P90/P10 (10% mais ricos e 10% mais pobres) chegou a 68, o que significa que para cada Dólar que alguém dentre os 10% mais pobres recebe, um representante dos 10% mais ricos recebe 68 (ONU, 2001). Em 2007, o

base nos dados da *Pesquisa de Orçamentos Familiares* dos anos de 2002 e 2003, que investigou 48,5 milhões de famílias, afirmou que as despesas de 5 milhões de famílias com renda mais elevada (igual ou superior a R\$ 3.875,78) do país são dez vezes maiores do que os gastos de 20 milhões de famílias mais pobres (até R\$ 758,25). A comparação da desigualdade na distribuição de renda nas diferentes cidades pode ajudar a compreender o fenômeno da exclusão social em cidades que apresentem realidades diferentes quanto à participação na economia e na distribuição do território urbano, e este estudo realiza tal comparação.

Relevância do Trabalho

Como mostra o *Atlas da Exclusão Social no Brasil* (POCHMANN e AMORIM, 2003), é possível constatar a presença da exclusão social em todas as regiões do Brasil, sendo a região nordeste apontada como a detentora dos piores índices de desigualdade da Federação. O estado de Alagoas, por exemplo, tem sido mencionado como o que abriga a pior situação de desigualdade do país, como no estudo *Perfil das Despesas no Brasil ó Indicadores Seleccionados* (IBGE, 2007) que afirmou serem as despesas dos 10% mais ricos 15,6 vezes maiores do que as dos 40% mais pobres em Alagoas.

Tem-se um cenário preocupante onde existe uma parcela cada vez maior da população excluída da possibilidade de exercer, com o mínimo de qualidade, os direitos elencados no Art. 6º e outros da Constituição de 1988. Tal cenário é acentuado por essa população não parecer ser alvo prioritário de políticas públicas que visem à melhoria de sua condição social.

Com essa situação, torna-se imprescindível que as autoridades responsáveis direcionem ações que visem reduzir a situação de exclusão social existente. No entanto, é um desafio de grandes proporções para o poder público conseguir incluir a parcela mais necessitada em políticas específicas, pois grande parte dos municípios não dispõe de informações sobre a exclusão em seu território, bem como de metodologia e pessoal capacitado a realizar esse tipo de trabalho.

A região nordeste do Brasil possui carência em estudos socioeconômicos e demográficos que auxiliariam no direcionamento de políticas públicas voltadas a melhoria da situação social. Com isso, torna-se relevante realizar estudos comparativos entre suas cidades,

de e nível de influência regional diferentes, a fim de aferir como a exclusão social se apresenta em seus tecidos urbanos.

Sendo assim, este trabalho investiga o fenômeno da exclusão nas capitais nordestinas para identificar suas diferenças e semelhanças quanto à exclusão social. Para isso, este trabalho propôs-se a verificar se o padrão de espacialização da exclusão social encontrado em metrópoles com influência na macrorregião onde se situam é observado também em capitais menores com influência limitada ao seu estado ou, ao máximo, a estados limítrofes.

Com isso, foram selecionadas três capitais classificadas pelo IBGE (2008) como integrantes de metrópoles, podendo ser consideradas seus núcleos, Salvador-BA, Fortaleza-CE, Recife-PE, e três capitais regionais de nível A, Maceió-AL, João Pessoa-PB e Natal-RN, com o intuito de identificar aspectos comuns ou diferenciados quanto à espacialização da exclusão social entre essas capitais.

Segundo Ribeiro (2004), as metrópoles concentram um maior número de indivíduos abaixo da linha da pobreza, entretanto, tal fenômeno não caracteriza uma exclusividade dessas cidades, uma vez que em cidades de menor porte tal fenômeno é encontrado havendo altas concentrações de indivíduos abaixo dessa linha e uma polarização de concentração de renda em grupos que representam cada vez mais, uma menor parcela da população.

Deficiências quanto à infra-estrutura, distribuição de renda, educação e mercado formal de terras têm se mostrado presentes nas grandes metrópoles, problemas esses influenciados pelo fato dessas áreas serem pólos de atração populacional, geralmente de pessoas vindas de outras cidades em busca de melhores condições de habitação, trabalho e renda. No entanto, capitais de menor porte e influência regional também são pólos de atração para a população de cidades vizinhas que migram com os mesmos objetivos. A relevância deste estudo consiste numa investigação sistemática sobre a exclusão social, com o intuito de verificar como as grandes e pequenas capitais nordestinas se apresentam em relação à configuração da exclusão social. Com isso, se pretende construir mais conhecimento sobre áreas do nordeste que, via de regra, apresentam carência de estudos socioeconômicos e demográficos.

Este trabalho tem por objetivo principal elaborar, aplicar e analisar comparativamente indicadores de exclusão social em seis capitais do nordeste brasileiro, sendo três classificadas pelo IBGE como integrantes de metrópoles regionais, e três como capitais regionais de nível A, com o intuito de identificar aspectos comuns ou diferenciados quanto à espacialização da exclusão social entre essas capitais.

Ainda é composto pelos seguintes objetivos específicos:

- Revisar literatura acerca da exclusão social, papel do Estado e políticas públicas;
- Revisar os dados socioeconômicos com base no Censo 2000 para os Setores Censitários (IBGE, 2000) das capitais nordestinas;
- Desenvolver os indicadores de exclusão social nas cidades em estudo;
- Espacializar os índices na base digital das áreas urbanas das cidades;
- Gerar resultados comparativos sobre a exclusão social entre as capitais integrantes de metrópoles regionais e as capitais regionais de nível A estudadas.
- Investigar as implicações de políticas públicas de tais distribuições social, econômica e espacial.

Metodologia

A dissertação dá continuidade aos estudos desenvolvidos por NASCIMENTO, HOLANDA e DE SOUZA (2004) e NASCIMENTO e DE SOUZA (2004, 2005, 2006 e 2007) sobre temas referentes à habitação, regularização fundiária, exclusão social e espacialização da pobreza nas cidades alagoanas. Dentre estes estudos, faz-se referência aos trabalhos sobre a espacialização da exclusão social em Maceió, Palmeira dos Índios, Rio Largo, Penedo e União dos Palmares, com bolsa PIBIC/CNPq.

Neste trabalho, são utilizadas metodologias diversas aplicadas nos estudos anteriores, buscando aperfeiçoá-las para reunir dados significativos com o intuito de mensurar a exclusão

real situação encontrada nas capitais nordestinas. São utilizados para isso dados de atributos, assim como dados espaciais: imagens de satélites, fotografias, base cartográfica digital e mapas locais analógicos visando à integração dos mesmos.

Esta pesquisa investiga questões socioespaciais para compreender a desigualdade e a exclusão social nas capitais nordestinas. Considerando ser a criação e uso de indicadores sociais e capazes de apontar o mapa da exclusão social nas cidades, Pochmann e Amorim (2003) criaram um índice de exclusão composto por vários indicadores que, assim como o IDH, não levavam o fator econômico como base para a análise, mas diversos fatores relacionados à qualidade de vida da população brasileira. Como resultado, obteve uma coletânea de mapas onde se encontrava espacializada a exclusão social no território brasileiro de acordo com as variáveis utilizadas para a construção do índice geral de exclusão. Ao utilizar os trabalhos de Pochmann e Amorim (2003), esta dissertação buscou aplicar metodologia semelhante na investigação da exclusão social no interior das cidades, deixando de lado o município e passando a abordar o setor censitário como menor unidade geográfica analisada.

Os dados secundários utilizados nesta pesquisa têm como base os números do IBGE para os Setores Censitários coletados durante o Censo Demográfico 2000, pois até a conclusão deste trabalho ainda não tinha sido liberado ao público o resultado do Censo Demográfico realizado em 2010.

Para o tratamento inicial dos dados, tais informações sobre as cidades foram previamente analisadas através do software ESTATCART do IBGE, para depois serem realizadas análises estatísticas através do software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) para Windows.

Neste trabalho, foram analisados indicadores de distribuição dos acessos aos serviços públicos nas cidades em estudo para possibilitar a análise da distribuição socioespacial da habitação e de seus moradores, assim como foi realizado durante a pesquisa *Indicadores de exclusão habitacional: um estudo sobre a espacialização da pobreza em Palmeira dos Índios, Penedo, Rio Largo e União dos Palmares* por Nascimento e De Souza (2006).

A partir desta análise foram confeccionados mapas temáticos onde se tornam visíveis as áreas em que há uma carência de serviços públicos, o que indicaria uma necessidade por presença do poder público e de suas ações.

auxílio do programa ESTATCART do IBGE, bem como com o programa TERRAVIEW do INPE de distribuição gratuita.

Delimitação do Estudo

Este trabalho considera o fenômeno da produção da exclusão social a partir da perspectiva das práticas urbanas (CASTELLS, 2000) e, portanto considera essa exclusão como resultado da redistribuição espacial das cidades, da privação aos acessos aos serviços urbanos e das concentrações de renda extrema.

Partindo do pressuposto de que o nordeste brasileiro vem apresentando os piores índices de exclusão social (POCHMANN e AMORIM, 2003), decidiu-se estudar suas capitais para compreender como essa exclusão se espacializa em cidades nordestinas que possuem população e rendimento nominal mensal distintos.

As cidades de Salvador-BA, Fortaleza-CE, Recife-PE, Maceió-AL, João Pessoa-PB e Natal-RN foram selecionadas dentre as capitais nordestinas. Utilizou-se para a seleção a classificação da rede urbana brasileira elaborada pelo IBGE em 2008, e que abrange variáveis como tamanho e importância das cidades.

Essas cidades foram analisadas com o intuito de viabilizar ferramentas para a determinação de áreas urbanas que tenham potencial para o desenvolvimento de programas de melhoria nos setores de interesse social.

Estrutura da Dissertação

Esta dissertação encontra-se estruturada em cinco capítulos, que são apresentados de forma sucinta a seguir.

No Capítulo I são apresentados vários conceitos de exclusão social. São considerados discursos de diferentes autores acerca do tema. A seguir, o problema da exclusão é contextualizado no Brasil bem como é feita uma discussão sobre o papel do Estado e políticas públicas.

o como se deu a seleção das cidades a serem estudadas.

Em seguida, apresenta um breve contexto sobre cada estudo de caso, as capitais nordestinas de Salvador-BA, Fortaleza-CE, Recife-PE, Maceió-AL, João Pessoa-PB e Natal-RN.

O Capítulo III relata a metodologia aplicada, e explica o processo de análise dos dados, desde a origem dos mesmos, passando pela análise estatística até a produção dos mapas temáticos apresentados neste trabalho.

O Capítulo IV apresenta os resultados obtidos por este trabalho, através da espacialização dos índices criados, bem como das análises estatísticas realizadas.

No Capítulo V são discutidas as especificidades da exclusão social nas diferentes realidades das capitais nordestinas, relacionando os resultados obtidos ao referencial teórico utilizado neste trabalho.

Finalmente, o Capítulo VI conclui o trabalho fazendo considerações acerca dos objetivos alcançados e das perspectivas para trabalhos futuros.

Este Capítulo tem por objetivo apresentar os conceitos de exclusão social. O termo será apresentado de forma a mostrar que não se trata de um problema novo. Sua utilização em obras é anterior ao Século XIX e a sua presença data dos primórdios da humanidade. No último ponto do Capítulo, o termo exclusão social e seu desenvolvimento será contextualizado para o Brasil, de nosso interesse.

1.1 O termo exclusão social na história

A segunda metade do Século XX foi marcada por uma ascensão da economia mundial, iniciada logo após o fim da segunda grande guerra, que trouxe consigo um novo modelo de sociedade voltado para o que se chamou de Estado Social. Esse novo Estado voltado principalmente ao Bem-Estar Social ou *Welfare State*, tendo como base, principalmente, a universalização da cidadania, prometeu promover a isonomia entre os cidadãos.

Segundo Sposati (1998), a visão de Bem Estar Social foi a alternativa capitalista para a busca da Inclusão Social, enquanto possibilidade virtual e igualdade social. O modo de produção capitalista não permitiu que essa nova visão do social tivesse forças para sobressair-se contra o fenômeno da exclusão social. Conseguiu-se trazer o caráter de igualdade formal, para a maioria das nações, no entanto, a igualdade material manteve-se longe de ser alcançada, havendo ainda um aumento entre as disparidades materiais.

Deste ponto de vista pode-se considerar que o conceito de exclusão social se confronta diretamente com a concepção de universalidade e com ela a dos direitos sociais e da cidadania. A exclusão é a negação da cidadania (SPOSATI, 1999).

Assim a impossibilidade de universalização do emprego bem remunerado é a primeira marcante manifestação de exclusão social sob o capitalismo. O modo de produção capitalista é estruturalmente excludente, e a exclusão é diretamente inerente ao processo de acumulação de capital (SPOSATI, 1998).

mente nos remete à atualidade, onde o fenômeno da exclusão encontra-se impregnado até no senso comum, fazendo-se acreditar ser a exclusão social algo natural do capitalismo, assim como o processo de acumulação.

No entanto, a exclusão social, ou o que atualmente se entende por ela, não é um fato novo na história, tendo surgido muito antes de Karl Marx começar a esboçar sobre a estrutura excludente do modo de produção capitalista. O fato de existir pessoas cobertas por todos os direitos em detrimento de outras com direitos mínimos ou até mesmo, sem direito algum, não é uma peculiaridade recente na história, tal situação pôde ser encontrada na Grécia Antiga, no Império Romano, entre outras civilizações, como afirmou Freund no prefácio do livro de Xiberras (1993).

A busca pelo conceito mais adequado para o termo exclusão social vem sendo objeto de intensas discussões, tanto em nível nacional quanto internacional, na tentativa de suprir a demanda de explicações sobre o que ocorre na nossa atual realidade social. No entanto, essa procura não é algo recente.

O tema da exclusão social nos põe diante de um conjunto grande de incertezas em relação à sociedade contemporânea e à nossa capacidade de sair do abismo de oportunidades entre as classes. É um desses temas que fazem parte de um conjunto (quase que se pode dizer ôsistêmicoö) de categorizações imprecisas hoje em dia utilizadas para definir os aspectos mais problemáticos da sociedade contemporânea no terceiro mundo (MARTINS, 2008).

Originalmente o uso do termo exclusão social geralmente é encontrado em trabalhos nas ciências sociais de origem francesa, sempre dialogando com outras noções como pobreza, marginalidade e *underclass*. Alguns autores consideram como marco inicial da expressão ãexclusão socialö o livro de 1974 ãOs excluídos: um francês sobre dezö, de René Lenoir (SCOREL, 1999). Sabe-se que neste livro, o termo exclusão social não fazia parte da temática central e aparecia poucas vezes ao longo do próprio texto. Sua escolha, inclusive, não foi uma opção do autor, mas sim do editor que em meio a diversos outros títulos para o livro, o selecionou. Esta obra é considerada importante por que pela primeira vez deixa de considerar este fenômeno, agora chamado de ãexcludenteö, como isolado ou com pouca influência sobre o tecido da sociedade, mas sim como algo que cresce a uma velocidade espantosa, abarcando cada vez mais um número maior de pessoas.

Os primeiros usos ãintencionaisö do termo exclusão social datam da década de 1960, principalmente no ensaio ãos divididos do progressoö de Pierre Massí, bem como no livro

idade nas sociedades ocidentais de J. Klanfer. Tais obras remetiam a este tema a idéia de haver uma população que sobrevive às margens do progresso econômico e da partilha dos benefícios da sociedade industrial atual. Exclusão social, neste momento, era sinônimo de inadaptação de qualquer ordem social que atingia os toxicômanos, alcoólatras e outros grupos vulneráveis como os imigrantes muçulmanos cuja integração era precária (PAUGAM, 1996).

Muitos autores de renome internacional como Levitas (2000), Costa (2001) e Burchadt (2000) defendem que este termo foi primeiramente adotado pelo discurso e pela agenda das políticas sociais vigentes, para, a partir disto, ser absorvido pelo discurso político. Seu uso só veio a se tornar relevante para o meio acadêmico com o aumento de sua popularidade e, junto a isto, o entendimento pela necessidade em se reduzir a demanda existente quanto a sua conceituação.

Grandes teóricos que tratam do assunto como Hills, Legrand, e Piachaud (2002), concordam quanto ao universo de interpretações a que este termo se permite, e, principalmente, reconhecem sua importância numa conjuntura social atual onde uma série de mobilizações sociais e políticas se articulam ao redor do tema exclusão social. Portanto, por mais difícil que seja o esforço por uma conceituação adequada, sua importância não permite que seu uso seja banalizado e seus estudos esquecidos.

Na década de 70 a questão da exclusão social começa a ser tratada de uma forma diferente ao que vinha sendo feito. Isso ocorreu ao mesmo tempo em que avançavam nos países centrais os níveis de desemprego, onde ganhou destaque a noção de uma ãnova pobreza que atinge setores anteriormente adaptados, mas que naquele momento se tornaram vítimas de uma conjuntura recessiva.

1.2 O debate internacional sobre exclusão

O conceito de exclusão social foi originalmente pensado na década de 1970 pela via pragmática, como referência aos excluídos ó aqueles que escapam à rede de proteção social (BURCHADT, 2000).

O fato de um indivíduo ser considerado um excluído passou a significar que ele ocupava o mais extremo ponto do processo de marginalização, traduzindo-se no processo de ruptura do

ociedade, gerando uma compreensão ampla da exclusão como processo multidimensional e multifacetado (SPOSATI, 2000).

Martins (2008) considera essa exclusão como um desenraizamento do indivíduo em relação ao seu antigo modo de vida para forçá-lo a incluir-se no sistema capitalista, disponibilizando a única ferramenta que interessa nesse contexto: sua força de trabalho. O fenômeno seria então uma exclusão para inclusão. Os problemas sociais se originariam então não por essa simples exclusão, mas pela demora cada vez maior por parte do Estado de voltar a incluir esses indivíduos na sociedade capitalista.

Diferentemente deste contexto, nos trabalhos de origem britânica a ênfase sobre o assunto recai sobre os aspectos distributivos, o que traz à tona a discussão sobre as diferenças entre o conceito de exclusão social e pobreza.

Levitas (2000) afirma que há nos documentos oficiais, no discurso e nas tentativas de conceituação de exclusão social na Grã-Bretanha, três abordagens distintas e coexistentes. São elas:

- 1 ó O discurso redistributivo, no qual a exclusão é vista como consequência da pobreza;
- 2 ó O discurso de integração social, que associa a exclusão a falta de trabalho pago (e nisso se assemelha ao que afirma Martins (2008));
- 3 ó O discurso moral da subclasse (*moral underclass discourse*), que tem como principal preocupação aquelas que são consideradas as causas morais e culturais da pobreza.

Evidentemente, algumas críticas são feitas a essas abordagens, como por exemplo o reducionismo presente na primeira; a exclusão dos trabalhadores mal-remunerados e daqueles que trabalham excessivamente da segunda; e a recuperação da tradicional e preconceituosa idéia de «classe perigosa» na terceira (LEVITAS, 2000).

Uma definição de exclusão pode ser referida a Weber ao afirmar que Exclusão seria uma forma de enclausuramento/fechamento de um dado grupo para assegurar a si próprio um privilégio ou posição, em detrimento (às custas) de alguns outros grupos através de um processo de subordinação (BURCHADT, Le GRAND e PIACHAUD, 2002). Por exemplo, podem-se citar os casos de proliferação de condomínios fechados e os altos níveis de provisão de serviços públicos, exclusivo para tais moradores.

Segundo PERRET e ROUSTANG (1993) a exclusão social poderia ser considerada sob duas perspectivas, a exclusão econômica (considerando uma faixa salarial de até dois salários

o caso brasileiro, ou até $\frac{1}{2}$ salário per capita), ou seria relativo à exclusão relacional, onde é considerado um corte na faixa de 60% da renda média onde a população encontra-se inserida.

1.3 Exclusão e marginalidade

No Brasil, as desigualdades sociais sempre foram temas presentes nas mesas de discussão. No entanto, no período de 1950 a 1970, o termo mais utilizado para se referir à pobreza, tanto no Brasil como em outros países da América Latina foi a marginalidade.

Na década de 1990, a noção de pobreza ganha novos contornos no Brasil, principalmente influenciada pela grande explosão do desemprego. Para Paugam (1996), isto ocorreu também pelo susto que os franceses tiveram com a crise no período, e, também, por conta da evolução das representações e categorias de análises, neste ponto bastante amadurecidas pelo acúmulo de conhecimento sobre o tema. Tais fatores favoreceram para que houvesse grande difusão sobre a noção de exclusão.

Fassin (1996), realizando um balanço sobre essas análises acerca do tema, distingue duas grandes orientações em seu tratamento: culturalista e estruturalista. Segundo Fassin, a orientação culturalista estaria mais voltada para os traços psicossociais dos indivíduos, o que pode ser identificada, em muitos de seus elementos, como a noção norte-americana de *underclass*.

Gunnar Myrdal utilizou esse termo pela primeira vez em 1962 por que ele queria mostrar que as mudanças na economia americana haviam criado uma classe desprivilegiada de desempregados, desqualificados e trabalhadores temporários que eram cada vez mais excluídos da participação nos benefícios do Estado, e cada vez mais deixavam de senti-lo em suas vidas, ambições e realizações (MYRDAL, 1962). Ao usar esta noção como caracterização das camadas da população em situação miserável e economicamente supérflua, acabou por difundi-la.

Na década de 1970, manifestações como desemprego, dependência de políticas sociais, maternidade fora do casamento e alcoolismo, marcadas como imorais, foram associadas ao que se pode chamar de *ocultura da pobreza* e o termo *underclass* tornou-se sinônimo de pobreza persistente marcada pela indolência, imprevidência e imoralidade. A partir desta

a do indivíduo a partir de dois subgrupos: de um lado, os indivíduos que mereciam ajuda, e do outro, cujos quais sua pobreza podia ser atribuída ao seu próprio comportamento (JENKS, 1992). É importante salientar que apenas a visão culturalista da marginalidade, menos comum no Brasil, se aproxima desta perspectiva. O modo de produção capitalista e suas contradições são os culpados pelas outras orientações sobre a marginalidade (FASSIN, 1996).

Neste ponto, tocante ainda a abrangência do termo, é importante distinguir a abrangência dos termos pobreza e exclusão. No Brasil, o termo exclusão social está relacionado principalmente à situação de pobreza, uma vez que as pessoas nessa condição constituem grupos em exclusão social, porque se encontram em risco pessoal e social, ou seja, excluídas dos acessos aos serviços públicos básicos e direitos sociais (trabalho, educação, saúde, habitação, alimentação). No entanto, os termos não são sinônimos.

Kowarick (1979) faz um balanço sobre as teorias utilizadas a respeito da marginalidade e mostra que baixa qualidade de vida, serviços de saúde precários, péssimas condições de moradia, falta de saneamento básico entre outros, são elementos que quando se mostram presentes a uma parcela da população e a outra não, compreendem uma noção geral de marginalidade. Sendo assim, a marginalidade tem um valor inversamente proporcional aos valores dominantes como desemprego, carência quanto à proteção social, à habitação etc.

Pereira (1984), na década de 1980, mostra que grande parte das definições de marginalidade utilizadas no Brasil aponta para a falta de integração a alguma dimensão da vida social urbana. No entanto, para ele, marginalidade é uma forma específica de incorporação social, compreendendo as formas mais precárias de inserção. O seu indicador principal (primário) utilizado nas análises é a renda-trabalho mínimo, que expressa as baixas oportunidades de salário e emprego (assalariado ou não). Os outros indicadores utilizados (secundários) referem-se a consumo: baixas condições de moradia, higiene, alimentação, acesso aos serviços de saúde, escolarização etc.

Para Paoli (1974), um cidadão em situação de marginalidade é representado por um tipo humano cujo papel é de sobra em relação às estruturas fundamentais da sociedade em que se insere. No caso, as formações capitalistas periféricas (p.145).

Percebe-se em ambas as situações uma relação de funcionalidade entre os grupos marginalizados e o capitalismo. Esta visão não é diferente para Kowarick (1977), que defende

sociedades dependentes desempenham papel de exercício industrial de reserva.

A noção de marginalidade veio sendo abandonada desde a década de 1980, principalmente pela preferência ao uso do que agora se chama *exclusão social*.

1.4 A exclusão social no Brasil

Desde o princípio da colonização que se tem forte no Brasil a presença do sentimento de exclusão social, se não por um conceito, mas pela forma de pensar, uma vez que a própria colônia brasileira era o destino de pessoas castigadas por Portugal que acabavam sendo excluídas da sociedade portuguesa, banidos para o Brasil.

Tratava-se então, desde o início, de um território de segregação (SPOSATI, 1998), onde a exploração de riquezas já se mostrava presente por parte dos comerciantes e espoliadores.

Nesse contexto, a concepção da idéia de exclusão como a perda de algo conquistado é bem anterior ao sentimento de *Bem-Estar Social*, e, conseqüentemente, à busca pela igualdade formal. Na sociedade brasileira, principalmente, a noção de isonomia entre os cidadãos, apesar de expressa na constituição dentre os princípios constitucionais, não foi ainda alcançada na prática, nem pela sociedade, nem pelas práticas do estado, e pode-se considerar um cidadão excluído como alguém privado de sua cidadania (SPOSATI, 2000).

Embora seja algo presente há muito no contexto nacional, os primeiros usos em obras do termo exclusão social são atribuídos a Hélio Jaguaribe, em livro da segunda metade da década de 1980 (Brasil: reforma ou caos). A exclusão social tem como origens as raízes coloniais da sociedade brasileira e é acentuada principalmente pela crise econômica do início da década de 1980.

A noção passa a ser utilizada de modo mais generalizado a partir da década de 1990, principalmente pelas ciências sociais, em muitos casos, com novos significados.

Atualmente é freqüente a utilização deste termo pela mídia, ONGs e questões do governo encarando-o como um problema a ser resolvido. Martins (2008) afirma ser a utilização indiscriminada desse conceito um incômodo conceitual, pois é parte do sistema capitalista

ciais que não forem capilares através da exclusão e do desenraizamento.

No Brasil, um ponto importante a ser destacado é a utilização do termo exclusão social cada vez mais associado à idéia da desigualdade como herança da formação de nossa sociedade.

Fazendo-se um breve histórico sobre os estudos sobre exclusão social no Brasil, é possível notar o quanto este termo foi sendo enriquecido pelos diferentes autores.

A década de 1970 foi dominada pelo conceito de zoneamento urbano, que, ao invés de ampliar benefícios para o conjunto da população, serviu como um instrumento limitador da oferta de moradias ou loteamentos no mercado regular. Esses instrumentos contribuíram decisivamente para a escalada da ilegalidade urbana (GROSTEIN, 2001).

Os trabalhos de Lúcio Kowarick (1979) classificam a parcela da população oimpedida de participar dos benefícios da urbanização. Sobre esta mesma realidade que particiona o espaço urbano em níveis sociais, tem-se com Ermínia Maricato (1979) e Paul Singer (1980) estudos que abordam questões relacionadas à dimensão espacial da desigualdade nas cidades brasileiras através de um mercado excludente e segregador que limita o acesso à cidade e à moradia.

No final da década de 1980, Milton Santos (1987) alerta para o peso do lugar na construção da cidadania e neste peso influenciando a inserção ou exclusão de indivíduos perante a sociedade considerada legal.

Oliveira (1997) analisa a situação de uma forma diferente, verificando os processos de transformação mais recentes graças a inserção externa do Brasil no contexto mundial e seus resultados. Nisso, não cabe mais incluir as massas como produtores nem como consumidores.

Dentro do crescente uso, José de Souza Martins (1997) afirma que a utilização do conceito de exclusão produz e reproduz relações marginais que também cria um universo ideológico no imaginário social, que é, em si mesmo, excludente. O que se vê neste período é um conceito de exclusão sendo rechaçado por conta de uma inclusão precária ou marginal. Ainda, a idéia de exclusão pressupõe uma sociedade acabada, cujo acabamento não é por inteiro acessível a todos. No entanto, essa sociedade acabada não existe em princípio. A sociedade é um processo contínuo de estruturação e desestruturação. O que parece estruturado é recriado

as rupturas, aquilo que se chama exclusão, são reparadas, espontânea e continuamente (MARTINS, 2008).

Em meados da década de 1990, com Sposati (1997), percebe-se um considerável avanço tanto teórico quanto empírico a respeito da exclusão social. Sposati sugere diferentes possibilidades conceituais, associando a elas diferentes possibilidades de se recortá-las empiricamente.

- A exclusão estrutural: causado graças às condições impostas pelo mercado que acaba por excluir boa parte da população do mercado de trabalho, o que origina desigualdade de oportunidades. Este modelo de exclusão está associado a um modelo de desenvolvimento excludente.
- A exclusão absoluta: trata-se da condição de pobreza absoluta de uma grande parcela da população, sendo que para esta classificação leva-se em conta todo tipo de privação, material ou não material.
- A exclusão relativa: classificação utilizada para o tipo de exclusão que expressa os tipos mais baixos de acessos a riqueza social, assim como considera a falta de oportunidades historicamente acessíveis ao ser humano.
- A exclusão de possibilidade de diferenciação: leva em consideração as possibilidades de diferenciação e enquadramento que as regras do convívio estabelecem entre os grupos de uma sociedade, não efetivando o direito de minorias étnicas, sexual, religiosa entre outros.
- A exclusão de representação: caracteriza-se pelo grau de expressividade que uma determinada camada da sociedade tem perante o poder público a fim de expressar suas necessidades, interesses e opiniões.
- A exclusão integrativa: tipo de exclusão presente que perversamente força um segmento da população a permanecer precariamente presente na lógica da acumulação, assim como foi sugerido por Martins (1997).

Como Sposati (1997) mostra, existem diferentes maneiras de se abordar o conceito da exclusão social, sendo, portanto mais importante dirigir os esforços teóricos para, na medida do possível, aproximar o conceito da realidade, alcançando a situação concreta dos indivíduos, famílias e comunidades.

social da atualidade como algo diretamente ligado a concepção de universalidade e com ela a dos direitos sociais e da cidadania. A exclusão é a negação da cidadania (SPOSATI, 1999).

1.4.1 O conceito de exclusão social adotado neste trabalho

Este trabalho interpreta a exclusão social como um fenômeno multidimensional (Dupas, 1999) que extrapola as dimensões da pobreza, vista enquanto renda, sendo diagnosticada através de outras dimensões como as inerentes à saúde, a educação, o lazer, a qualidade ambiental, a política, a economia, etc. Essa forma de entender a exclusão social é defendida por Aldaísa Sposati (2000), que em seu trabalho *Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo 2000* utilizou-se de diversos indicadores preliminares que buscaram abordar as diversas dimensões da exclusão social, consolidados posteriormente em um indicador final.

A exclusão social vista como fenômeno multifacetado, também foi estudada por Pochmann e Amorim (2003) no trabalho *Atlas da exclusão social no Brasil*, no qual foi representada pela impossibilidade do reconhecimento do direito ao acesso a um conjunto de condições e usufruto de bens e serviços, isso como parte do padrão de dignidade humana e vida coletiva solidária a todos os membros de uma sociedade.

1.5 O papel do Estado e a elaboração de políticas sociais

A influência das novas concepções de *Welfare State*, ou Estado de Bem-Estar Social fez surgir uma noção diferente acerca da responsabilidade do Estado frente às necessidades da sociedade, necessidades que antes eram encaradas apenas como pertencentes à esfera da satisfação individual. Agora, tais necessidades são encaradas como coletivas, tendo o Estado como seu principal promotor. Para Hely Lopes Meirelles (1995), a finalidade da Administração é a promoção do bem-estar-social, apontada na Constituição Federal de 1988 como a elaboração e execução de planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social (Art. 21, IX).

o Estado de Direito, também se promoveu um amplo desenvolvimento da própria noção de direitos e garantias individuais e coletivas, bem como dos direitos sociais. Esses direitos, que constituem o núcleo constitucional, são os principais norteadores do papel do Estado frente aos direitos do homem e da coletividade.

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, dentre os seus Princípios Fundamentais encontra-se o respeito pela Dignidade da Pessoa Humana, que para ser alcançada exige da mão pública a prestação dos direitos sociais por ela elencados, tanto no seu Art. 6º quanto em outros, num nível até o mínimo aceitável. É dever do Estado garantir a prática desses direitos através de políticas sociais que priorizem a população excluída, que não é pequena. De acordo com o Índice de Vulnerabilidade Social desenvolvido pela Prefeitura de Belo Horizonte (1996), quase metade da cidade (48%) se encontrava dentro de áreas classificadas como excluídas onde havia deficiência na distribuição de renda, luz, água, transporte, entre outros.

Para Sposati (1987), o Estado tem um papel preponderante para que se encontre uma solução quanto a situação de exclusão. Não se pode considerar o papel do Estado como sendo de apenas amenizar os conflitos, afirmou Saviani (1986), o papel do Estado deve ser encarado como o de assumir prioridades claras no sentido dos interesses da coletividade. Por isso, o papel do Estado, em todos os níveis do poder público, é fundamental na definição de estratégias de combate à exclusão

A noção de que algumas áreas são desenvolvidas e outras não, está no centro dos principais dilemas das políticas nacionais e internacionais desde o Século XIX, particularmente desde o processo de descolonização. A criação de políticas públicas voltadas à redução dessa desigualdade de desenvolvimento como forma de combate a exclusão social é de grande importância para a resolução do problema, mas a elaboração e implementação de tais políticas não são processos fáceis. Em regimes democráticos, o processo de formulação de políticas envolve convencimento e geração de consensos. Assim, as variáveis utilizadas para orientar as estratégias de uma particular política social devem ser simples e desfrutar de muita credibilidade no governo, tanto interna como externamente (TORRES, FERREIRA e DINI, 2003).

Contudo, a elaboração de metodologias capazes de medir o desenvolvimento de uma determina população não é algo simples. Faz-se necessário que tal metodologia tenha a

características estudadas, bem como suas mudanças em relação ao tempo.

Teoricamente, considera-se que os indicadores sociais e levantamentos estatísticos são as ferramentas ideais para as políticas públicas na atualidade. No entanto, os indicadores criados dificilmente possuem, ao mesmo tempo, os atributos classicamente tidos como indispensáveis a um bom indicador, como: credibilidade, simplicidade, desagregação espacial, reprodutibilidade, comparabilidade, periodicidade, acurácia, baixo custo e sensibilidade (TORRES, FERREIRA e DINI, 2003).

Não se pode dizer que a utilização de metodologias para análise da realidade social seja algo recente, desde os anos 1950, por exemplo, mecanismos de análise social tem como base dados estatísticos. No entanto, embora seja possível citar algumas contribuições importantes para a construção da metodologia de desenvolvimento de indicadores nas décadas de 1920 e 1930, tal prática só veio ganhar corpo científico a partir da Década de 1960 (JANUZZI, 2008). Estes, a princípio voltados somente para o crescimento econômico dos países como forma de mensuração do desenvolvimento humano e, que vem englobar a partir da criação do IDH ainda na Década de 90, diversos aspectos agora voltados para identificar de forma qualitativa o nível de qualidade de vida das populações pesquisadas (ONU, 2001).

A independência na tomada de decisões sociais internas vem sendo alvo dos governantes que viram nos indicadores sociais a oportunidade mais tangível. Somado a este fator, está o seu uso tanto por parte da sociedade civil como pela mídia, para traçar uma visão geral da questão social nacional ou local. Ainda, graças ao ceticismo e a desilusão a respeito do crescimento econômico, vive-se numa época de constante preocupação com a elaboração de indicadores sociais, considerados instrumentos de planificação governamental (RATTNER, 2003). Diante disso, Januzzi afirma que o desenvolvimento de indicadores sociais está hoje intrinsecamente ligado à consolidação das atividades de planejamento do setor público ao longo do Século XX (JANUZZI, 2008).

Apesar de se estar longe de produzir indicadores que consigam responder a todos os requisitos desejáveis do ponto de vista da sua utilização por parte dos gestores públicos (TORRES, FERREIRA e DINI, 2003), a carência de métodos eficientes, por parte das ciências sociais, capazes de espacializar e acompanhar o desenvolvimento social de determinada região abriu uma porta para a entrada dos dados estatísticos como grande ferramenta de análise social. Tais dados podem ser usados tanto na definição de metas quanto

intervenção, possibilitando mais rapidez e eficiência aos gestores públicos para alcançarem seus diferentes objetivos (TORRES et. al. 2003).

Neste sentido, a criação e uso dos indicadores de pobreza urbana e de exclusão social por parte do Poder Público tornam-se capazes de apontar o mapa da exclusão social nas cidades (POCHMANN e AMORIN, 2003).

1.6 Conclusão

Como visto, ao longo da história, a utilização do termo exclusão foi bastante discutida, e como herança teórica, este termo hoje engloba uma enorme gama de conceitos, o que possibilita diferentes maneiras de se encarar o problema na prática dos estudos das ciências sociais.

Atualmente, as cidades brasileiras vêm demonstrando cada vez mais as diversas formas de exclusão tão discutidas pelos teóricos ao longo da história. As cidades da Região Nordeste possuem os exemplos mais explícitos disso.

A noção de Estado de bem-estar social vem alavancando o debate sobre o seu papel em frente às desigualdades sociais. Como ação, o Estado vem desenvolvendo políticas públicas com o intento de solucionar o problema.

A criação de indicadores sociais, embora não sejam perfeitos, vem se mostrando uma ferramenta eficaz na identificação das áreas prioritárias para implementação de políticas sociais.

DESENVOLVIMENTO

NORDESTINO E OS ESTUDOS DE CASO

Este capítulo se inicia com uma breve explicação sobre o contexto do desenvolvimento nordestino. Em seguida, segue explicando como se deu a seleção das cidades a serem estudadas. Em seguida, apresenta um breve contexto sobre cada estudo de caso, as capitais nordestinas de Salvador-BA, Fortaleza-CE, Recife-PE, Maceió-AL, João Pessoa-PB e Natal-RN.

2.1 Contextualização do desenvolvimento no nordeste brasileiro

Geralmente é possível observar que países que possuem baixa produtividade, conseqüentemente, baixa renda per capita possuem também índices elevados de pobreza. No entanto, alguns países não obedecem a essa lógica, e dentre eles, encontra-se o Brasil. Paes de Barros, Henriques e Mendonça (2001), mostram que no território brasileiro a incidência de pobreza encontrada é maior do que na maioria dos países que têm renda per capita próxima.

No histórico brasileiro, é possível perceber que a principal forma encontrada pela Administração para reduzir a pobreza esperando com isso reduzir também as desigualdades tem sido incentivar o crescimento econômico nos estados mais pobres, utilizando-se para isso de subsídios ao setor produtivo. No entanto, o país apresenta uma grave situação em que esse incentivo não é suficiente para resolver o problema, uma vez em que há desigualdade na distribuição de renda e esse fato é um dos responsáveis pelo crescimento econômico ser insuficiente para promover a melhoria das mazelas sociais.

Nesse contexto, dentre as cinco regiões da federação, a região nordeste sempre esteve no centro das atenções por apresentar uma grave situação de desigualdade social. Atualmente a preocupação com essa região se apresenta de forma mais acentuada, principalmente quando são realizadas análises que envolvem o seu espaço econômico pelo fato de ter ocorrido um

a 1990 que pregava a descentralização das atividades econômicas antes situadas no sudeste em prol da região nordeste depois da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no entanto, mesmo com essas medidas, a região nordeste ainda é conhecida como a mais carente da federação.

Mesmo com os incentivos, apesar de se manter crescendo acima da média nacional (LIMA, 2003), a região permaneceu ainda como a pior situação de pobreza do país, encarada aqui como uma das dimensões da exclusão social. Calcula-se que a região possui cerca de 50% de sua população em estado de pobreza e cerca de 48% dos pobres brasileiros, apresentando condições sociais ainda bem abaixo daquelas observadas no resto do país, e que, dada a rigidez, colocam considerável desafio às suas políticas sociais, por sua vez, sujeito a conhecidas restrições fiscais (ROCHA, 2003).

2.2 As capitais do nordeste brasileiro selecionadas para o trabalho

Partindo do pressuposto de que o nordeste brasileiro vem apresentando a pior situação de exclusão social (POCHMANN e AMORIM, 2003), decidiu-se estudar suas capitais para compreender como essa exclusão se espacializa em capitais que possuem tamanho e influência regional diferentes.

Todos os dados utilizados têm por base os resultados do Censo Demográfico realizado decenalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000). Com isso, levou-se em conta também, quanto ao *Rendimento Nominal Mensal* apresentado, o salário da época que era de R\$151,00 (maio de 2000).

Para a seleção das cidades a serem estudadas, buscou-se algum critério que fosse compatível com o objetivo deste trabalho. Para isso, foi utilizada a classificação elaborada pelo IBGE em 2008 que levou em conta variáveis como o tamanho e a importância das cidades brasileiras, agrupando-as em três níveis:

- **Metrópoles nacionais:** encontram-se no primeiro nível da gestão territorial, constituindo foco para centros localizados em todos os pontos do país. São metrópoles nacionais, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

constituem o segundo nível da gestão territorial, e exercem influência na macrorregião onde se encontram. São metrópoles regionais Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife e Salvador.

- Capitais regionais: constituem o terceiro nível da gestão territorial, e exercem influência no estado e em estados próximos. Dividem-se em três níveis: Capitais regionais A: Aracaju, Campinas, Campo Grande, Cuiabá, Florianópolis, João Pessoa, Maceió, Natal, São Luís, Teresina e Vitória; Capitais regionais B: Blumenau, Campina Grande, Cascavel, Caxias do Sul, Chapecó, Feira de Santana, Ilhéus/Itabuna, Joinville, Juiz de Fora, Londrina, Maringá, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Uberlândia, Montes Claros, Palmas, Passo Fundo, Porto Velho, Santa Maria e Vitória da Conquista; Capitais regionais C: Araçatuba, Araguaína, Arapiraca, Araraquara, Barreiras, Bauru, Boa Vista, Cachoeiro de Itapemirim, Campos dos Goytacazes, Caruaru, Criciúma, Divinópolis, Dourados, Governador Valadares, Ijuí, Imperatriz, Ipatinga/Coronel Fabriciano/Timóteo, Juazeiro do Norte/Crato/Barbalha, Macapá, Marabá, Marília, Mossoró, Novo Hamburgo/São Leopoldo, Pelotas/Rio Grande, Petrolina/Juazeiro, Piracicaba, Ponta Grossa, Pouso Alegre, Presidente Prudente, Rio Branco, Santarém, Santos, São José dos Campos, Sobral, Sorocaba, Teófilo Otoni, Uberaba, Varginha e Volta Redonda/Barra Mansa.

Nisso, de acordo com a proposta de verificar como se comporta a exclusão social em capitais de porte e influência regional diferentes, foram selecionadas as três capitais nordestinas que são os núcleos das metrópoles regionais de Salvador-BA, Fortaleza-CE e Recife-PE, sendo estudadas apenas a área urbana dessas cidades, não da região metropolitana, e três das capitais nordestinas classificadas como capitais regionais de nível A, Maceió-AL, Natal-RN e João Pessoa-PB. Na Figura 1 a seguir está ilustrada a localização das capitais selecionadas no território brasileiro.

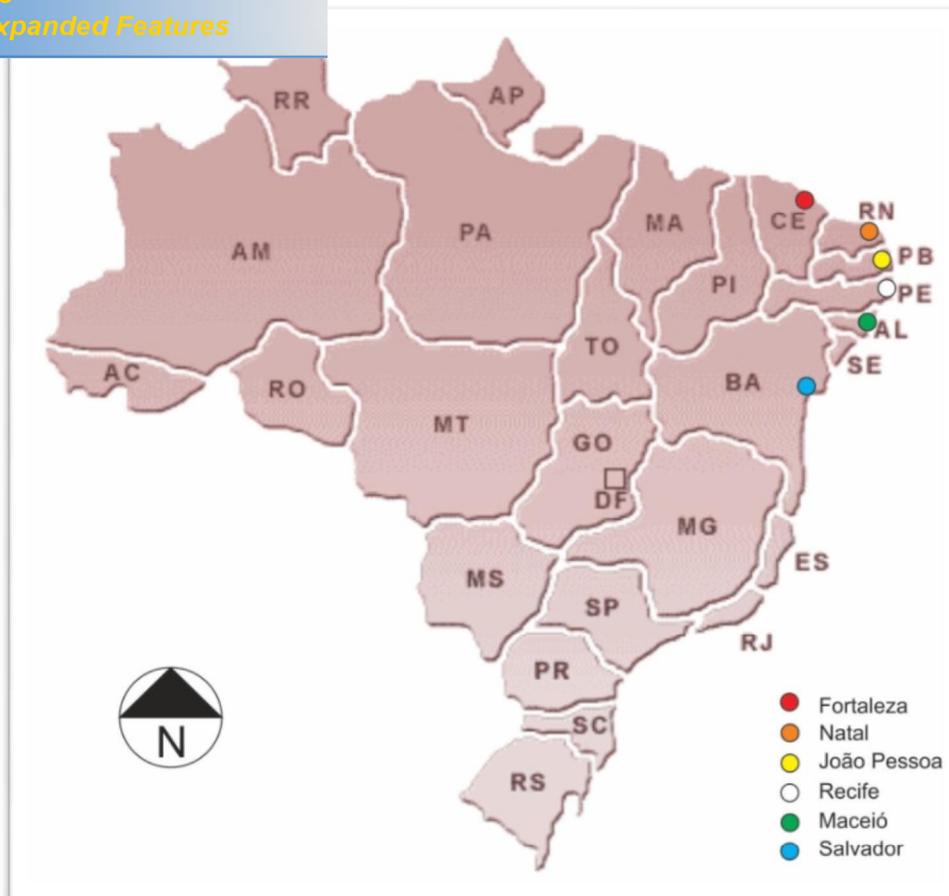


Figura 1 - Localização das capitais nordestinas selecionadas para a análise
Fonte: Própria, 2010.

Procurou-se selecionar capitais que, embora diferentes em porte e importância regional, apresentassem características geográficas semelhantes, como, por exemplo, serem cidades litorâneas com potencial turístico, bem como capitais regionais de população e rendimento nominal mensal aproximado, caracterizando assim dois grupos para análise.

A Tabela 1 abaixo mostra algumas das diferenças entre as cidades em estudo. Percebe-se que as três maiores possuem os maiores rendimentos nominais mensais e as maiores populações em comparação às três capitais regionais, Maceió, Natal e João Pessoa, fato que obviamente é justificado pela importância econômica e influência que tais cidades, por se situarem em metrópoles, possuem em suas regiões. Ainda, dentro da classificação, ficam explícitos os dois extremos do estudo através das cidades de Salvador e João Pessoa, a maior e a menor cidade respectivamente em termos de rendimento nominal mensal, bem como Salvador e Natal, quanto à população.

ção das características das cidades em estudo

	Nº de Setores Censitários	Área urbana (km ²)	População	Rendimento Nominal Mensal (R\$)
Salvador	2523	404.049	2.443.107	503.743.079,00
Fortaleza	2194	316.650	2.141.402	400.671.266,00
Recife	1212	219.004	1.422.905	344.187.895,00
Maceió	675	227.578	795.804	141.911.916,00
Natal	573	169.942	712.317	149.404.508,00
João Pessoa	595	212.902	597.934	124.872.421,00

Fonte: Adaptado de IBGE (2000)

As metrópoles concentram um maior número de indivíduos abaixo da linha da pobreza (RIBEIRO, 2004), entretanto, tal fenômeno não caracteriza uma exclusividade dessas cidades, uma vez que tal fenômeno é encontrado também em cidades menores havendo altas concentrações de indivíduos abaixo dessa linha, bem como uma polarização de concentração de renda em grupos que representam cada vez mais uma menor parcela da população. Este trabalho faz em sua conclusão considerações acerca da concentração de renda nas capitais nordestinas estudadas.

A Tabela 2 a seguir demonstra algo interessante sobre a riqueza das cidades. O IBGE acompanha o Produto Interno Bruto anual dos municípios brasileiros, e de acordo com seu desenvolvimento através do tempo, percebe-se que as capitais regionais selecionadas para o estudo ainda apresentam um incremento anual em seu PIB proporcionalmente menor do que o verificado nas capitais metropolitanas nordestinas.

Tabela 2 - Evolução do PIB a preços correntes das cidades nordestinas estudadas entre 2003 e 2008

	PIB a preços correntes (1.000 R\$)					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Salvador	16.770.662	19.826.156	22.527.374	24.672.400	26.772.417	29.668.442
Fortaleza	15.303.784	17.217.737	19.675.992	22.537.716	24.476.378	26.350.622
Recife	13.098.429	14.414.268	16.322.816	18.318.451	20.689.607	22.452.492
Natal	5.229.473	5.955.689	6.643.983	7.508.466	8.020.993	8.656.932
Maceió	4.745.102	5.658.604	6.096.061	6.980.502	8.510.435	9.143.488
J. Pessoa	4.192.304	4.358.358	5.015.921	5.966.595	6.759.232	7.661.219

Fonte: Adaptado de IBGE, 2009.

A observação da Tabela 2 acima permite ainda perceber o abismo em termos de riqueza produzida entre as capitais metropolitanas nordestinas e as capitais regionais do nordeste. De acordo com os resultados decenais do Censo Demográfico do IBGE, o PNUD (2003)

pobreza¹ (Tabela 3 abaixo) levando em conta a população de tais cidades e variáveis relacionadas ao rendimento nominal mensal e ao PIB per capita das mesmas, o que permitiu fazer a comparação desta característica encontrada nos anos de 1991 e 2000.

Apesar da grande diferença entre o PIB das cidades, percebe-se que os índices se mostram aproximados, permitindo deduzir que a quantidade de riqueza produzida por tal cidade não necessariamente está relacionada com a sua boa distribuição entre a população.

Tabela 3 - Intensidade da Pobreza nas capitais nordestinas para os anos de 1991 e 2000.

Capitais Nordestinas	Intensidade da Pobreza (1991)	Intensidade da Pobreza (2000)
Fortaleza (CE)	43,9	43,73
João Pessoa (PB)	43	41,64
Maceió (AL)	44,46	48,36
Natal (RN)	41,09	42,52
Recife (PE)	46,58	44,77
Salvador (BA)	45	46,31

Fonte: Adaptado de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

Como visto, o Índice de Intensidade da Pobreza (PNUD, 2003) mostra que, apesar de serem os casos extremos deste trabalho, Salvador, como cidade com maior Rendimento Nominal Mensal, apresenta um índice de intensidade de pobreza maior do que João Pessoa, 46,31 e 41,64, respectivamente. Ainda, independente do tamanho da população e do Rendimento Nominal Mensal, pode-se ver que os índices mostram-se bastante aproximados, sendo a diferença entre o maior índice em 2000, Maceió (48,36), e o menor índice encontrado, João Pessoa (41,64), de apenas 6,62.

Para acompanhar o raciocínio das tabelas 2 e 3 acima, a Tabela 4 abaixo representa o acréscimo populacional das cidades em estudo, de acordo com os dados do Censo IBGE (1991; 2000; 2010).

¹ O índice de Intensidade de Pobreza foi elaborado levando em conta a distância que separa a renda domiciliar per capita média dos indivíduos pobres (ou seja, dos indivíduos com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza de R\$ 37,75) do valor da linha de pobreza, medida em termos de percentual do valor dessa linha de pobreza (PNUD, 2003).

população residente entre os anos de 1991 e 2010.

	População em 1991	População em 2000	População estimada em 2010
Salvador	2.075.273	2.443.107	2.676.606
Fortaleza	1.768.637	2.141.402	2.447.409
Recife	1.298.229	1.422.905	1.536.934
Maceió	629.041	797.759	932.608
Natal	606.887	712.317	803.811
João Pessoa	497.600	597.934	723.514

Fonte: Adaptado IBGE, 2010.

Percebe-se que não houve alteração quanto as posições das capitais em relação a demografia no decorrer das últimas duas décadas. Há uma inversão de posições entre as Tabelas 2 e 4, em relação às cidades de Maceió e Natal. As duas foram as únicas que não apresentam a mesma posição quanto a PIB e população, pois, mesmo possuindo uma população residente menor, a cidade de Natal apresentou um PIB superior ao encontrado na cidade de Maceió, pelo menos até o ano de 2007, até ser ultrapassada pela capital alagoana.

A globalização vem contribuindo para a ampliação das desigualdades sob diversas formas (POCHMANN e AMORIM, 2003), dentre elas, quanto às áreas urbanas e seus territórios.

2.3 A capital metropolitana, Salvador-BA

A cidade de Salvador, que foi fundada em 1549, classificada atualmente como integrante da metrópole de Salvador pelo IBGE (2008), é a capital do estado da Bahia. A cidade faz parte da microrregião de Salvador, possui uma área de 706.8km², sendo somente sua área urbana de 404.049km² que abriga 2.443.107 pessoas (IBGE, 2000). Por seu porte, a cidade possui o título de cidade mais populosa do nordeste brasileiro, sendo a terceira mais populosa do país e oitava mais populosa da América Latina.

O município é o principal centro econômico do estado, sendo também o principal exportador, centro industrial, administrativo e turístico, mas também é um centro de importância nacional. Nele estão presentes empresas de expressão regional, nacional e internacional. Um exemplo disso é a empresa Odebrecht, que surgiu na cidade, e em 2008 foi

de empresas do ramo da construção civil e petroquímica da América Latina, com várias unidades de negócios em Salvador, de Janeiro, São Paulo e diversos países do mundo (AEERJ, 2010).

Mesmo com sua importância nacional, sendo a capital nordestina mais rica, a cidade de Salvador possui alguns índices que obscurecem seu desenvolvimento. Não fugindo a regra do resto do Brasil, principalmente do nordeste, a cidade possui índices altos de desigualdade em diversos aspectos, mesmo possuindo um IDH discretamente maior do que o apresentado pelo resto do país. Os pouco mais de 3 mil quilômetros quadrados da Região Metropolitana de Salvador reúnem localidades com condições de vida tão díspares quanto as da Europa e da África. A metrópole como um todo apresenta um padrão de desenvolvimento humano similar ao da Colômbia, mas alguns locais têm indicadores melhores que os da Noruega e outros amargam uma situação pior que a da África do Sul (PNUD, 2006).

Ainda, de acordo com o PNUD, o IDH de alguns bairros de Salvador como do Itaigara (0,971), do Caminho das Árvores-Iguatemi (0,968), do Caminho das Árvores/Pituba-Rodoviária e Loteamento Aquárium (0,968), de Brotas-Santiago de Compostela (0,968) e da Pituba-Avenida Paulo VI e Parque Nossa Senhora da Luz (0,965) são iguais ou superiores que os encontrados na Noruega, líder mundial há seis anos. Em contrapartida, locais como Zona Rural-Areia Branca e CIA Aeroporto-Ceasa (0,652), Coutos-Fazenda Coutos, Felicidade (0,659) e Bairro da Paz/Itapuã-Parque de Exposições (0,664) apresentam índices menores que países como a África do Sul, Guiné Equatorial e Tajiquistão, localizados na África e Ásia Central (PNUD, 2006).

Além dos problemas relacionados a desigualdade social, a cidade de Salvador também enfrenta outros problemas como o turismo sexual, altas taxas de desemprego e violência, e crescimento desordenado, o que acarreta a favelização de muitos pontos da cidade. A cidade possui a nona maior concentração de favelas entre os municípios do Brasil com 99 favelas (PONTES e SCHMIDT, 2001).

A região metropolitana de Salvador (RMS) acumulou em 2006 um PIB que representou 51% do PIB estadual, sendo somente o PIB dos municípios da Região Metropolitana de Salvador equivalente a 24% de todo o PIB do estado da Bahia (IBGE, 2007).

litaná, Fortaleza-CE

A cidade de Fortaleza é capital do estado do Ceará. Classificada pelo IBGE (2007) como uma metrópole de forte influencia regional, teve sua ocupação iniciada ainda em 1603, sendo transformada em cidade apenas 1823.

Fortaleza pertence à mesorregião de mesmo nome, bem como a microrregião homônima. Sua área urbana possui 316.650km² que abriga uma população de 2.141.402 habitantes (IBGE, 2000). A cidade possui uma densidade demográfica de 8.001hab/km². Toda a sua região metropolitana possui 3.655.259 habitantes, sendo a sétima mais populosa do Brasil e a terceira do nordeste. O IBGE (2007) considera a região metropolitana de Fortaleza como a terceira maior rede urbana do país em termos de população.

Ao longo de sua história, Fortaleza sofreu um grande crescimento demográfico e uma das principais causas é o período de seca no interior do Ceará, o que provoca a migração da população rural para a área urbana em busca de melhores condições de trabalho, salário e vida. A população de Fortaleza ultrapassou a de Recife em tamanho no ano de 1980, tornando-se a segunda capital mais populosa do nordeste, e continuou crescendo até atingir em 2000 a marca de mais de 2 milhões de habitantes (IBGE, 1980; 2000).

Cerca de um terço dessa população vive hoje em favelas, principalmente as conhecidas favelas de Barroso II, Novo Barroso, Lagamar, Jangurussu, Gato Morto, Pirambu, Favela do Rato, entre outras, e em sua maioria são formadas por famílias que fugiram da seca no interior do estado e, não encontrando possibilidade de entrar no mercado formal de terras, se viram obrigadas a entrar no mercado ilegal. Segundo Informações do banco de dados da Defesa Civil de Fortaleza, acredita-se que no início dos anos 80 havia 147 favelas em Fortaleza, número que aumentou para 722 no ano de 2003.

Mesmo com essas áreas de pobreza aparente, o produto interno bruto da cidade foi de R\$17.217.737.000,00 em 2004, montante que corresponde a 47,5% do PIB do Ceará, e 0,89% do PIB do Brasil. Com isso, Fortaleza se caracteriza como o segundo maior PIB das capitais nordestinas, perdendo apenas para a cidade de Salvador (IBGE, 2008).

Olinda, Recife-PE

A cidade de Recife é a capital do estado de Pernambuco. Ela teve origem de uma pequena colônia de pescadores e foi oficialmente fundada em 1537. Atualmente Recife é considerada uma metrópole com influência regional, pelo IBGE (2007).

Seu desenvolvimento se deu a partir da construção de um porto, também utilizado por Olinda, outra cidade pernambucana, para escoar a produção de açúcar, principal produto da época. Seu rápido desenvolvimento logo atraiu a atenção de outros colonizadores, além dos portugueses, como foi o caso dos holandeses que desembarcaram em Pernambuco em 1630 e logo se instalaram na cidade.

Durante o domínio holandês, principalmente sobre o governo de Maurício de Nassau de 1637 a 1644, houve grande prosperidade com relação a infra-estrutura do lugar através da construção de estradas, pontes, canais, escolas, drenagem de pântanos e um jardim botânico, o primeiro a surgir no Brasil.

Atualmente o município de Recife possui uma área urbana de 219.004 km² e uma população de 1.422.905 pessoas (IBGE, 2000). Classificada pelo IBGE como uma integrante da metrópole da Grande Recife, a região metropolitana da qual faz parte possui a maior densidade populacional do Nordeste brasileiro e terceira mais densamente habitada do país, superada apenas por São Paulo e Rio de Janeiro, além de ser a cidade nordestina com maior área de influência regional, possuindo a quarta maior rede urbana do Brasil em população. O Recife, das capitais estaduais atuais, é a mais antiga do Brasil.

Por possuir uma forte influência regional, a cidade desempenha um forte papel de centralizador econômico em seu estado e região, com uma área de influência que abrange inclusive outras capitais, como João Pessoa, Maceió, Natal e Aracaju. Sua área metropolitana inclui, além da capital pernambucana, mais 14 cidades da Grande Recife, concentrando 65% do PIB estadual. Em 2007, registrou-se um PIB nominal de R\$ 22,4 bilhões, obtendo o segundo PIB per capita mais elevado das capitais do Nordeste, de R\$ 14.485,67, segundo o IBGE (2008).

Como toda metrópole advinda da intensa urbanização ocorrida a partir dos anos 50, a cidade de Recife apresenta problemas com transporte, abastecimento de água, esgotamento sanitário e regularização do solo urbano para habitação. Problemas com especulação

le contingente da população do mercado formal de terras, o que favorece o processo de favelização das áreas menos privilegiadas da cidade.

2.6 A capital regional, Maceió-AL

A cidade de Maceió é a capital do estado de Alagoas. Segundo o IBGE (2007), ela se caracteriza como uma capital regional de nível A. Seu município possui uma área de 503km², dos quais apenas 227.578km² pertencem à área urbana.

O primeiro governador de Alagoas, Francisco de Melo e Póvoas, iniciou a construção da nova capital em torno do Engenho Massayó. A área era um terreno alagadiço apelidado pelos índios do local de "Maçai-o-ok", cujo significado é "que tapa o alagadiço". Passou a se chamar Maceió com a vinda dos colonizadores, no século XVII. Antes de se tornar vila, os navios portugueses atracavam na enseada natural de Maceió chamada Jaraguá para escoar os carregamentos de madeira. O lugar funcionava, então, como um porto, servindo mais tarde para embarcar cana-de-açúcar produzida nos engenhos próximos. A cidade somente tornou-se capital em 1839 (PIMENTEL, 2000).

Apresentando uma área urbana com bastante urbanização, o município de Maceió apresenta uma área rural que se aproxima da metade do município. Por conta disso, dentro do município podem ser encontrados grandes canaviais como o encontrado no bairro do Benedito Bentes. Fato esse explicado por ser o setor primário da economia apoiado na monocultura da cana-de-açúcar. A agricultura de subsistência também pode ser achada na Zona Norte, várias famílias pequenas desta localidade produzem o que consomem, em suas propriedades familiares.

A década de 1960 do Século passado pode ser considerada o marco da explosão demográfica de Maceió. Nesse período, a cidade contava com aproximadamente 185 mil habitantes. Já na metade da década de 1980, a cidade contava com 399.298 habitantes. O Censo Demográfico realizado em 2000 verificou que o número de habitantes já se aproximava de 800 mil habitantes.

A cidade apresenta elevados índices de pobreza. Em 2000, com base na proporção de pessoas que recebiam apenas metade de um salário mínimo (R\$151,00 em agosto de 2000) o

de pobreza de 38,8%. A desigualdade, segundo o Índice de Gini passou de 0,62 em 1991 para 0,68 em 2000.

O PIB do Estado de Alagoas foi, em 2007, no montante de 17 bilhões e 793 milhões de reais. Deste total, 47,83% estão concentrados em Maceió, que representa aproximadamente 30% da população alagoana. Sendo esta, ainda, a sexta maior concentração do PIB das capitais do país e a segunda das capitais do Nordeste (IBGE, 2008).

2.7 A capital regional, João Pessoa-PB

A cidade de João Pessoa é a capital do estado da Paraíba, considerada como uma capital regional de nível A pelo IBGE (2007). Possui uma área urbana de 212.901km² onde habitavam 587.934 pessoas em 2000.

Fundada em 1585 com o nome de Nossa Senhora das Neves, João Pessoa é a terceira capital de estado mais antiga do Brasil e também a última a ser fundada no país no século XVI. Atualmente, com pouco mais de 170 mil famílias, de acordo com o IBGE, João Pessoa reflete uma tendência com base na diminuição de fecundidade, bem como no aumento de famílias sendo mantidas por mulheres.

João Pessoa revela um aprofundamento de algumas tendências e o afloramento de alguns novos padrões de distribuição espacial da população. No censo de 2000, pessoas não-naturais do município alcançaram 28,5 mil pessoas. Dez anos depois a população da capital aumentou em quase 100 mil pessoas, sendo que boa parte delas é de filhos de pessoas naturais de outras cidades do estado, de outros estados do Brasil ou de outros países. Ainda segundo o censo de 2000, o número de estrangeiros na cidade é crescente, sendo que a maioria é de origem portuguesa (16,5%), peruana (10%), chilena (8%), seguidos de alemães, argentinos e bolivianos.

Em termos de infra-estrutura, João Pessoa é considerada uma das melhores do nordeste. Seu saneamento básico cobre cerca de 83% da cidade, com 100% das residências atendidas por energia elétrica e ligadas a rede geral de abastecimento de água. Esse números deram a João Pessoa o título de 2^a capital mais saneada do nordeste brasileiro, complementado por um IDH bom para a região, 0,783 (IBGE, 2000).

a com menor desigualdade e possui uma das menores do país, fato representado pelo Coeficiente de Gini de 0,63. Em 2007, a cidade de João Pessoa gerou um PIB de R\$6.759.232.000,00, o que foi equivalente a 30,45% do Produto Interno Bruto do estado da Paraíba (IBGE, 2008).

2.8 A capital regional, Natal-RN

Natal é a capital do estado do Rio Grande do Norte, no nordeste brasileiro. É classificada como uma capital regional de nível A, devido a seu tamanho e influência na rede urbana na região. Natal foi fundada pelo Capitão-Mor de Pernambuco no dia 25 de Dezembro de 1599, um ano depois da sua construção, na margem direita do Rio Potengi e atualmente pertence à Região Metropolitana de Natal, à mesorregião do leste potiguar e ao Pólo de Turismo Costa das Dunas. Sua área urbana é de 169.942km² onde habita uma população de 712.318 pessoas (IBGE, 2000). A cidade de Natal é a segunda menor capital brasileira em termos de área, o que ocasiona uma das maiores densidades demográficas do Brasil.

Historicamente, a cidade teve grande importância durante a Segunda Guerra. Segundo do website *www.natalsite.com*, em 1942 durante a Operação Tocha, os aviões da base aliada americana se abasteciam com combustível no lugar que hoje é o Aeroporto Internacional Augusto Severo, sendo classificada como "um dos quatro pontos mais estratégicos do mundo" pelo Departamento de Guerra dos EUA, junto com Suez, Gibraltar e Bósforo.

A cidade é o trigésimo-sexto maior PIB municipal brasileiro, com economia baseada em turismo, comércio, indústria e construção civil. Segundo o IBGE, o PIB de Natal em 2007 era de 8,02 bilhões de reais e o PIB per capita, de R\$10.362,00. A cidade possui grande relevância na economia do estado, tendo, sozinha, cerca de 40% de todo o PIB do Rio Grande do Norte e o segundo maior PIB per capita do estado, atrás apenas da cidade de Mossoró.

Com um IDH de 0,788, Natal se consolida como a 10^a cidade com maior qualidade de vida do Norte/Nordeste (atrás de Belém, Salvador, Paulista, Recife, Aracaju, Olinda, João Pessoa e Gurupi). No entanto, mesmo com um bom IDH, com o Coeficiente de Gini de 0,64, Natal pode ser considerada uma das cidades brasileiras com maior desigualdade social, apesar de possuir poucas favelas.



*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

Este Capítulo teve o intuito de fazer uma breve apresentação do estudo de caso. Primeiramente, o critério de seleção das cidades a serem estudadas foi explicado, bem como foram apresentadas algumas características das cidades selecionadas. Em seguida, fez-se uma breve apresentação das capitais nordestinas que serão alvo das análises apresentadas nos próximos capítulos, com base no Capítulo III a seguir.

Neste Capítulo, primeiramente, é feita uma revisão sobre a utilização de indicadores nos estudos sobre exclusão social. São apresentados casos onde essa metodologia foi empregada no Brasil e no mundo com o intuito de analisar sua eficácia na tarefa de direcionar o poder público às áreas mais necessitadas de intervenção. Considerações de diversos autores a respeito dessa metodologia serão apresentadas nesse capítulo. Feito isso, a metodologia utilizada para a realização do trabalho é explicada. É comentado como foram obtidos os dados brutos, base desta análise, como esses dados foram tratados para que se criasse o banco de dados. Em seguida, de forma sucinta, é explicado como se deu a análise do banco de dados para as capitais nordestinas, bem como a produção tanto do índice de exclusão social, quanto dos mapas temáticos, resultados deste trabalho.

3.1 Um desafio ao poder público

Possivelmente um dos maiores problemas para o setor público seria o de prover serviços básicos nos espaços urbanos antes inabitados, que, por iniciativa dos indivíduos excluídos do acesso ao mercado habitacional legal, foram transformados em áreas habitacionais. Esse processo quase que impossibilita ações mais proativas por parte do poder público para controlar seu território e adequar os novos espaços às redes de abastecimento de água e esgoto, transporte público, além de outros serviços existentes a tais novas realidades espaciais que se modificam continuamente.

É necessário compreender a realidade socioespacial das cidades para que se torne possível a criação de políticas públicas direcionadas a população em maior situação de exclusão. Dessa forma, estudos que consistam na confecção de análises sistemáticas sobre a exclusão social encontrada em áreas residenciais com potenciais deficiências social, econômica e física, são de grande importância e podem servir de base para análises de políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de tal população.

Os dados estatísticos, tanto na definição de metas quanto na priorização e direcionamento das intervenções, possibilita mais rapidez e eficiência aos gestores públicos para alcançarem seus diferentes objetivos (TORRES et. al. 2003).

Visto essa carência por uma espacialização dos dados sociais e considerando-se os diversos conceitos acerca do que seria a exclusão social, tornou-se necessário um embasamento teórico e técnico para a escolha da metodologia e dos dados que mais se enquadrem à finalidade do trabalho a ser realizado.

A coleta dos dados quantitativos constitui uma das principais maneiras dos gestores conhecerem a realidade socioespacial, e possibilitam um monitoramento mais viável das políticas sociais, permitindo o acompanhamento e a evolução dos processos.

Além da indicação quantitativa para a definição de exclusão, ou não, ao acesso à educação, ao trabalho, à renda, à moradia, ao transporte e à informação, entre outros, cresce em importância a noção de qualidade, pois a simples constatação a respeito do acesso a um bem ou serviço não é suficiente para compreender a superação da condição de exclusão. Torna-se fundamental, portanto, medir também a qualidade e o resultado deste acesso. Com base nos dados quantitativos, tendo-se o intuito de indicar a tendência à exclusão social ou mesmo identificar os pontos onde esta já se apresenta, podem ser criados e usados os indicadores de pobreza urbana e de exclusão social (POCHMANN e AMORIN, 2003) capazes de apontar assim o mapa da exclusão social nas cidades.

3.2 Indicadores como ferramentas de espacialização

A criação dos indicadores socioeconômicos vem possibilitando o acompanhamento de ações públicas com o intuito de analisar diretamente a população mais excluída, identificando na sociedade cenários que necessitem de ações urgentes que visem reverter o quadro de exclusão social.

Tal utilização dos indicadores sociais é um assunto de grande relevância entre os diversos autores críticos da trajetória do poder público no Brasil.

Sposati (2000) defende que a exclusão/inclusão social pode ser revelada através de uma metodologia de linguagens quantitativas, qualitativas e de geoprocessamento que produz

revelam gradientes de heterogeneidade interna da cidade.

Januzzi (2001:2002) completa afirmando que a utilização dos indicadores sociais dá subsídios para a definição de um marco metodológico mais abrangente e adequado para a utilização dos indicadores sociais na formulação e avaliação das políticas públicas municipais.

Estando o conceito de exclusão social relacionado a deficiências ou privações quanto aos acessos aos serviços públicos e bens materiais, torna-se importante levar em consideração, de forma complementar, dimensões intransferíveis entre si, tais como saúde, habitação, renda, educação, infra-estrutura urbana, etc. Sendo impossível precisar, naquela situação, quem estaria em situação deficiente, mas sim em melhores condições socioeconômicas que outra.

3.2.1 O Índice de Desenvolvimento Humano

Dentro da utilização dos dados estatísticos, um dos grandes precursores por sua reavaliação no interesse da comunidade acadêmica foi o Índice de Desenvolvimento Humano ou IDH, criado ainda no início dos anos 1990 por Mahbub ul Haq, com a colaboração do economista indiano Amartya Sen. Esse índice transformou-se de forma rápida como a mais utilizada metodologia capaz de acompanhar e analisar o desenvolvimento social.

Acompanhando o raciocínio aqui exposto anteriormente, o IDH tornou a Organização das Nações Unidas capaz de demonstrar aos governantes mundiais de regiões em desenvolvimento que se desenvolver não significava apenas fazer aumentar a renda interna. Graças, também a isso, tornou-se viável discutir outras formas de desenvolvimento que focam não só o aumento de renda, mas também a melhoria de outras condições como a saúde e a educação, fundamentais para o processo de desenvolvimento de um povo.

A utilização do PIB per capita foi a forma mais usada para mensurar o desenvolvimento de um país, antes da criação do IDH. No entanto, já na Década de 50 essa metodologia era posta em cheque, tendo uma equipe da ONU afirmado que, além da dimensão monetária, outras dimensões deveriam ser levadas em consideração para compreender a realidade da qualidade de vida da população. Por sua vez, o conhecimento do dado bruto vindo do PIB per

ler como internamente essa riqueza está sendo distribuída entre a população, bem como se dá o acesso desta ao que é produzido e oferecido.

A construção do IDH refletiu a necessidade por uma ampliação dos debates voltados a análise da qualidade de vida da população, na busca pela definição das informações necessárias para tal mensuração, os critérios mais importantes e a afirmação de que um indicador de qualidade de vida não se resume à limitação da esfera econômica. Sendo assim, passou-se a discutir a saúde oferecida e também a educação. A mensuração destes dados passou a considerar não só sua disponibilidade, mas também, e mais importante, sua qualidade.

Da mesma forma, é necessário conhecer as condições de trabalho, quais direitos legais e políticos usufruem seus cidadãos, que liberdades possuem para conduzir suas relações sociais e pessoais, como se estruturam as relações familiares e entre os gêneros e como estas estruturas promovem ou dificultam outros aspectos da atividade humana. E, sobretudo, saber de que forma a sociedade em questão permite às pessoas imaginar, maravilhar-se e sentir emoções, o que efetivamente faz com que a vida seja mais do que um conjunto de relações comerciais (NUSSBAUM e SEN, 1998).

Com o IDH, passou-se a dar ênfase à análise de diversos aspectos diferentes, que, naturalmente por serem diferentes, são intransferíveis entre si. Surge então um problema operacional nesta metodologia e isso tem causado bastante desconforto na comunidade acadêmica: a simplificação, levando muitas vezes a criação de um único indicador, de dados antes ricos em informações sobre a dinâmica e o desenvolvimento econômico da região estudada.

3.2.2 O Índice de Gini

Procurando um meio para medir a distribuição de renda entre as classes sociais, Corrado Gini desenvolve o coeficiente que leva seu nome e o publica pela primeira vez no documento "*Variabilità e mutabilità*" em 1912.

O coeficiente de Gini se calcula como uma razão das áreas no diagrama da curva de Lorenz. Se a área entre a linha de perfeita igualdade e a curva de Lorenz é A, e a área abaixo

Coeficiente de Gini é igual a $A/(A+B)$. Esta razão se expressa como percentagem ou como equivalente numérico dessa percentagem, que é sempre um número entre 0 e 1. O coeficiente de Gini pode ser calculado com a Fórmula de Brown, que é mais prática:

$$G = 1 - \sum_{k=0}^{k=n-1} (X_{k+1} - X_k)(Y_{k+1} + Y_k)$$

onde:

G = coeficiente de Gini

X = proporção acumulada da variável "população"

Y = proporção acumulada da variável "renda"

O Índice de Gini é um instrumento utilizado para medir o grau de concentração de renda em um país, ou seja, mede a distribuição de renda entre as classes sociais segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0 (zero), quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1(um), quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula), (GREMAUD, 2006).

3.2.3 O Atlas da Exclusão Social no Brasil

Embora se considere que os indicadores sociais são as ferramentas ideais para as políticas públicas na atualidade, muitos são os problemas apontados sobre a sua utilização. Dentre estes problemas, sabe-se que os indicadores dificilmente possuem, ao mesmo tempo, os atributos classicamente tidos como indispensáveis a um bom indicador, como: credibilidade, simplicidade, desagregação espacial, reprodutibilidade, comparabilidade, periodicidade, acurácia, baixo custo e sensibilidade.

Mesmo conhecendo-se suas deficiências, baseando-se nos avanços proporcionados pelo IDH, vários trabalhos foram realizados no Brasil utilizando-se da ferramenta das análises estatísticas com o intuito de compreender a exclusão social. Dentre estes trabalhos, destaca-se o Atlas da Exclusão Social no Brasil, de POCHMANN e AMORIM (2003). Considerando ser

ais e de pobreza urbana capazes de apontar o mapa da exclusão social nas cidades, foi criado um índice de exclusão composto por vários indicadores que, assim como o IDH, não levavam o fator econômico como base para a análise, mas também diversos fatores relacionados a qualidade de vida da população brasileira. Como resultado, obteve uma coletânea de mapas onde se encontrava espacializada a exclusão social no território brasileiro de acordo com os indicadores utilizados para a construção do índice geral de exclusão.

Na maioria dos estudos realizados no Brasil, procura-se identificar as favelas, pois como fator para a identificação da pobreza, sendo para isso utilizada a menor unidade espacial de análise produzida por meios oficiais: os Setores Censitários do IBGE.

A definição de favela, apesar de ser um assunto sempre presente no contexto público brasileiro, não é algo simples. O próprio IBGE, responsável pela elaboração dos principais dados utilizados na elaboração de análises sobre exclusão social, não é preciso quanto a delimitação de uma favela ou mesmo quanto à sua própria delimitação quanto aos Setores Censitários Subnormais, estes são definidos antes da realização do Censo propriamente dito. A unidade chamada Setor Censitário nada mais é do que uma unidade operacional do Censo IBGE, pensada como área a ser percorrida por um único entrevistador. A utilização de um Setor Censitário como definição para uma favela pode levar a uma série de distorções importantes quando se tenta estimar a população do local. Pode ocorrer também de Favelas muito pequenas não serem consideradas como Aglomerados Subnormais, pois não tem tamanho suficiente para servir como área pesquisada por um entrevistador.

Torna-se fundamental, portanto, medir o alcance desse acesso. Com base nos dados quantitativos conseguidos, tendo-se como intuito de indicar a tendência à exclusão social ou mesmo identificar os pontos onde esta já se apresenta, podem ser criados e usados os indicadores de pobreza urbana e de exclusão social (POCHMANN e AMORIN, 2003) capazes de apontar assim o mapa da exclusão social nas cidades.

3.3 Metodologia utilizada no trabalho

dologia utilizada para a realização do trabalho. Em sua subdivisão são explicados como foram obtidos os dados brutos, base desta análise, como esses dados foram tratados para que se criasse o banco de dados. Em seguida, de forma sucinta, foram explicados como se deram as análises do bando de dados para as capitais nordestinas, bem como a produção do índice de exclusão, e a confecção dos mapas temáticos, resultados deste trabalho.

3.3.1 As etapas do trabalho

Este trabalho foi realizado em duas etapas. A primeira constou de uma revisão da bibliografia acerca da exclusão social, do papel do Estado e das políticas públicas relacionadas ao tema da dissertação. Martins (2007) afirma que a pesquisa bibliográfica busca conhecer, analisar e explicar contribuições sobre determinado assunto, tema ou problema.

A segunda etapa deste trabalho é constituída por uma pesquisa quantitativa, que tem como estratégia o estudo de caso das capitais do nordeste brasileiro, selecionadas segundo a classificação da rede urbana brasileira feita pelo IBGE (2008), explicada no Capítulo IV deste trabalho. Segundo Yin (2005), o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real ó tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e maturação de setores econômicos.

3.3.2 Origem dos dados

Os dados que deram embasamento para a realização deste trabalho foram dados de atributos como os resultados numéricos obtidos pelos levantamentos do Censo IBGE 2000 para os Setores Censitários das capitais nordestinas. Esses dados foram adquiridos a partir da compra dos CDs diretamente com o IBGE, juntamente com o software também produzido pelo IBGE para a leitura e visualização de sua espacialização.

resultados do Censo 2000 divididos por cidade. Cada CD possui os resultados do Censo por cidade classificados por 4 assuntos: *Domicílios*, *Instrução*, *Pessoas* e *Responsáveis*.

Os dados por *Domicílios* contêm informações acerca da quantidade dos domicílios, bem como sua natureza, se próprio ou alugado, por exemplo. Além disso, essa classe de informações também descreve o que foi encontrado pelos agentes do IBGE quanto à infraestrutura dos locais analisados, contando com dados sobre o esgotamento sanitário, a coleta de lixo, a rede de abastecimento de água, dentre outros.

Em *Instrução* são encontrados os dados referentes ao grau de alfabetização da população, tanto de maneira geral, quanto classificados por sexo e idade.

Os dados referentes a *Pessoas* possibilitam o conhecimento da quantidade de residentes em cada Setor Censitário, bem como demonstram sua distribuição por sexo e idade.

Na subclassificação *Responsáveis* são encontrados os números referentes aos chefes de família entrevistados. Dentre esses dados são encontrados a idade, o sexo, bem como o Rendimento Nominal Mensal por Setor Censitário. É nessa classe de informações que são encontrados os dados quanto a realidade socioeconômica dos locais estudados, e através de sua análise, torna-se possível identificar quais os níveis de concentração de renda nos diferentes pontos de uma cidade.

3.3.3 Tratamento dos dados

Uma vez de posse dos dados brutos obtidos com o IBGE, deu-se então o seu tratamento de modo a agilizar a produção deste trabalho.

De início, esses dados foram previamente analisados no próprio software adquirido junto ao IBGE, o ESTATCART. Nele, seus dados quantitativos foram visualizados, bem como sua espacialização na malha digital das cidades e as tabelas com seus resultados. Essas tabelas foram exportadas uma a uma para o formato Microsoft Excel, obedecendo a subclassificação em *Domicílios*, *Instrução*, *Pessoas* e *Responsáveis*.

por cidade, contendo as 514 variáveis do Censo IBGE 2000, foram selecionadas as informações que são utilizadas nas análises estatísticas em etapa posterior. Procurou-se selecionar variáveis que abarcassem informações das quatro subclassificações do IBGE, para tanto, foram utilizadas:

- *Pessoas residentes;*
- *Pessoas residentes - alfabetizadas - 5 anos de idade ou mais;*
- *Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes;*
- *Rendimento nominal mensal - pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes;*
- *Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes ó (de 1 a 17 anos de estudo);*
- *Domicílios particulares permanentes;*
- *Abastecimento de água - rede geral;*
- *Domicílios particulares permanentes - destino do lixo - coletado por serviço de limpeza;*
- *Domicílios particulares permanentes - com banheiro ou sanitário - esgotamento sanitário - rede geral de esgoto ou pluvial;*
- *Domicílios particulares permanentes ó (de 1 a mais de 10 moradores por domicílio).*

Uma vez selecionadas as variáveis, estas foram transformadas em um banco de dados no formato Microsoft Excel, por cidade e, logo depois, foram transformadas em planilhas para leitura no software Statistical Package for the Social Science (SPSS) onde foram realizadas as análises.

As análises estatísticas foram realizadas através do software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) para Windows.

Os números brutos coletados foram tabulados para o formato de tal software, sendo em seguida feitas análises de correlação, Chi ao quadrado e distribuição de frequência.

O cruzamento de informações entre as cidades teve como objetivo demonstrar as semelhanças e diferenças entre suas realidades, através, por exemplo, da explicitação de como se comporta a exclusão social em capitais de portes diferentes.

Os resultados obtidos através das análises estatísticas se mostraram capazes de apontar a homogeneização da exclusão social nas características socioeconômicas das populações residentes nas capitais metropolitanas regionais e capitais regionais analisadas neste trabalho.

3.3.5 Criação do índice de exclusão social

Com o intuito de indicar a tendência à exclusão social nas capitais nordestinas se fez uso da metodologia para a criação de indicadores de pobreza e exclusão desenvolvida por Pochmann e Amorim (2003), adaptando-a para que fosse possível se fazer uso das variáveis disponíveis nos resultados do Censo IBGE 2000, fonte primária dos dados deste trabalho.

O Atlas da exclusão social no Brasil de Pochmann e Amorim (2003) foi elaborado da seguinte forma: em primeiro lugar foram elencados os três grandes temas que configuram os componentes de inclusão/exclusão social ou de risco de inclusão/exclusão social. O primeiro, denominado *Padrão de vida digno*, foi formado por indicadores capazes de demonstrar a qualidade de vida material da população. O segundo grande tema buscou avaliar o *Conhecimento* da população, utilizando para isso os dados do censo referentes à educação, por meio de indicadores de anos de estudo do chefe de família e alfabetização da população acima de 5 anos de idade. Levando em consideração o índice de vulnerabilidade juvenil, foi criado o índice de *Risco Juvenil* por meio dos indicadores participação dos jovens de 0 a 14 anos na população e a taxa de homicídios a cada 100 mil habitantes.

...itais algumas adaptações em relação à composição do índice de exclusão social, devido aos objetivos do trabalho, bem como a algumas limitações em relação ao acesso aos dados básicos.

Para a sua formulação, foram consideradas dimensões da exclusão social assim como no trabalho de Pochmann e Amorin (2003). No entanto, as variáveis relacionadas à *vulnerabilidade* da população jovem foram substituídas por indicadores relacionados aos *serviços públicos* básicos, como distribuição de água potável, coleta do lixo urbano e ligação das moradias à rede geral de esgotamento sanitário, diretamente relacionados às condições de saúde da população. Foi criado também um índice de *densidade domiciliar* relacionado a uma dimensão inerente a um dos direitos sociais expressamente elencados da Constituição Federal de 1988, a qualidade habitacional, pois maiores densidades domiciliares estão relacionadas a piores condições de habitação e saúde.

Outra diferença entre este trabalho e o desenvolvido por Pochmann e Amorin (2003) é a menor unidade geográfica estudada. No Atlas da Exclusão Social no Brasil (POCHMANN e AMORIN, 2003), o trabalho realizado espacializou a exclusão social por município, enquanto este estudo adotou os Setores Censitários como a menor unidade a ser estudada, possibilitando uma leitura dos resultados sobre exclusão social dentro dos limites do município, explicitando, dentre aquela população, qual parcela se encontra em melhor ou pior situação quanto aos índices estudados. Tal visualização da exclusão se torna um instrumento capaz de direcionar o poder público local em suas ações sociais.

A formulação do índice de exclusão consiste na combinação de diversos fatores acerca da realidade a ser estudada através da atribuição de pesos aos índices já criados, e a sua soma tem o intuito de formar um índice composto, o Índice de Exclusão Social.

Para este trabalho, foram analisadas, como dito anteriormente, os seguintes aspectos:

- Distribuição de Renda: *indicador de desigualdade*;
- Conhecimento: *indicador de anos de estudo do chefe de família e indicador de alfabetização*;
- Serviços Públicos: *indicador de abastecimento de água, indicador de coleta de lixo e indicador de esgotamento sanitário*;
- Densidade Domiciliar: *indicador de densidade domiciliar*.

Os dados brutos coletados pelo IBGE foram transformados em índices baseados na fórmula utilizada por Amartya Sen quando da criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (ONU/PNUD, 2002):

$$I_v = (V \text{ ó } V_{me}) / (V_{ma} \text{ ó } V_{me})$$

Onde:

I_v = Índice que se quer calcular;

V = A variável do IBGE em estudo;

V_{me} = A menor ocorrência encontrada na variável;

V_{ma} = A maior ocorrência encontrada na variável.

Cada índice criado recebeu o peso de 12,5% para que, somados, formassem o Índice de Exclusão Social desejado.

1º Os índices variam de 0 a 1;

2º As piores condições de vida equivalem a valores próximos a zero, enquanto as melhores situações sociais estão próximas de 1.

3.3.6 Produção dos mapas temáticos

Com base nos resultados obtidos a partir das análises estatísticas, cruzamento dos dados e criação dos indicadores e índices, foram produzidos mapas temáticos com o intuito de espacializar a exclusão social demonstrando nas áreas da cidade aquelas em que há uma carência de serviços públicos, o que indicaria a necessidade por uma maior presença do poder público e de suas ações.

Os mapas foram produzidos com auxílio do programa ESTATCART do IBGE, de onde foram extraídas as bases digitais das cidades que foram utilizadas como base para a distribuição dos índices por faixas de frequência representadas por cores que simbolizavam desde a melhor situação até a pior situação em relação ao índice explorado.

tomou como menor unidade geográfica os Setores Censitários criados pelo IBGE para a realização do recenseamento por parte de seus agentes.

Para a produção dos mapas temáticos foi utilizado o software gratuito Terraview ver. 3.6.0 (INPE, 2010), através da vinculação das tabelas com os índices para a base digital das cidades em estudo.

Tal metodologia já foi utilizada nas pesquisas de iniciação científica anteriores que deram origem a esta dissertação e vêm sendo aperfeiçoadas desde então.

3.4 Conclusão

Neste trabalho foram utilizadas metodologias diversas aplicadas nos estudos anteriores, buscando aperfeiçoá-las para reunir dados significativos para diagnosticar uma melhor aproximação das reais situações das cidades estudadas, utilizando dados de atributos, assim como, os dados espaciais: imagens de satélites, fotografias, base cartográfica digital e mapas locais analógicos visando à integração dos mesmos.

Esta pesquisa investigou questões socioespaciais para compreender a desigualdade e a exclusão social nas capitais nordestinas. Os dados secundários utilizados nesta pesquisa tiveram como base os números do IBGE para os setores censitários coletados durante o Censo Demográfico 2000, bem como os dados desenvolvidos pelo PNUD (2003) no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Este Capítulo apresenta os resultados obtidos por este trabalho. Como explicado no Capítulo anterior sobre a metodologia empregada, os dados obtidos foram selecionados com o intuito de formar um banco de informações a ser trabalhado em *softwares* de análise estatística. Em seguida, as variáveis selecionadas foram transformadas em indicadores, índices e através da distribuição de pesos foi obtido o índice composto de exclusão social para as capitais nordestinas. Tais resultados foram espacializados na malha digital das cidades.

4.1 Apresentação dos índices criados para as capitais nordestinas

Como explicado nos capítulos anteriores, foram selecionadas variáveis a partir do Censo demográfico (IBGE, 2000) para fazerem parte do banco de dados a ser analisado. Diferentemente dos trabalhos de Pochmann e Amorim (2003), este trabalho utilizou os setores censitários como menor unidade geográfica, com o intuito de evitar ao máximo deformações quanto aos resultados obtidos, muito comuns ao se trabalhar com áreas muito extensas.

Os setores censitários são identificados através de códigos com 15 dígitos, criados pelo IBGE. Os 6 primeiros dígitos identificam a unidade federativa e o município, os demais distinguem a porção urbana da rural, e o setor propriamente dito é identificado através dos 7 últimos dígitos (ALENCAR, 2007).

A disponibilização dos dados do Censo (IBGE, 2000) por setor censitário possibilitou a vinculação dos resultados obtidos nas análises às malhas digitais das capitais em estudo. Para tanto, foram utilizados dados e setores censitários apenas das áreas urbanas das cidades. A tabulação dos dados por cidade mostrou existirem setores censitários onde não existiam dados levantados, e em sua maioria tais setores eram classificados como setores especiais

fanatos, penitenciárias, entre outros. Tais setores foram identificados no banco de dados criado e descartados das análises estatísticas realizadas.

Os resultados obtidos foram espacializados nas malhas digitais das cidades, e estes surgiram a partir da criação de índices com base nas variáveis selecionadas. Os índices buscaram avaliar quatro aspectos:

- Distribuição de Renda: *indicador de desigualdade*;
- Conhecimento: *indicador de anos de estudo do chefe de família e indicador de alfabetização*;
- Serviços Públicos: *indicador de abastecimento de água, indicador de coleta de lixo e indicador de esgotamento sanitário*;
- Densidade Domiciliar: *indicador de densidade domiciliar*

Após a criação dos índices para cada aspecto estudado: índice de distribuição de renda, índice de conhecimento, índice de serviços públicos e índice de densidade domiciliar. Por fim, cada indicador recebeu um peso, e sua união deu origem ao índice composto de exclusão social espacializado na área urbana das capitais nordestinas estudadas.

4.1.1 Distribuição de renda

A avaliação da distribuição de renda nas capitais nordestinas busca verificar como a riqueza produzida pelas cidades retorna em forma de rendimento nominal mensal para os seus habitantes. Desta forma, pretendeu-se com a elaboração deste índice identificar nas malhas das cidades em estudo se há concentração de renda e, caso positivo, os setores em que ela se apresenta.

Foi utilizada a variável Pessoas Responsáveis ó Rendimento Nominal Mensal (IBGE, 2000) para aferir a distribuição de renda nas capitais estudadas, e para isso, foi feita uma distribuição de frequência onde o rendimento nominal mensal encontrado foi classificado em faixas de frequência. Ainda, foi feito um recorte aos 10% e outro aos 90%, com isso foram identificados os 10% mais pobres e os 10% mais ricos dentre os setores censitários. O 9º decil

para os rendimentos das pessoas pertencentes ao décimo mais rico (HOFFMANN, 2000).

A Tabela 5 abaixo contém o rendimento nominal mensal total, os rendimentos nominais dos décimos mais pobres e mais ricos e a porcentagem equivalente a porção da renda que cada grupo detém.

Tabela 5 - Rendimento dos décimos mais rico e mais pobre das capitais metropolitanas nordestinas.

	Rendimento nominal mensal (R\$)	Mínimo rendimento entre os 10% mais ricos (R\$)	% de renda acumulado pelos 10% mais ricos	Máximo rendimento entre os 10% mais pobres (R\$)	% de renda acumulado pelos 10% mais pobres
Salvador	503.743.079,00	461.030,00	40,90	46.902,00	1,66
Fortaleza	400.671.266,00	395.821,10	42,26	40.165,80	1,42
Recife	344.187.895,00	705.705,40	41,49	58.296,60	1,40

Fonte: Adaptado IBGE, 2000.

A análise da distribuição do rendimento nominal mensal nas capitais metropolitanas do nordeste brasileiro aponta que as três cidades apresentam um padrão aproximado, principalmente quanto à porção de rendimento detido pelos 10% mais pobres. Respeitadas as proporções, os 10% mais pobres encontram-se em Recife e detém apenas 1,40% do rendimento nominal mensal da cidade. No entanto, é em Salvador também onde os 10% mais ricos acumulam a menor porcentagem da renda, 40,90% do total. Nas três cidades em estudo, o rendimento dos 10% mais ricos foi aproximadamente de 20 a 25 vezes maior do que o dos 10% mais pobres.

A Figura 2 abaixo representa a espacialização da distribuição de renda na cidade de Recife. Recife apresentou a menor concentração correspondente aos 10% mais pobres, tendo um rendimento percentual acumulado de 1,40% do rendimento nominal mensal da cidade.

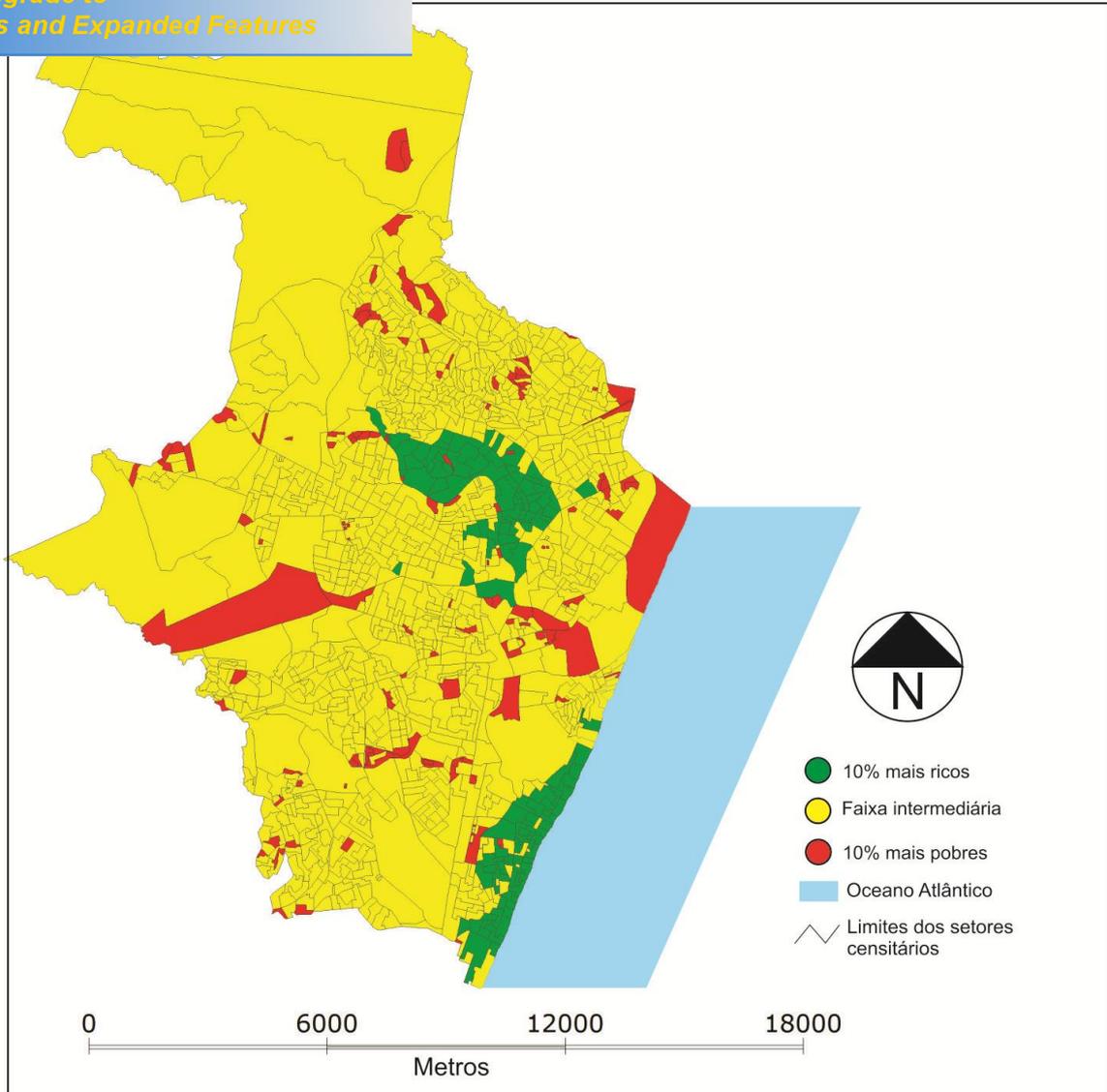


Figura 2 - Distribuição dos 10% mais ricos e 10% mais pobres em Recife-PE
 Fonte: Elaboração própria, 2010.

Observando a Figura 2 acima, percebe-se que, seguindo um padrão encontrado nas principais capitais nordestinas, a riqueza fica concentrada em poucos bolsões que envolvem bairros situados na orla marítima, representado quase em totalidade pelo bairro de Boa Viagem, e em bairros localizados no interior da cidade, como Graças, Poço e Tamarineira.

A Tabela 6 abaixo repete a análise da distribuição do rendimento nominal mensal, desta vez, para as três capitais regionais selecionadas para o estudo.

décimos mais rico e mais pobre das capitais regionais.

	Rendimento nominal mensal (R\$)	Mínimo rendimento entre os 10% mais ricos (R\$)	% de renda acumulado pelos 10% mais ricos	Máximo rendimento entre os 10% mais pobres (R\$)	% de renda acumulado pelos 10% mais pobres
Natal	149.404.508,00	645.348,00	37,30	77.490,80	1,90
Maceió	141.911.916,00	492.584,50	41,16	35.587,00	0,98
João Pessoa	124.872.421,00	570.267,10	35,12	37.274,30	1,00

Fonte: Adaptado de IBGE, 2000.

A análise por décimos de riqueza e pobreza das capitais regionais mostra que, as cidades agora em evidência possuem uma menor parcela do rendimento total da cidade nas mãos dos 10% mais ricos. Em João Pessoa, essa parcela da população chega a captar 35,12% de todo o rendimento distribuído pela cidade, enquanto os 10% mais pobres detém apenas 1,00%. A cidade de Natal possui em sua distribuição de renda o melhor cenário dentre as 6 capitais estudadas em relação aos 10% mais pobres, pois estes detém 1,90% de todo o rendimento distribuído, aproximadamente um montante 20 vezes menor do que a parcela pertencente entre os 10% mais ricos, 37,30%.

Dentre as capitais regionais estudadas, a cidade de Maceió apresentou a maior concentração proporcional de renda no grupo dos 10% mais ricos, cerca de 41,16% do total do rendimento mensal para a cidade.

A Figura 3 a seguir ilustra a distribuição de renda na cidade de Maceió através dos décimos mais rico e mais pobre.

O mapa de espacialização da distribuição de rendimento nominal mensal para Maceió revela que, assim como mostrado no mapa de Recife (Figura 2), os bairros pertencentes a orla marítima, principalmente os de grande visibilidade turística são detentores de grande parte da renda da cidade. No caso de Maceió, destacam-se os bairros de Ponta Verde, Pajuçara e Jatiúca, e cria-se um cinturão de riqueza que percorre bairros antigos da cidade como o Farol e o Centro.

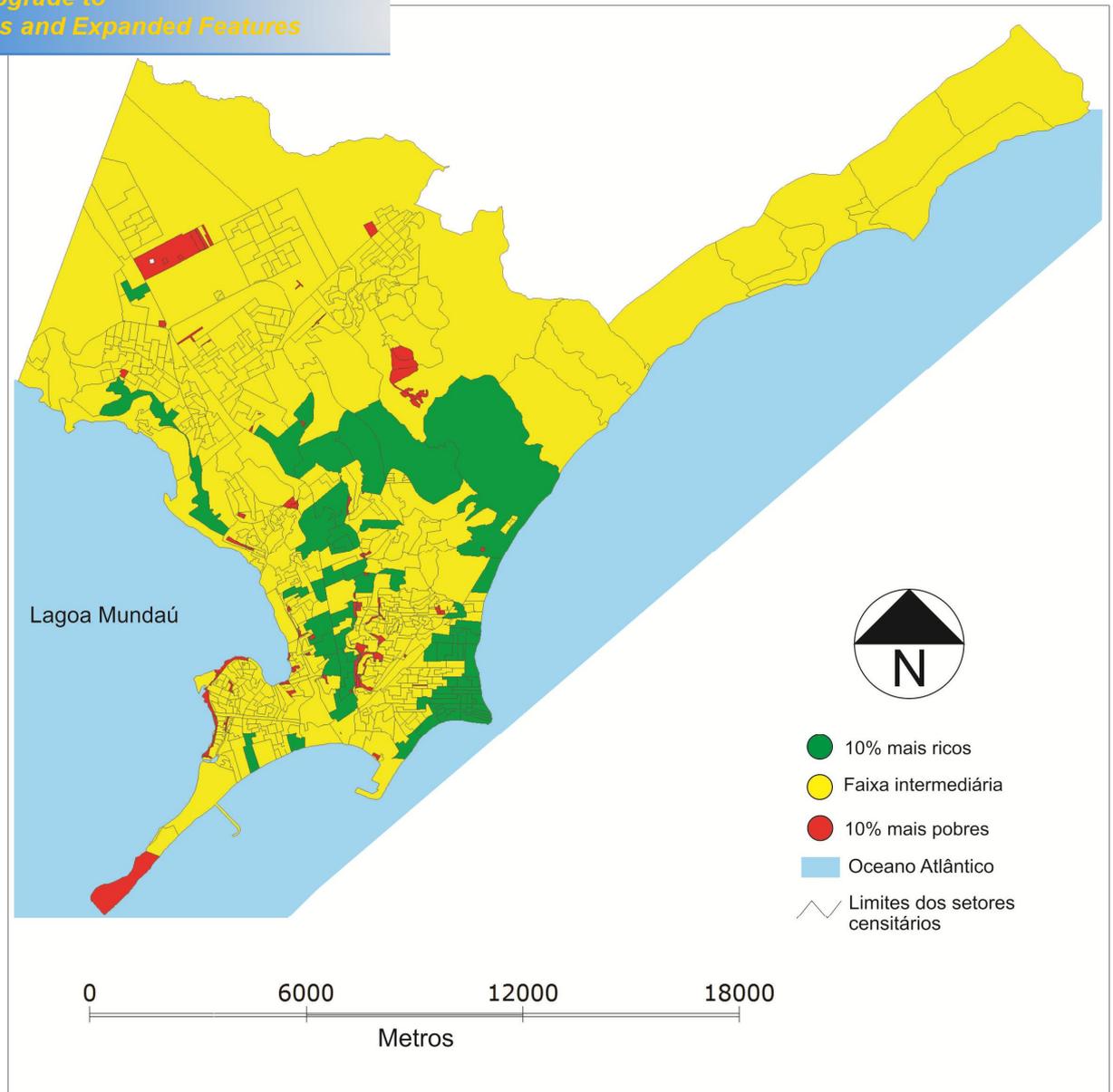


Figura 3 - Distribuição dos 10% mais ricos e 10% mais pobres em Maceió-AL.
 Fonte: Elaboração própria, 2010.

A pobreza de Maceió se instalou principalmente nas margens da orla lagunar, nos bairros da Levada e Clima Bom, bem como percorrendo as encostas do Vale do Reginaldo, região que ironicamente está cercada por alguns dos bairros mais ricos da cidade.

O estudo dos níveis de conhecimento tem por objetivo identificar as áreas da cidade que são ocupadas pela população mais instruída, bem como, identificar na malha urbana quais setores censitários apresenta os menos instruídos, ou mesmo analfabetos. Tal identificação pode ser utilizada como diretriz pelo poder público a fim de investir em educação onde mais se mostrar necessário.

O estudo desse tema é baseado nos trabalhos de Pochmann e Amorim (2003), que por sua vez, inspiraram-se nas recomendações do IPEA e da Fundação João Pinheiro (IPEA, 1999) para mensurar a participação da população no legado técnico científico da sociedade. Sendo assim, foram utilizadas as mesmas variáveis analisadas pelos autores citados, que foram transformadas no *indicador de anos de estudo do chefe de família* e *indicador de alfabetização*.

Como componente do aspecto *Conhecimento*, a variável *alfabetização da população acima de 5 anos de idade* foi avaliada para verificar as parcelas alfabetizadas e não alfabetizadas da população. A Tabela 7 abaixo apresenta os dados sobre a alfabetização das capitais metropolitanas em estudo.

Tabela 7 - Dados sobre a alfabetização da população nas capitais metropolitanas nordestinas

	Pessoas com mais de 5 anos de idade	Pessoas alfabetizadas	% de analfabetos
Salvador	2.219.250	2.004.162	9,62
Fortaleza	1.937.000	1.654.349	14,59
Recife	1.304.864	1.130.159	13,38

Fonte: Adaptado de IBGE, 2000.

Verificou-se que Salvador, apesar de possuir a maior população dentre as capitais metropolitanas nordestinas, possui também a menor taxa de analfabetismo segundo os dados do IBGE (2000), 9,62% da população. A cidade de Fortaleza apresentou o maior número analfabetos em sua área urbana, por possuir 1.937.000 habitantes com mais de 5 anos de idade, sendo 282.652 habitantes analfabetos, o que corresponde a 14,59% do total.

o *indicador de alfabetização* e ajudou a compor o índice de conhecimento, juntamente com o *indicador de anos de estudos do chefe de família*.

Esse indicador foi obtido através da média ponderada entre as variáveis do Censo 2000 que continham respostas de menos de 1 ano de estudo a 17 ou mais anos de estudo. Através de sua análise, mais uma vez verificou-se que Salvador possui os melhores índices tanto em média de anos de estudos do chefe de família quanto na parcela de analfabetos destes, 7,72 anos e 7,84%, respectivamente, como mostra a Tabela 8 a seguir.

Tabela 8 - Dados sobre a alfabetização dos chefes de família nas capitais metropolitanas nordestinas

	Total de chefes de Família	Chefes de família alfabetizados	Média de anos de estudos do chefe de família	% de chefes de família analfabetos
Salvador	645.517	594.847	7,72	7,84
Fortaleza	517.789	442.028	6,71	14,73
Recife	376.022	327.620	7,55	12,84

Fonte: Adaptado de IBGE, 2000.

Como dito, o *indicador de alfabetização* foi combinado com o *indicador de anos de estudos do chefe de família* para ter como resultado o *índice de conhecimento*.

A Figura 4 a seguir representa exatamente isso. O *índice de conhecimento* criado foi espacializado na malha urbana da cidade de Salvador para possibilitar a visualização espacial de como se encontra a educação na capital baiana.

A espacialização do índice de conhecimento mostrou que a população mais instruída se distribui pelos bairros da orla marítima, como Itapoã.

Percebe-se também que a orla da Baía de Todos os Santos, leste da cidade, não é procurada pela população com maior instrução, uma vez que quase a totalidade dos setores censitários foram classificados entre as duas piores faixas de frequência. Uma curiosidade encontrada data da presença de um setor censitário no bairro de Valéria, caracterizado por possuir diversas carências, classificado como pertencente aos melhores índices de conhecimento da cidade.

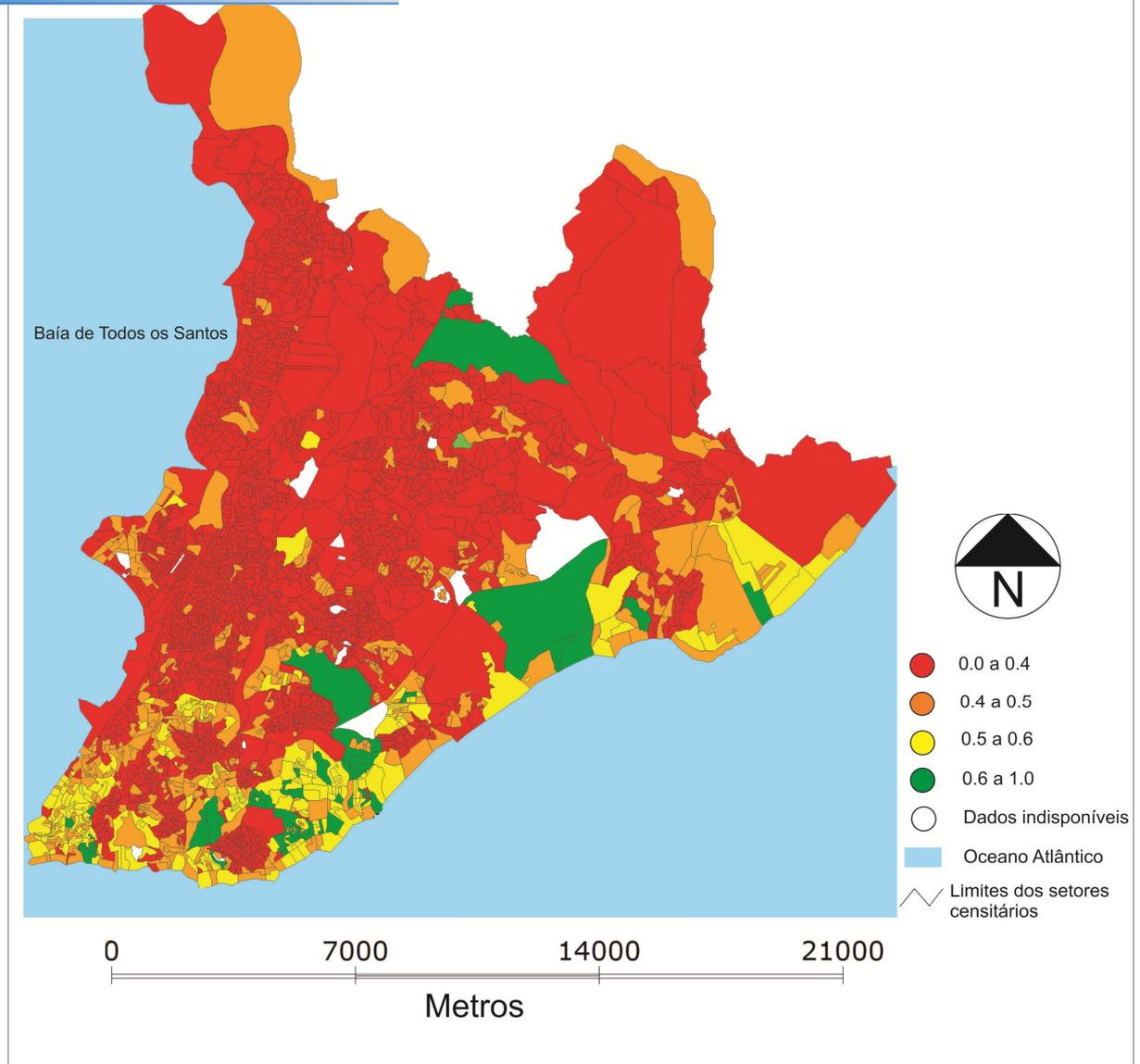


Figura 4 ó Espacialização do índice de conhecimento em Salvador-BA

Fonte: Elaboração própria, 2010.

Foram realizadas as mesmas análises em relação as capitais regionais com o intuito de verificar se há diferença entre os níveis de analfabetismo já apresentados nas capitais metropolitanas em estudo. Percebeu-se que os índices de analfabetismo entre as pessoas com mais de 5 anos são proporcionalmente aproximados, independente do porte ou importância da cidade na região em que se encontra. As diferenças extremas entre os dois grupos podem ser verificadas na cidade de Salvador, com 9,62% de analfabetos (Ver Tabela 7), e na cidade de Maceió, com 20,23% como mostra a Tabela 9 abaixo.

Tabela 9 - Dados sobre a alfabetização da população nas capitais regionais

	Pessoas com mais de 5 anos de idade	Pessoas alfabetizadas	% de analfabetos
Natal	613.460	521.195	13,04
Maceió	676.636	539.708	20,23
João Pessoa	545.109	466.021	14,50

Fonte: Adaptado de IBGE, 2000.

Ainda, segunda a Tabela 9 acima, é possível verificar, respeitadas as proporções, que a cidade de Maceió possui aproximadamente 1/4 a mais de analfabetos que a outras capitais nacionais em estudo, 136.928 habitantes ou 20,23% do total da população acima de 5 anos de idade.

Apesar de possuir uma população em idade escolar menor do que Maceió, a cidade de João Pessoa apresentou a segunda menor porcentagem de analfabetismo dentre a população, 14,50%, perdendo apenas para a cidade de Natal com população maior, 613.460 habitantes, bem como um índice maior de pessoas alfabetizadas, 521.195 habitantes alfabetizados acima de 5 anos de idade, ou 84,95% do total.

A avaliação do grau de instrução dentre os chefes de família apresentou diferenças em relação os níveis de analfabetismo dos chefes de família em capitais metropolitanas e capitais regionais. Embora a média de anos de estudo do chefe de família tenha permanecido aproximada, houve um aumento em relação à parcela dos que responderam não possuir escolaridade, como pode ser visto na Tabela 10 abaixo.

Tabela 10 - Dados sobre a alfabetização dos chefes de família nas capitais regionais

	Total de chefes de Família	Chefes de família alfabetizados	Média de anos de estudos do chefe de família	% de chefes de família analfabetos
Natal	168.393	143.109	7,06	15,01
Maceió	188.969	151.788	6,35	19,67
João Pessoa	149.137	126.838	7,43	14,95

Fonte: Adaptado de IBGE, 2000.

Enquanto a maior parcela dos chefes de família nas capitais metropolitanas foi de 14,73% (Fortaleza), a menor parcela encontrada nas capitais regionais foi de 14,95% (João Pessoa),

representante do pior índice dentre os chefes de família, cerca de 20% ou 37.181 chefes de família que nunca freqüentaram alguma sala de aula. A avaliação em conjunto das duas variáveis apontou a cidade de Natal como a que possui os melhores índices relacionados à educação, dentre as capitais regionais estudadas, por, dentre outros motivos, apresentar a menor parcela de população analfabeta dentre os casos estudados.

A Figura 5 abaixo representa a espacialização do índice de conhecimento na cidade de Natal. O grande setor censitário em branco é o conhecido Parque das Dunas, uma reserva de 1.172 hectares de Mata Atlântica situada no centro da cidade, por isso não existem dados socioeconômicos sobre esse setor.

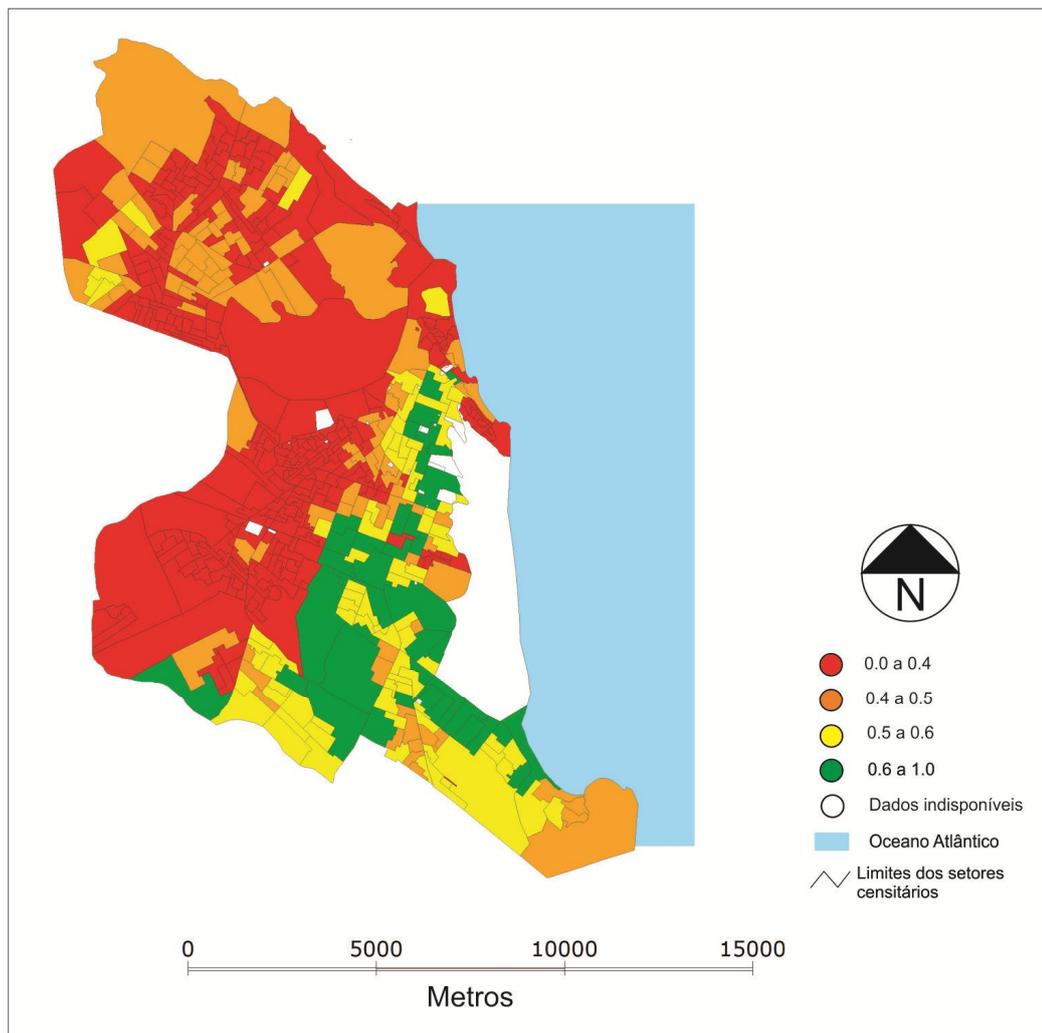


Figura 5 - Espacialização do índice de conhecimento em Natal-RN.
Fonte: Elaboração própria, 2010.

tica, o Parque das Dunas acaba valorizando a área a sua volta. Pode-se ver no mapa que os melhores índices de conhecimento aglomeram-se ao seu redor. Os setores censitários com a população menos instruída encontram-se longe das áreas mais atrativas da cidade, como pode ser visto na Figura 5 acima, distantes do Parque das Dunas. Espacialização semelhante foi vista ao se aplicar o índice de conhecimento na malha urbana de Salvador (ver Figura 4), quando os setores censitários com melhor índice de conhecimento se apresentaram próximos às regiões mais valorizadas da orla da cidade.

A análise dos *índices de anos de estudo do chefe de família* e *índice de alfabetização* para as capitais metropolitanas nordestinas e capitais regionais do nordeste permite concluir que, independente do porte e importância da cidade, os níveis de alfabetização da população são proporcionalmente semelhantes, com diferença visível praticamente nos dois extremos da amostra, Salvador, com melhores índices de alfabetização e de anos de estudos do chefe de família, e Maceió, com os piores índices.

Viu-se também que a espacialização do conhecimento na malha urbana das capitais em estudo também obedece a um padrão. A população mais instruída se encontra ocupando ou próxima das áreas mais valorizadas da cidade, havendo uma mescla entre as três melhores faixas dos índices criados. Por outro lado, a população com menor instrução apresenta-se excluída desse espaço, sendo encontrada formando uma massa quase uniforme no interior e periferia das cidades.

É importante salientar que como o Censo (2000) não averiguou o nível de ensino recebido pelos habitantes que responderam serem alfabetizados, permite-se deduzir que os níveis de analfabetismo aumentem bastante quando acrescido dos níveis de analfabetismo funcional.

4.1.3 Serviços públicos

A avaliação dos serviços públicos prestados nas capitais estudadas tem o intuito de verificar como cidades de porte diferente se apresentam em relação à distribuição de água potável, a instalação de redes de esgotamento sanitário e a coleta de lixo. Para isso, foram utilizadas as variáveis do IBGE (2000) *domicílios particulares permanentes - abastecimento de água - rede geral*, *domicílios particulares permanentes - com banheiro ou sanitário ó rede geral de esgoto ou pluvial* e *domicílios particulares permanentes - destino do lixo ó coletado*

Os serviços foram comparadas com a variável *domicílios* com o objetivo de mensurar o alcance de tais serviços nas cidades.

A Tabela 11 a seguir faz o comparativo utilizando os dados averiguados quando da realização do Censo 2000, visando demonstrar o alcance das variáveis em relação aos domicílios particulares permanentes que compõem o aspecto dos serviços públicos aos domicílios da área urbana das cidades.

Tabela 11 - Distribuição dos serviços públicos nas capitais estudadas.

Capitais metropolitanas nordestinas

	Total de domicílios	Domicílios abastecidos pela rede geral de água	Domicílios ligados à rede de esgotamento sanitário	Domicílios atendidos pela coleta de lixo
Salvador	654.453	623.164 (95,21%)	480.728 (73,45%)	432.502 (66,08%)
Fortaleza	522.740	458.813 (87,77%)	229.286 (43,86%)	469.384 (89,79%)
Recife	371.972	322.521 (86,70%)	161.163 (43,32%)	342.089 (91,96%)

Capitais Regionais

	Total de Domicílios	Domicílios abastecidos pela rede geral de água	Domicílios ligados à rede de esgotamento sanitário	Domicílios atendidos pela coleta de lixo
Natal	170.335	163.498 (95,98%)	38.842 (22,80%)	156.405 (91,82%)
Maceió	192.918	153.338 (79,48%)	49.133 (25,46%)	172.225 (89,27%)
João Pessoa	155.048	145.754 (94,00%)	64.294 (41,46%)	137.490 (88,67%)

Fonte: Adaptado de IBGE, 2000.

A seguir serão feitos alguns comentários acerca de cada variável:

- Domicílios abastecidos pela rede geral de água: a análise em relação ao abastecimento de água potável tanto nas capitais metropolitanas regionais quanto nas capitais regionais mostrou-se satisfatória, pois se viu que a menor porcentagem de domicílios atendidos ficou em torno de 80% (Maceió), enquanto a maior atingiu quase a totalidade, 95,98% (Natal). O serviço de abastecimento de água mostrou-se ligeiramente melhor nas capitais regionais, com dois casos próximos aos 95% (João Pessoa e Natal), enquanto as capitais metropolitanas nordestinas apresentaram apenas um caso acima dos 90% (Salvador), ficando as outras cidades (Fortaleza e Recife), mesmo tendo um número menor de domicílios, próximas aos 85%. É importante salientar que a pesquisa utilizou dados do Censo 2000 quanto à

vés da rede geral, no entanto, diversas áreas urbanas se utilizam de poços artesianos e estes não estão computados na análise.

- Domicílios ligados à rede de esgotamento sanitário: o esgotamento sanitário foi o que apresentou a maior discrepância entre capitais metropolitanas e capitais regionais. Apesar de possuir aproximadamente o dobro de domicílios que a maior capital regional, O município de Recife, pior dos casos de esgotamento sanitário dentre as integrantes de metrópoles nordestinas, possui uma porcentagem de domicílios servidos (43,32%) melhor do que qualquer uma das capitais regionais, Natal (22,80%), Maceió (25,46%), João Pessoa (41,46%). Salvador mais uma vez apresentou o melhor esgotamento sanitário sendo distribuído a 73,45% dos domicílios, já Natal apresentou a situação mais alarmante com apenas 22,80% de seus domicílios ligados a rede de esgoto. Um dado preocupante não pode deixar de ser comentado: ao pesquisar sobre o esgotamento sanitário, o censo convencionou classificar numa mesma variável os domicílios tanto ligados à rede de esgotamento sanitário como os ligados à rede de drenagem pluvial. Sabe-se que as redes pluviais não foram projetadas para receber esgoto sanitário, portanto, permite-se deduzir que, não fosse por esse tipo de classificação adotado pelo Censo 2000, a porcentagem de domicílios ligados de fato à rede de esgotamento sanitário sofreria uma queda brusca.
- Domicílios atendidos pela coleta de lixo: a análise dos dados referentes à coleta de lixo revelou que tal serviço é prestado de forma satisfatória, na maioria dos casos, próximo dos 90% de domicílios atendidos. A cidade de Salvador se mostrou menos eficiente quanto a esse aspecto dentre todas as cidades estudadas com apenas 66,08% dos domicílios tendo seu lixo coletado por serviço de limpeza. Através da comparação dos setores que apresentaram índice menor quanto a coleta de lixo, foi possível identificar que estes geralmente se encontram em locais de difícil acesso como encostas, basicamente em áreas de invasão classificadas como aglomerados subnormais. Os dados do Censo 2000 mostram que em locais em que o serviço de coleta não chega, o lixo pode tomar diferentes caminhos como ser coletado por serviço de limpeza comunitário, ser queimado na propriedade ou mesmo ser jogado em lagos, rios ou no mar.

Para averiguar como o aspecto da distribuição de tais serviços públicos se comporta nas cidades, foi utilizada a mesma metodologia para a criação do índice composto de

obre o assunto foram transformadas num único índice composto de serviços, através da atribuição de pesos.

A Figura 6 abaixo representa o mapa da área urbana de Fortaleza. O índice de serviços foi espacializado na sua malha digital permitindo perceber que diferentemente de outros índices já espacializados neste trabalho, ao invés de haver concentração dos serviços de melhor qualidade, ele se mostra com suas faixas de frequência bastante fragmentadas nos setores censitários.

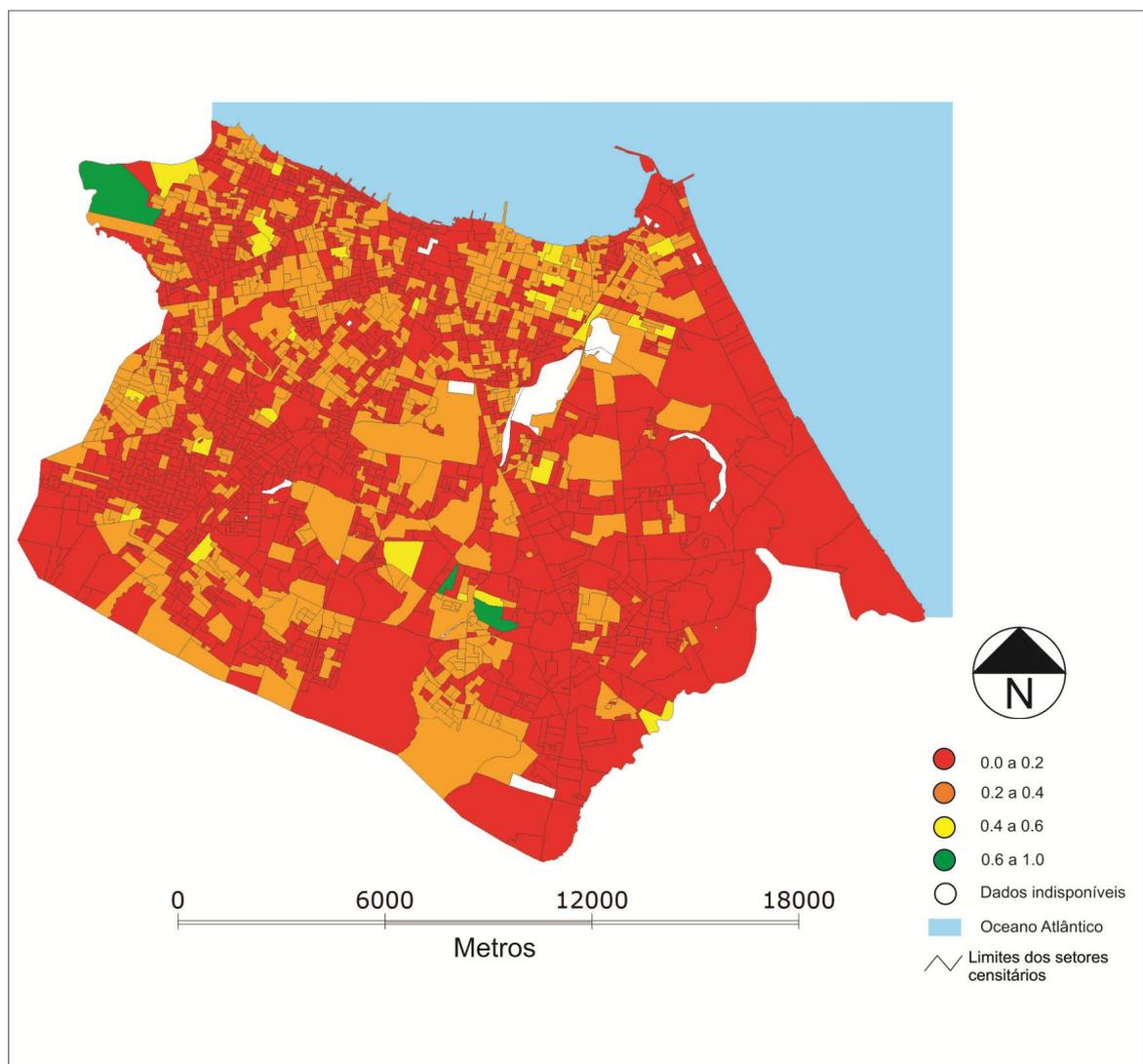


Figura 6 - Índice de serviços espacializado na malha urbana de Fortaleza-CE.

Fonte: Elaboração Própria, 2010.

le Fortaleza, 1502 se apresentaram na pior faixa de frequência (em vermelho), 643 ficaram com índice entre 0,2 e 0,4, 28 foram classificados como pertencentes a segunda melhor faixa de frequência e apenas 3 nos bairros de Barroso, Passaré e Vila Velha foram classificadas como na faixa entre 0,6 e 1,0, melhor situação para o índice criado. Apesar de possuir bons índices de coleta de lixo e abastecimento de água, o índice composto acaba apresentando resultados baixos por influência do índice de esgotamento sanitário, pior aspecto encontrado.

A Figura 7 a seguir representa o índice de serviços especializado na cidade de João Pessoa. Em comparação ao índice de serviços de Fortaleza, percebe-se que sua espacialização se dá de forma diferenciada, uma vez que os bairros centrais e uma parte da orla concentram as melhores faixas de frequência.

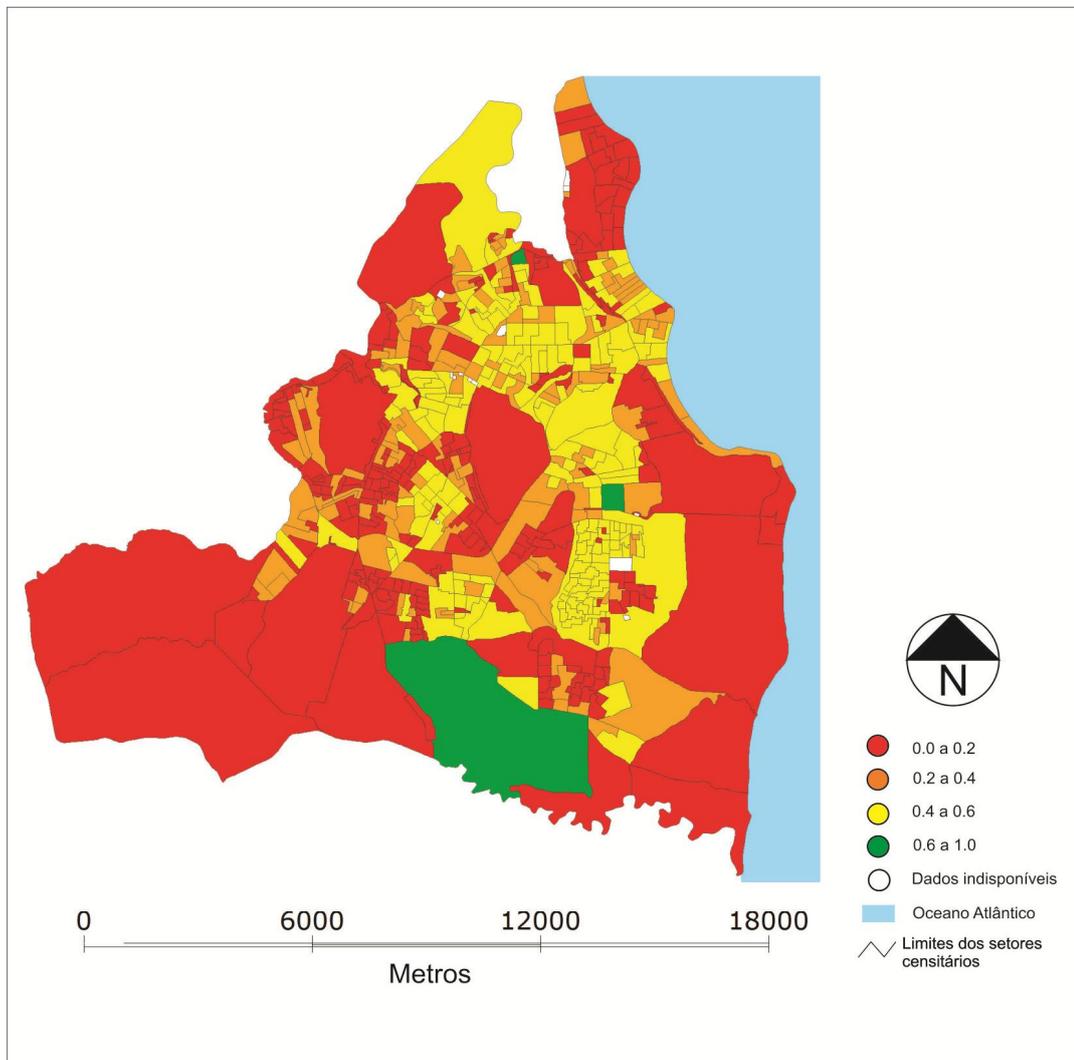


Figura 7 - Índice de serviços especializado na malha urbana de João Pessoa-PB.

Fonte: Elaboração própria, 2010.

está sujeita a algumas deformações, visto que a simples aparição de um índice ruim de abastecimento de água pela rede geral em um setor, por exemplo, não significará evidentemente que não haja abastecimento para aquelas residências. Sabe-se que alguns condomínios se utilizam de poços artesianos para se abastecerem, o que garantiria a oferta de água em tais setores, sem a necessidade da presença da rede geral de distribuição.

Contudo, considerando apenas as variáveis em estudo, deve-se encarar os resultados como um método de aferição da presença do poder público através da oferta dos serviços públicos oficiais, como abastecimento de água pela rede geral, rede de esgotamento sanitário e coleta de lixo pelo serviço de limpeza credenciado.

Por fim, vale ressaltar que, independente de ser capital metropolitana nordestina ou capital regional, todas apresentaram índices aproximados em relação ao abastecimento de água e coleta de lixo, que giraram sempre em torno de 80 a 90% de domicílios atendidos. No entanto, quanto ao esgotamento sanitário, os serviços prestados nas capitais regionais se mostraram inferiores em relação à cobertura dos mesmos nas capitais metropolitanas, sendo a melhor situação encontrada em João Pessoa onde 41,46% dos entrevistados afirmou ter esgotamento sanitário ligado a rede geral, seguido pelos péssimos resultados de Natal e Maceió, 22,80% e 25,56% apenas, respectivamente.

4.1.4 Densidade domiciliar

A criação deste indicador teve o intuito de verificar uma das dimensões inerentes a um dos direitos sociais expressamente elencados da Constituição Federal de 1988, a qualidade habitacional, pois maiores densidades domiciliares estão relacionadas a localidades onde se encontram as piores condições de habitação e saúde. Para isso, considerou-se densidade domiciliar o somatório dos produtos entre domicílios com determinado número de moradores e esse número de habitantes, dividido pelo total de domicílios do setor censitário.

Tabela resume dos resultados obtidos com a análise da densidade domiciliar, tanto para as capitais que são núcleos de metrópoles regionais, como para as capitais nordestinas.

Os resultados na Tabela 12 a seguir representam a média ponderada de densidade domiciliar encontrada nos setores censitários.

Tabela 12 - Resumo da densidade domiciliar

Capitais metropolitanas nordestinas

	Mínima densidade domiciliar	Máxima densidade domiciliar	Densidade domiciliar média
Salvador	1,46	5,10	3,69
Fortaleza	2,13	5,22	4,03
Recife	2,02	4,83	3,72

Capitais regionais

	Mínima densidade domiciliar	Máxima densidade domiciliar	Densidade domiciliar média
Natal	2,72	4,81	3,96
Maceió	2,47	4,67	3,78
João Pessoa	2,57	4,79	3,88

Fonte: Elaboração própria, 2010.

Percebe-se que as cidades núcleos de metrópoles regionais apresentam os setores censitários com a maior densidade domiciliar média, sendo em Fortaleza a maior densidade encontrada, com um setor onde em média residem 5,22 moradores por domicílio.

É também na cidade de Fortaleza onde existe a maior densidade domiciliar média, 4,03 habitantes por domicílio particular permanente.

Dentre as capitais regionais, os números foram bastante aproximados, sendo levemente mais elevados na cidade de Natal que demonstrou ter o setor com maior densidade domiciliar encontrado, bem como a maior média geral, 3,96 habitantes por domicílio.

A Figura 8 a seguir representa a espacialização do indicador criado para representar a densidade domiciliar na malha urbana de Maceió.

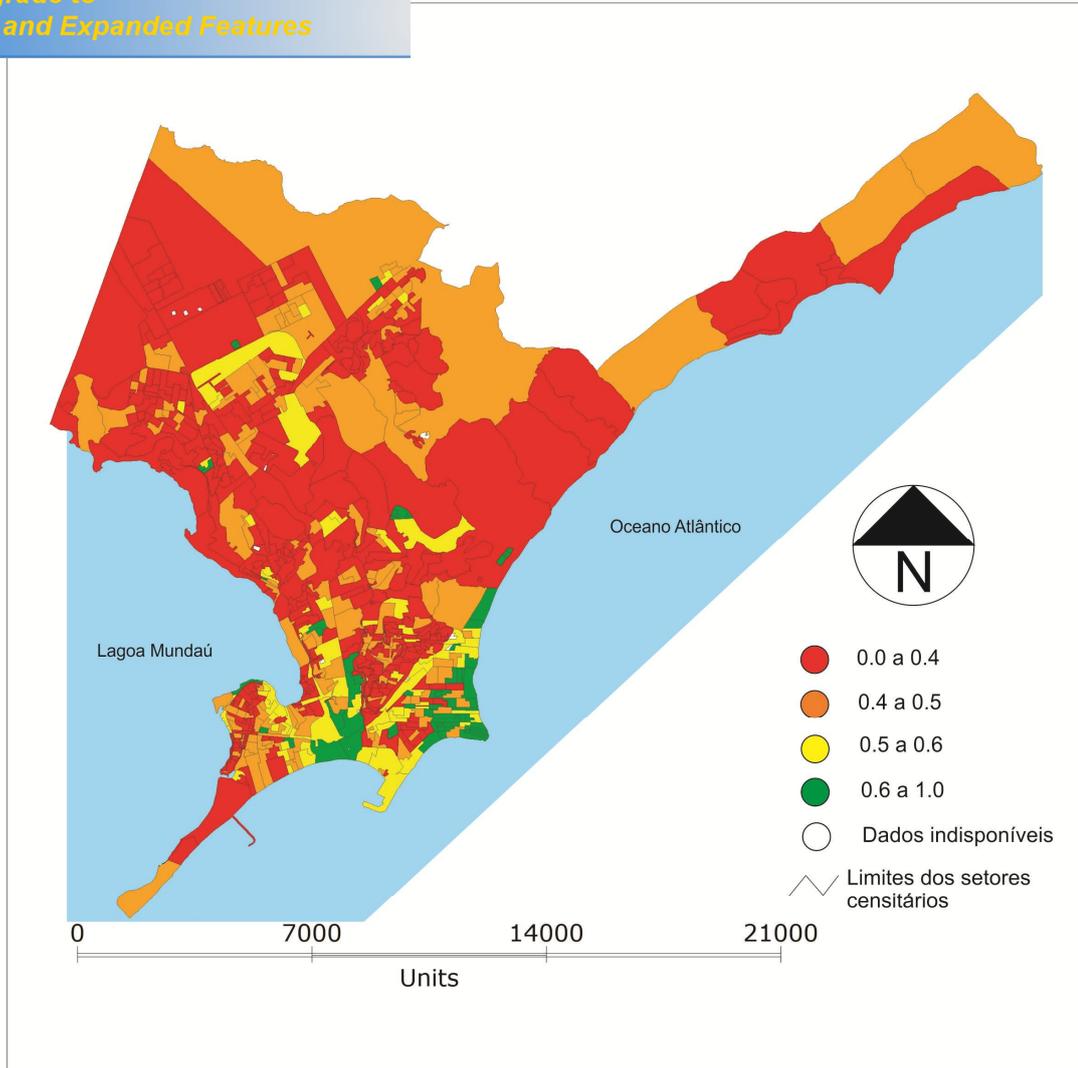


Figura 8 - Espacialização do indicador de densidade domiciliar na cidade de Maceió-AL.

Fonte: Elaboração própria, 2010.

A observação da Figura 8 acima permite perceber que há uma concentração de melhores condições habitacionais na área próxima à orla marítima da cidade, bem como em bairros com predominância comercial como é o caso do Jaraguá e do Centro.

As áreas com menores índices de densidade, ou seja, provavelmente com piores condições habitacionais e conseqüentemente de higiene apresentam-se afastados da orla marítima mais explorada em relação ao turismo e se difunde por todo o interior da cidade, bem como por toda a orla lagunar, bastante conhecida por abrigar inúmeros assentamentos subnormais com uma alta taxa de moradores vivendo nas unidades habitacionais.

A configuração dos bairros da orla marítima expressa outra realidade onde traçados planejados e lotes amplos agrupam diversos condomínios verticais, fato que multiplica em

moradia na região, além de ser uma área de grande atração populacional, por estar saturada dos serviços públicos de melhor qualidade na cidade, mas que mostra-se bem distribuída entre seus moradores.

4.2 Apresentação da exclusão social nas capitais do nordeste brasileiro

Esta seção apresenta os mapas contendo a espacialização dos índices compostos de exclusão social nas capitais nordestinas.

Como dito anteriormente, as variáveis estudadas pertencentes aos quatro aspectos, distribuição de renda, conhecimento, serviços públicos e densidade domiciliar, receberam pesos para formar um único índice, o índice de exclusão social.

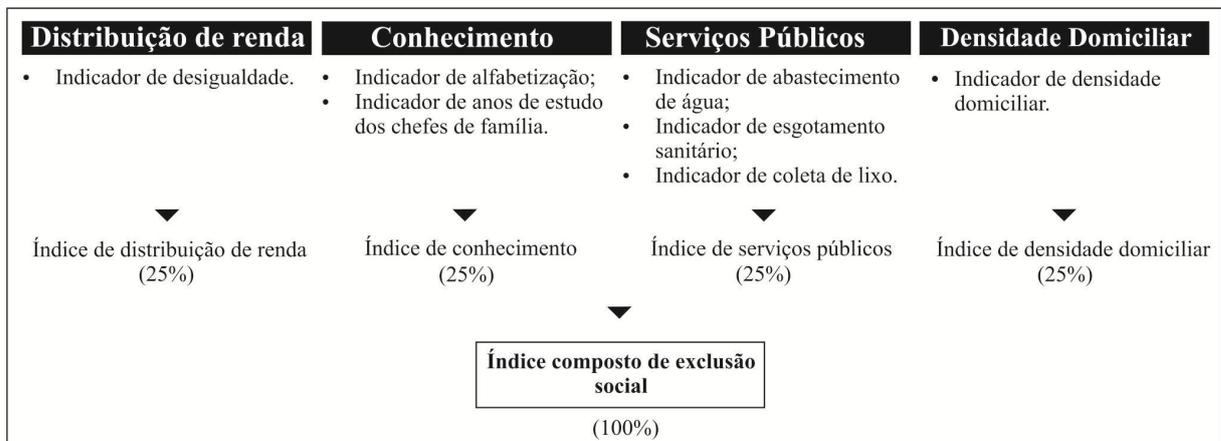


Figura 9 - Diagrama de construção do índice composto de exclusão social

Fonte: Elaboração própria, 2010.

Esse processo permitiu a apuração do índice em cada um dos 7772 setores censitários das seis cidades em estudo.

Os índices variam de 0,0 a 1,0. As piores situações de exclusão encontradas estão próximas de zero e foram representadas pelas cores vermelho e laranja. As melhores situações foram simbolizadas pelas cores amarelo e verde e estão mais próximas de 1,0.

s capitais metropolitanas

Salvador é a maior cidade em área (404.049 km²) numa metrópole nordestina, com população (2.443.107 pessoas) e rendimento nominal mensal (R\$503.743.079,00). A Figura 10 representa o índice composto de exclusão social na área urbana da cidade de Salvador.

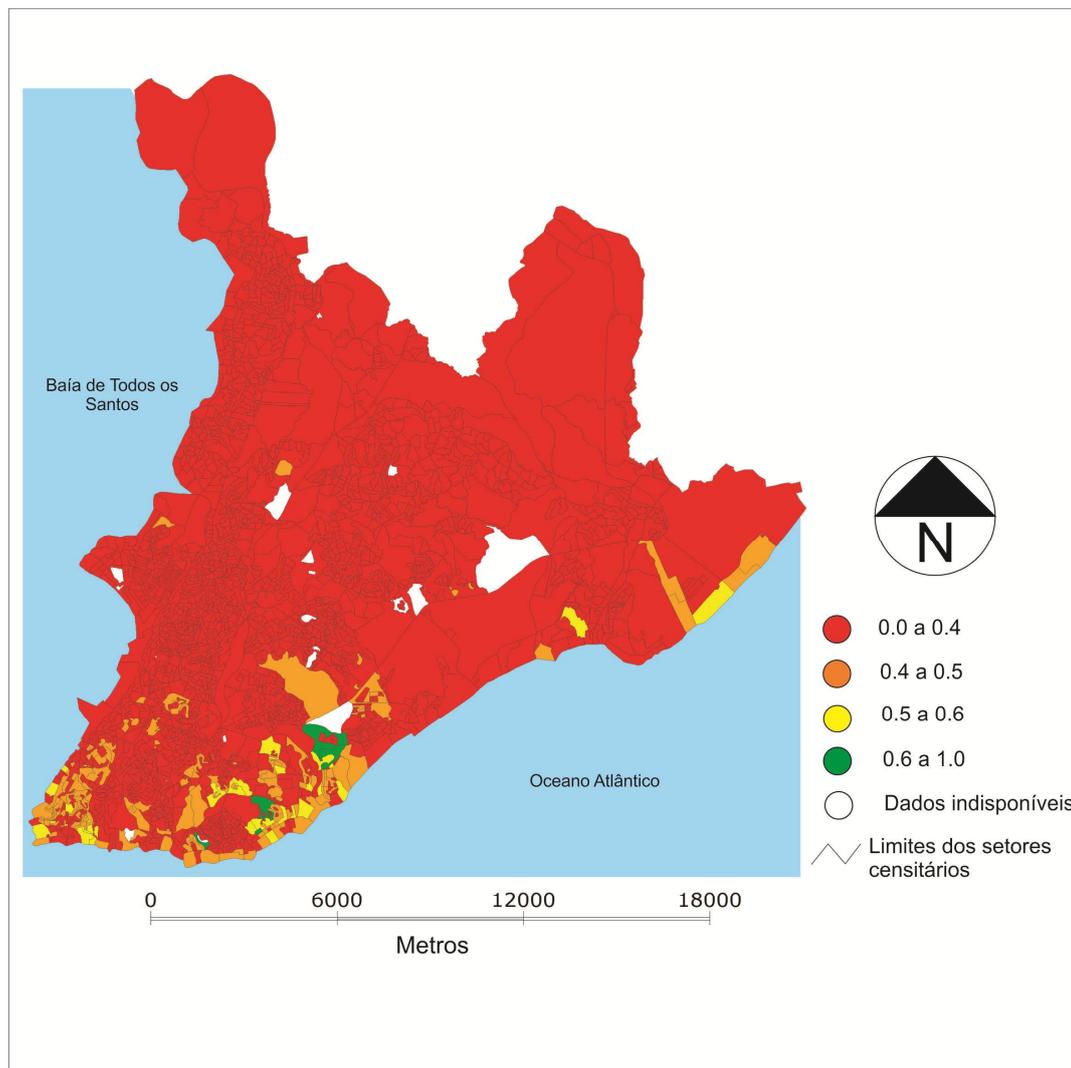


Figura 10 - Espacialização do índice composto de exclusão social em Salvador-BA

Fonte: Elaboração própria, 2010.

O índice composto de exclusão social indica que as áreas mais carentes são encontradas por praticamente todo o território da área urbana da cidade. No entanto, na orla marítima da

índices. A mesma característica não é vista nas margens da Baía de Todos os Santos no oeste da cidade, onde a quase totalidade dos setores censitários foi classificada como com os piores índices de exclusão social.

Salvador é composta por 2523 setores censitários, dentre os quais, apenas 2503 são válidos para o estudo. Os outros 20 setores censitários restantes são classificados como especiais por se tratarem de áreas compostas por asilos, alojamentos, penitenciárias, ou simplesmente não tiveram seus dados disponibilizados pelo IBGE (2000).

A distribuição dos índices dentre os setores censitários aponta que apenas 0,2% (5) deles foi classificado como estando na faixa de melhor situação, com o índice entre 0,6 e 1,0.

O setor que apresentou o melhor índice dentre estes foi o de número 292740805060080, localizado no bairro de classe média de Amaralina, ao sul da cidade. Com 2293 pessoas residentes e um rendimento mensal de R\$ 2.844.753.0,00 esse setor censitário apresentou altos índices de alfabetização, distribuição de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo, 0,58, 0,55, 0,79, e 0,63 respectivamente, todas classificadas como dentre as melhores situações em seus índices, o que justifica sua identificação como uma das áreas com maior nível de inclusão.

O pior índice de exclusão encontrado (0,05) foi no setor 292740805230052, e apresenta a peculiaridade de estar situado no bairro de São Cristovão, no assentamento subnormal de Rua Nova.

A seguir, a Figura 11 apresenta o índice composto de exclusão social espacializado na capital do Ceará, Fortaleza.

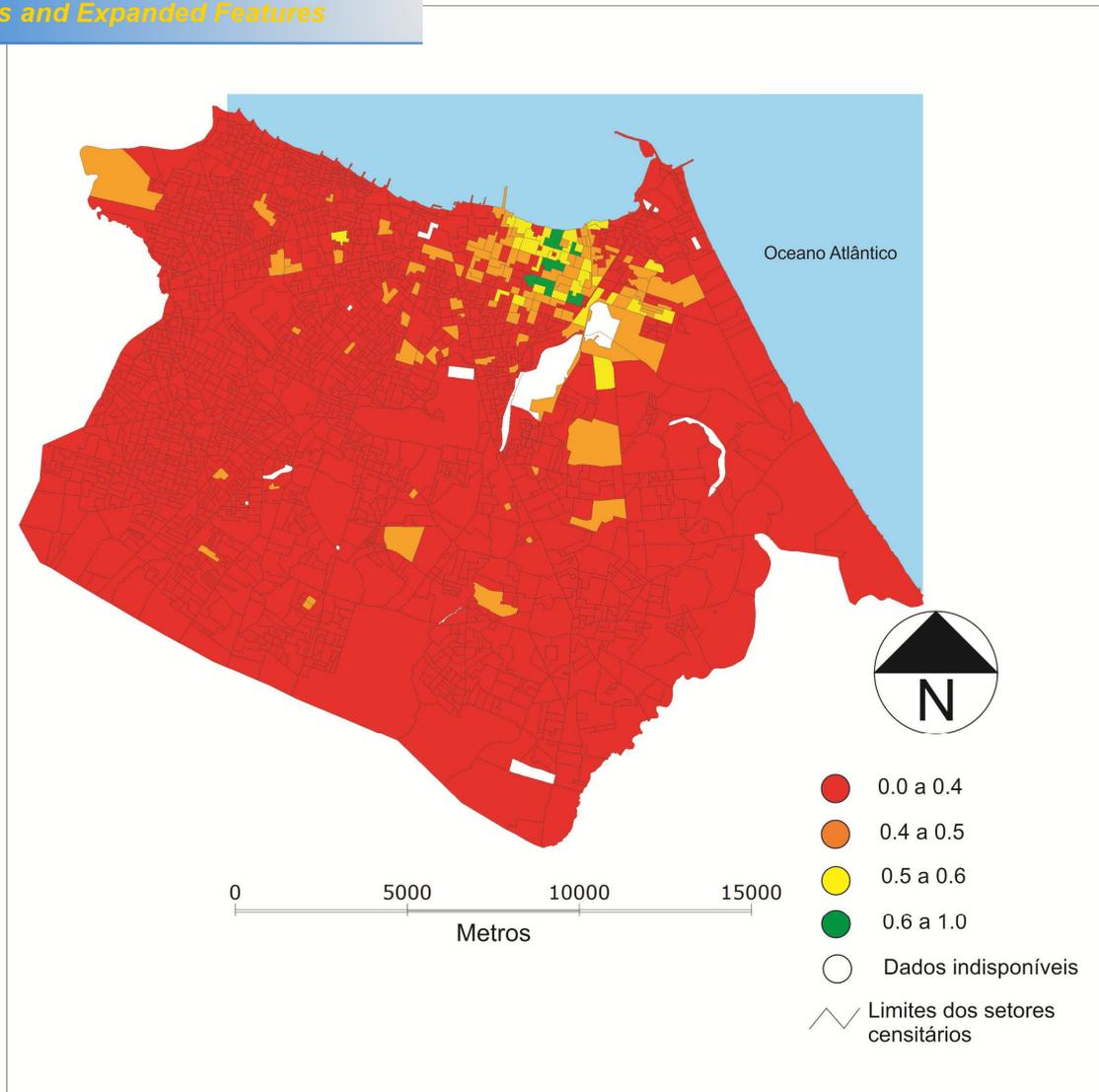


Figura 11 - Espacialização do índice composto de exclusão social em Fortaleza-CE

Fonte: Elaboração própria, 2010.

A cidade de Fortaleza é composta por 2.194 setores censitários, dos quais 2.310, 92,3% dos setores válidos para o estudo, foram classificados como estando na pior situação de exclusão social. Essa foi a maior porcentagem de setores censitários excluídos dentre as capitais metropolitanas nordestinas. Diferentemente de Salvador, a orla marítima de Fortaleza apresenta na maioria de sua extensão setores excluídos, em vermelho, fato que é influenciado por, índices ruins em relação à desigualdade, alfabetização, densidade domiciliar, mas principalmente serviços públicos que mostrou-se precário quando ao esgotamento sanitário. Percebe-se que os bairros em torno do bairro do Centro concentram as melhores condições em relação a exclusão social na cidade.

1) que há um bolsão que detém as melhores condições sociais em sua orla marítima, com setores censitários pertencentes em sua maioria aos bairros de Meireles, Aldeota e do Centro, mas que vai perdendo força na medida em que se aproxima do interior da cidade.

Em Fortaleza, o setor que se apresentou com a menor exclusão social foi o de número 230440005120376, localizado no bairro de Meireles, norte da cidade e próximo ao bairro do Centro. Os índices para esse setor em relação aos serviços públicos foram 0,47 para abastecimento de água, 0,56 para esgotamento sanitário, 0,36 para coleta de lixo. O setor ainda recebeu índice 0,97 para o nível de instrução dos chefes de família.

O setor 230440005120654, considerado pelo IBGE (2000) como um aglomerado subnormal e conhecido como Lagoa do Coração, foi o que apresentou o pior índice de exclusão social (0,04). Esse setor possui péssimos índices de desigualdade (0,00), alfabetização (0,14), abastecimento de água (0,02), esgotamento sanitário (0,00), coleta de lixo (0,00) e escolaridade do chefe de família, (0,02).

Na cidade de Fortaleza, 0,3% dos setores censitários considerados válidos para a análise foram classificados como em melhor situação quanto à exclusão social. A cidade só não foi pior que Salvador, com apenas 0,2% dos seus setores assim classificados, sendo a pior situação em relação a todas as cidades estudadas.

A cidade de Recife (Figura 12 a seguir) apresentou o menor número de setores censitários entre os índices 0,0 e 0,4, 956 (79,5%), bem como o maior número de setores com índice acima de 0,6, 23 (1,9%) dentre as capitais núcleos de metrópoles regionais.

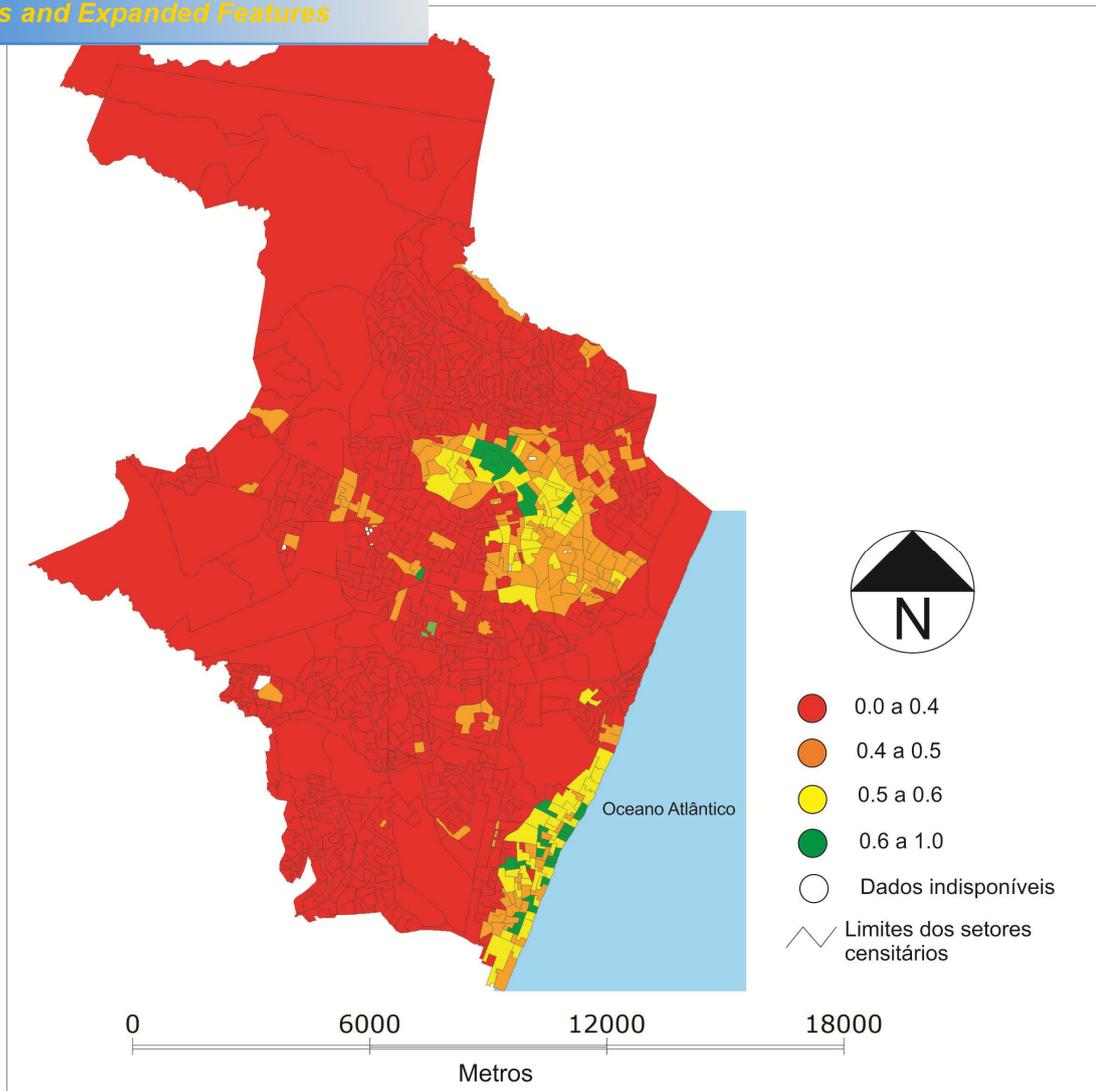


Figura 12 - Espacialização do índice composto de exclusão social em Recife-PE

Fonte: Elaboração própria, 2010.

A espacialização da exclusão social em Recife revela a existência de dois bolsões de incluídos na cidade, um localizado no litoral sul da área urbana representado em totalidade pelo bairro de Boa Viagem com 100.388 habitantes, e o outro localizado na região central da cidade, abrangido pelos setores censitários dos bairros de Encruzilhada (9.348 habitantes), Ilha do Retiro (3.252 habitantes), Prado (10.953 habitantes), Poço (4.006 habitantes), Parnamirim (5.363 habitantes) e Graças (16.877 habitantes). A análise do mapa permite considerar que, ao se afastar desses dois pólos de inclusão, vai havendo uma piora no índice de exclusão social, até chegar às áreas com os piores índices da cidade.

de Fortaleza, a de Recife também apresentou setores censitários classificados entre os índices 0,0 e 0,4, como é o caso do setor 261160605180056 que faz parte do bairro do Recife, no litoral norte da cidade.

A melhor situação em relação ao índice de exclusão social foi encontrada no setor censitário de número 261160605230170, no bairro de Boa Viagem. Esse setor apresentou o índice de 0,74 e foi composto pelos índices de desigualdade (0,89), escolaridade do chefe (0,82), alfabetização (1,0), abastecimento de água (0,73), esgotamento sanitário (0,43), coleta de lixo (0,79), densidade domiciliar (0,57). Somente no setor em evidência há um rendimento nominal mensal total de R\$2.129.608,00 distribuído entre apenas 2.560 pessoas. Esses índices se mostram condizentes com a realidade encontrada em Boa Viagem, uma vez que o bairro é um dos mais importantes da cidade em virtude de sua localização e infra-estrutura.

Dos 956 setores censitários classificados como em pior situação social, o setor de número 261160605200164 situado no bairro do Poço apresentou o pior índice composto de exclusão social da cidade (0,06). Trata-se de um aglomerado subnormal assim classificado pelo IBGE (2000), de nome Vila União, Nele, 350 pessoas sobrevivem com péssimas condições de acesso à rede geral de abastecimento de água, sem acesso a rede de esgotamento sanitário e um baixo índice de coleta de lixo através do serviço de limpeza (0,09). O aglomerado subnormal também apresenta um baixo índice de alfabetização, 0,10, e seu rendimento nominal mensal ficou em R\$15.294,00. Foi verificado que, de acordo com o índice composto de exclusão social, a maior parcela dos setores censitários de Recife, 956 (79,5% do total válido para a pesquisa) encontra-se na pior faixa de frequência representada pela cor vermelha, que abrange o intervalo entre os índices 0,0 e 0,4.

A avaliação do índice de exclusão social nas capitais nordestinas núcleos de metrópoles regionais aponta uma melhor situação na cidade de Recife, onde a porcentagem da pior faixa do índice foi menor (79,5% dos setores) enquanto a melhor faixa apresentou um maior número de setores censitários (1,9%) dentre as capitais estudadas.

A Tabela 14 a seguir faz um breve resumo sobre os índices extremos encontrados.

Tabela 13 - Resumo quantitativo do índice composto de exclusão social capitais metropolitanas nordestinas.

	Setores censitários					Índice Min.	Índice Máx.	Média
Salvador	2.523	92,3%	6,4%	1,2%	0,2%	0,05	0,72	0,26
Fortaleza	2.194	93,6%	4,8%	1,4%	0,3%	0,04	0,72	0,24
Recife	1.212	79,5%	12,3%	6,2%	1,9%	0,06	0,75	0,31

Fonte: Elaboração Própria, 2010.

s capitais regionais

A partir deste ponto serão apresentados os mapas contendo a espacialização do índice composto de exclusão social nas capitais regionais, que são cidades nordestinas que tem seu raio de influencia limitado a municípios ou estados vizinhos, isso com o intuito de comparar como o problema da exclusão social se apresenta em cidades com porte e influencia regional diferentes.

Primeiramente, a Figura 13 a seguir demonstra como foi espacializado o índice composto de exclusão social na capital da Paraíba, João Pessoa. Essa cidade é o ponto mais oriental do Brasil, a capital da Paraíba, João Pessoa, possui 595.934 habitantes distribuídos numa área urbana de 212.902km² e um rendimento nominal mensal total de R\$124.872.421,00.

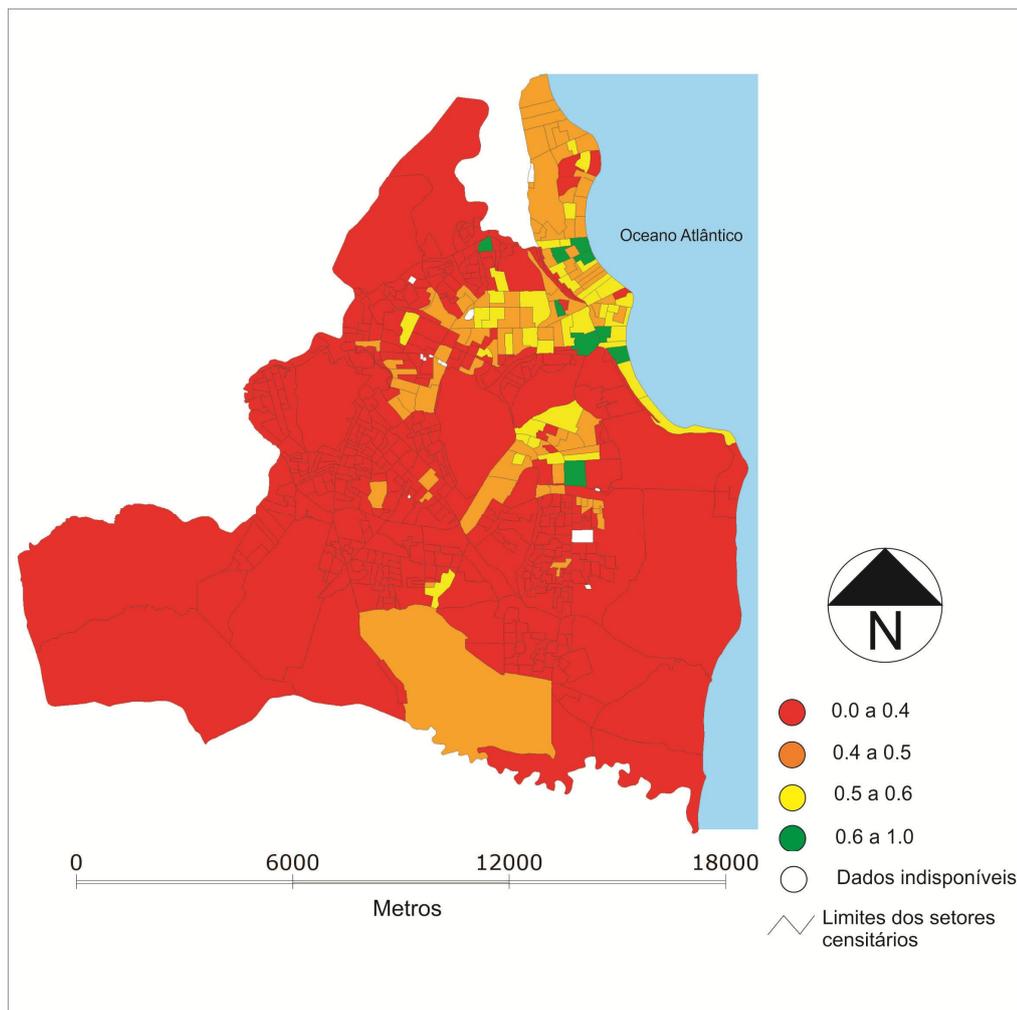


Figura 13 - Espacialização do índice composto de exclusão social em João Pessoa-PB

Fonte: Elaboração própria, 2010.

A cidade é conhecida como a segunda mais verde do mundo, e esse fato ajudou a manter a cidade com uma boa densidade demográfica. Com relação ao índice composto de exclusão social, dos 595 setores censitários da cidade, 449 (77,1%) foram classificados como em pior situação pelo índice composto de exclusão social.

A observação do mapa permite considerar que há setores censitários classificados entre as faixas 2, 3 e 4 do índice que circundam um setor maior, no centro da área urbana da cidade. Esse setor censitário é o Jardim Botânico da cidade, que por apresentar pouca presença de habitantes foi classificado como em pior situação social, o que na verdade é uma distorção dos dados apurados em razão da natureza do local.

Percebe-se que o litoral norte, bem como os bairros vizinhos abrigam os setores censitários em melhor situação social. Dentre eles, se destaca o setor censitário de número 250750705000164 pertencente ao bairro Jardim Cidade Universitária, localizado a sudeste do Jardim Botânico, por ter sido o setor classificado com o melhor índice de exclusão social, 0,76. A área onde se localiza o bairro de Cidade Universitária pode ser considerada como de ocupação recente e é constituída basicamente por prédios de apartamentos que abrigam uma população de classe média. O setor 250750705000164 faz parte dos 9 (1,5%) que foram classificados como em melhor situação social. Nele são encontrados índices altos, tanto em relação a população quanto em relação aos serviços públicos prestados, bem como uma boa utilização de sua área, o que pode ter influenciado nos bons índices de densidade domiciliar (0,65).

Com o Coeficiente de Gini de 0,63 (PNUD, 2000), João Pessoa é considerada a capital com a menor desigualdade social do Nordeste e uma das menos desiguais do Brasil, além de ser a 2ª capital com melhor qualidade de vida do Norte-Nordeste. No entanto, isso não a preservou de conter em sua malha urbana setores com índices de exclusão social baixíssimos. Dentre eles, se destaca o setor censitário de número 250750705000579 conhecido como Do Arame, no bairro João Paulo II, classificado como aglomerado subnormal pelo IBGE, por apresentar o pior índice de exclusão, 0,04.

Dos 597.934 habitantes de João Pessoa, 479.599 pessoas (80,20%) estão vivendo em setores com alto índice de exclusão social. A cidade de Maceió é conhecida nacionalmente como o Paraíso das Águas, mas também apresenta um título do qual nenhuma cidade pode se

[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

...sentou em 2000 o pior índice de intensidade de pobreza, segundo o PNUD (2003), 48,36, dentre todas as 9 capitais nordestinas.

Maceió é a capital regional, das analisadas neste trabalho, mais próxima de se tornar núcleo de uma metrópole. A cidade possui uma área urbana de 227.578km² que chega a ser maior do que a área urbana de Recife 219.004km², núcleo de uma metrópole regional. No entanto, seu rendimento nominal mensal acumulado é aproximadamente três vezes inferior distribuído por uma população que ultrapassa em pouco a metade da população de Recife.

A Figura 14 abaixo representa a espacialização do índice de exclusão social na cidade de Maceió.

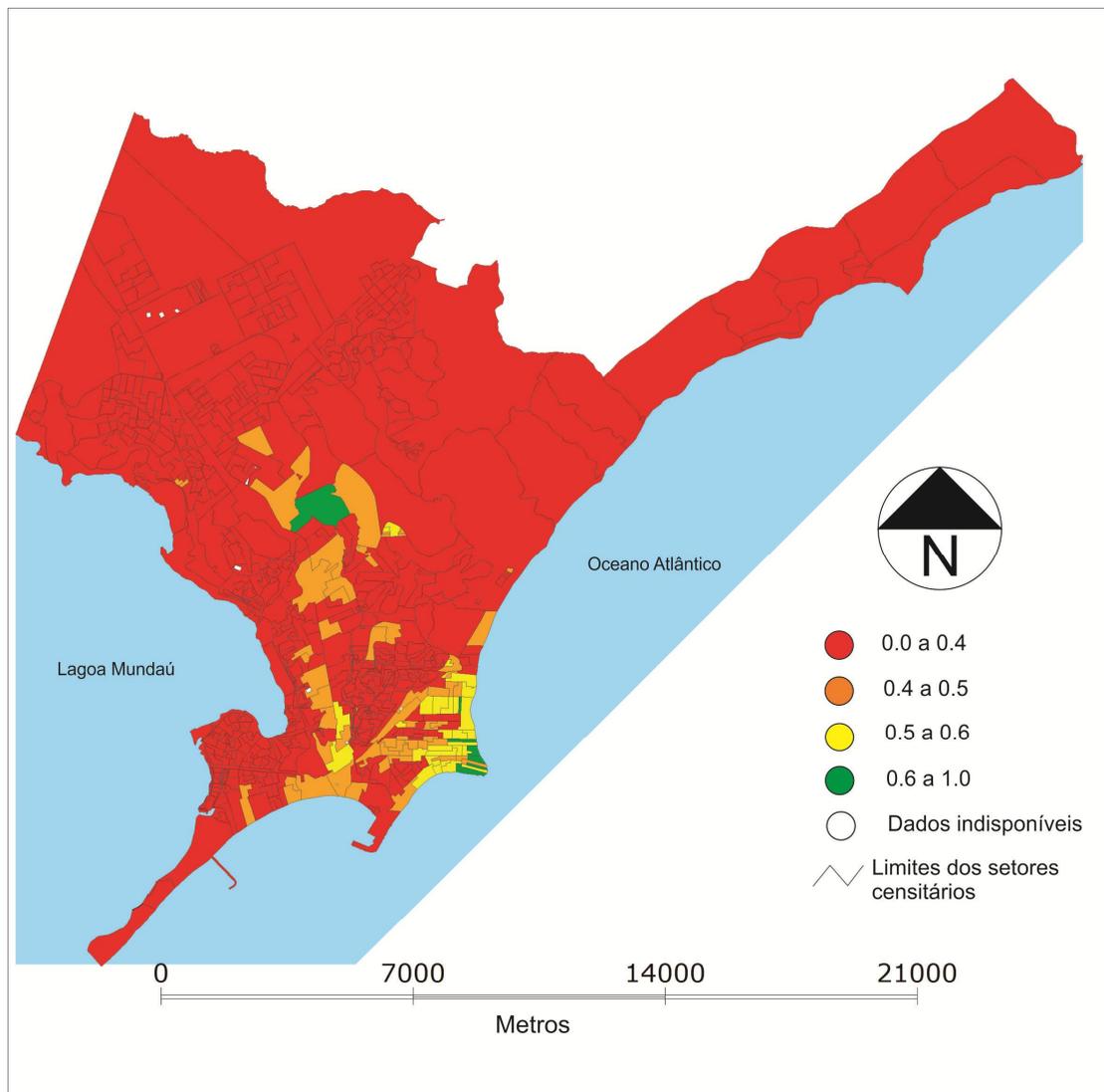


Figura 14 - Espacialização do índice composto de exclusão social em Maceió-AL

Fonte: Elaboração própria, 2010.

cial numa cidade com menos de 1 milhão de habitantes, e onde os 10% mais ricos chegam a ter um rendimento nominal mensal 14 vezes maior do que os 10% mais pobres, revela uma cidade onde a inclusão social é concentrada, mas a exclusão é repartida com 94,12% da população, cerca de 749.078 pessoas que habitam em áreas que receberam índice de exclusão social inferior a 0,5.

A visualização do mapa permite que sejam percebidos dois grupos em melhor situação social. No litoral da cidade, formado principalmente pelos bairros de Ponta Verde e Jatiúca e na área central da cidade com o bairro de Jardim Petrópolis. Considerando apenas esses setores censitários em melhor condição quanto ao índice, está se falando de 8.067 pessoas que acumulam um rendimento nominal mensal de R\$11.282.586,00. Se Juntar a esses os setores censitários classificados como situação imediatamente inferior, a faixa de índices entre 0,5 e 0,6, falar-se-á então de 35.749 pessoas (4,49% da população total) que acumulam um rendimento nominal mensal de R\$34.667.938,00 (24,42% de todo o rendimento da cidade).

As áreas em amarelo e laranja coincidem com os setores censitários dos bairros mais antigos da cidade, onde há saturação de serviços públicos como o Centro, o Farol, e o Jaraguá, bem como são a preferência das famílias com maior poder aquisitivo.

Na cidade, o setor censitário em melhor situação quanto à exclusão social foi o de número 270430205060010, situado no bairro da Ponta Verde, orla marítima da cidade, com o índice 0,66. Com uma população de 1330 habitantes, sendo apenas 358 chefes de família, o setor censitário acumula um rendimento nominal mensal de R\$1.848.680,00, além de receber ótimos índices de desigualdade (0,68), escolaridade do chefe de família (0,99) e esgotamento sanitário (0,83).

O setor em pior condição foi o de número 270430205090108 situado no bairro de Chã de Bebedouro, apresentando um índice de exclusão social de 0,03. Um aglomerado subnormal conhecido como Flechal de Cima que faz parte do bolsão de exclusão localizado na orla lagunar. Neste setor, 378 pessoas, destas, 82 pais de família, acumulam um rendimento nominal mensal de R\$7.495,00, quantia 246 vezes menor do que a acumulada no melhor setor do bairro da Ponta Verde.

A Figura 15 abaixo representa a espacialização da exclusão social na área urbana de natal, capital do Rio Grande do Norte.

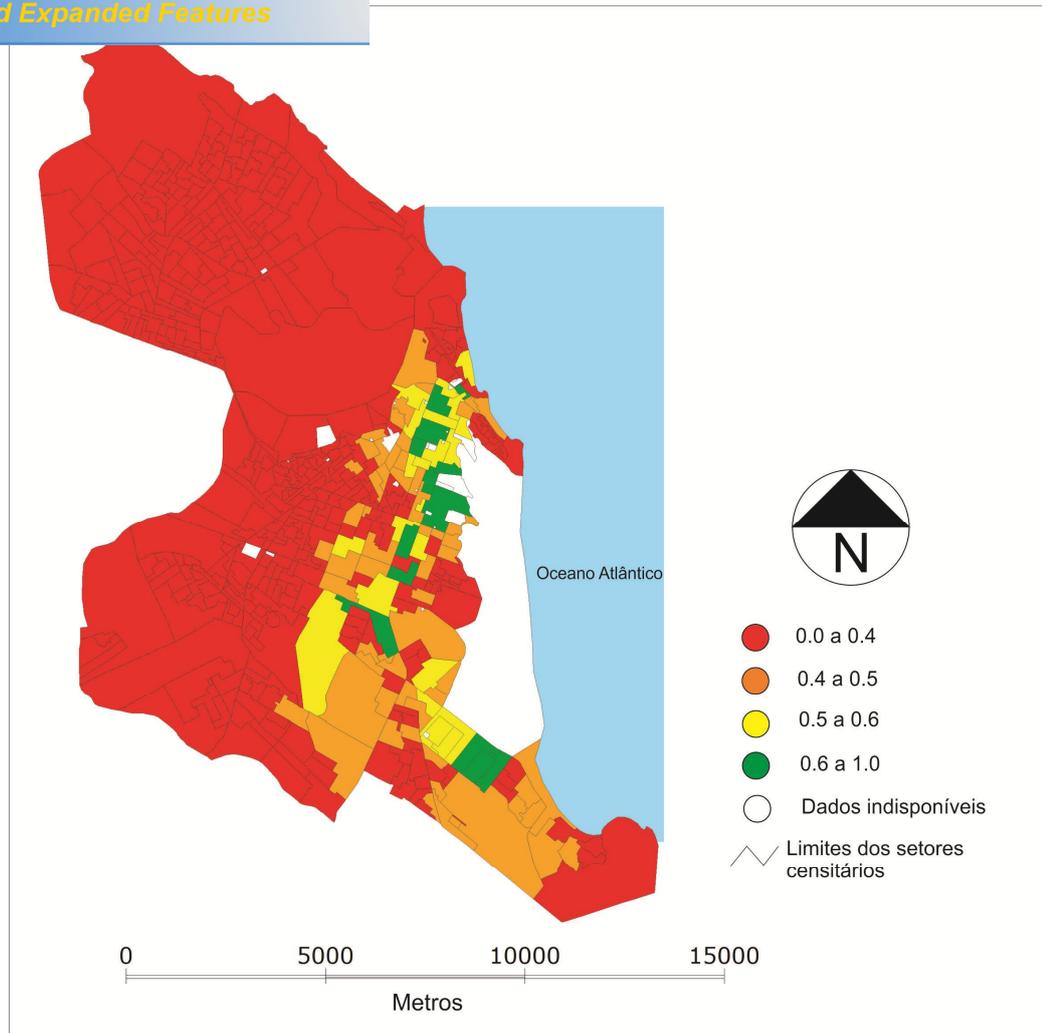


Figura 15 - Espacialização do índice composto de exclusão social em Natal-RN.

Fonte: Elaboração própria, 2010.

A espacialização da exclusão social na segunda menor capital em área do Brasil, revela um universo de 446 setores censitário contendo 83,11% da população total da cidade em situação de exclusão.

O que primeiro chama a atenção ao se analisar a Figura 15 é o grande setor censitário sem índice, representado pela cor branca e que ocupa grande parte do litoral sul da cidade. Esse setor demarca o Parque das Dunas, área de proteção ambiental, que por isso, não possui dados acerca de população ou infra-estrutura. À sua volta, percebe-se que há uma concentração dos setores com os melhores índices da cidade. Por ser uma área de atração turística, o Parque das Dunas acaba funcionando como as orlas marítimas nas outras capitais estudadas, sendo um

melhor rendimento, além de receber do poder público atenção constante quanto aos serviços públicos prestados.

A cidade apresenta um índice de exclusão médio de 0,31, com uma parcela dentro a população que habita os setores censitários em melhor situação social correspondente a 2,76% ou 19.663 pessoas que acumulam um rendimento nominal mensal de R\$18.838.255,00; 12,60% do total.

O setor censitário em melhor situação está localizado no bairro de Tirol, localizado na zona leste da cidade, vizinho ao Parque das Dunas, e que divide junto com o bairro de petrópoles a posição de melhor condição de vida na cidade. Tal setor, o de número 240810205080063 é classificado como comum e possui 1990 moradores com um rendimento nominal mensal de R\$1.772.1090,00.

A cidade é dividida pelo Rio Potengi, percebe-se que os setores censitários com melhor índice estão situados aos sul do rio, próximos ao Parque das Dunas. O pior índice de exclusão social encontrado, 0,08 foi encontrado no setor 240810205060072 no bairro de Nossa Senhora da Apresentação. O setor apresenta altos índices de desigualdade (0,00), alfabetização (0,12), abastecimento de água (0,02), esgotamento sanitário (0,00), coleta de lixo (0,01), e densidade domiciliar (0,24).

A Tabela 15 a seguir faz um breve resumo sobre os índices extremos encontrados em relação ao índice de exclusão social para as capitais regionais estudadas.

Tabela 14 - Resumo quantitativo do índice composto de exclusão social nas capitais regionais.

	Setores censitários					Índice Mín.	Índice Máx.	Média
Maceió	675	86%	8,7%	4,2%	1,1%	0,03	0,66	0,28
Natal	573	82,3%	11,1%	4,2%	2,4%	0,08	0,75	0,31
João Pessoa	595	77,1%	14,6%	6,7%	1,5%	0,04	0,76	0,30

Fonte: Elaboração Própria, 2010.



*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

Este Capítulo apresentou os resultados obtidos por este trabalho. Primeiramente foram apresentadas as capitais nordestinas selecionadas para o trabalho, de acordo com a classificação elaborada pelo IBGE (2008). Em seguida, foram citados os índices que formam o índice composto de exclusão social, bem como foram dados exemplos de suas espacializações nas diferentes cidades em estudo.

5.1 Introdução

O desenvolvimento econômico que gera um desenvolvimento social muito aquém de suas possibilidades, como ocorre nos países do terceiro mundo e como ocorre no Brasil, nega-se na perversidade das exclusões sociais que dissemina (MARTINS, 2008). É inegável que o Brasil passou por inúmeras mudanças, inclusive econômicas, durante o último Século. No entanto, como afirmam Márcio Pochmann e Ricardo Amorim (2003) o país parece não ter evoluído em relação às desigualdades sociais que o assolam, e uma marca dessa ferida apresenta-se na forma da tão discutida exclusão social, dimensão que vai além do simples conceito de pobreza, sendo conceituado por Aldaísa Sposati (2000) como um fenômeno multifacetado, representado pela impossibilidade do reconhecimento do direito ao acesso a um conjunto de condições e usufruto de bens e serviços como parte do padrão de dignidade humana e vida coletiva solidária a todos os membros de uma sociedade.

Encarando a exclusão social como um fenômeno multifacetado, este trabalho se propôs a estudar a sua espacialização em capitais nordestinas de porte e influência regional diferenciados para verificar as diferenças e semelhanças quanto aos níveis de exclusão encontrados.

Para isso, baseou-se numa metodologia mista que teve como base a adotada no *Atlas da Exclusão Social no Brasil* de Pochmann e Amorim (2003), usando assim mão de uma construção metodológica que produz a análise multidimensional a partir de dados censitários, construindo uma medida territorial do grau de presença da exclusão social nos lugares de uma cidade (SPOSATI, 2000).

Neste capítulo é feita uma discussão dos resultados apresentados anteriormente. Primeiramente são tecidas considerações acerca dos índices criados isoladamente, em seguida são feitos comentários sobre a espacialização da exclusão social nas capitais metropolitanas e capitais regionais nordestinas, apoiada na literatura que deu firmamento a este trabalho.

s resultados obtidos com a

especialização dos índices

Sendo a exclusão social um fenômeno que abrange múltiplos aspectos, a avaliação isolada de cada um deles possibilitou averiguar como se apresentam em cidades de grande porte em termos de população, influência regional e PIB em relação a capitais 3 ou 4 vezes menores quanto a essas características.

5.2.1 Avaliação da distribuição de renda

A avaliação da distribuição de renda permitiu averiguar a repartição das riquezas das cidades entre suas populações, após praticamente um século de urbanização brasileira de fato.

Ambas, capitais metropolitanas ou capitais regionais apresentaram uma situação de brutal desigualdade na distribuição de renda, pois possuem poucas ilhas de riqueza que juntas chegam a acumular até 1/4 de toda a renda das cidades somente entre o décimo mais rico, sendo averiguado que domicílios localizados nessas áreas possuem rendimento nominal mensal até 70 vezes maior do que o encontrado nas áreas contendo o décimo mais pobre da população (PNUD, 2003).

Já em relação a pobreza, pode-se verificar que, diferentemente dos 10% mais ricos, há uma tendência a pulverização dos pobres pelos diversos bairros das cidades. Através da análise dos mapas, percebeu-se que os setores censitários onde se encontram os 10% mais pobres são localizados mesclados nos bairros que contém a população que está classificada na grande faixa intermediária de distribuição de renda. Em situações extremas, como a encontrada na capital regional de João Pessoa, na Paraíba, o maior rendimento nominal mensal encontrado dentre os 10% mais pobres foi cerca de 35 vezes menor do que o menor rendimento nominal identificado no décimo mais rico da população.

2003), existe um grande desequilíbrio entre o rendimento dos chefes de família que se encontram nos extremos da distribuição de renda, sendo que a maioria delas está situada principalmente no Norte e Nordeste do Brasil.

Essa concentração de renda mostra que, apesar de estarmos numa sociedade que prega os moldes do Século XX, ainda nos deparamos com características que tem raízes nos períodos colonial e imperial, marcados, principalmente, pela concentração de terra, poder e renda (MARICATO, 2002).

5.2.2 Avaliação do conhecimento

Tanto o IPEA quanto a Fundação João Pinheiro (IPEA, 1999) recomendam que a participação da população no legado técnico científico da sociedade seja medido. Nesse intuito este trabalho utilizou-se da mesma metodologia utilizada por Pochmann e Amorim ao investigar a dimensão do conhecimento na composição da exclusão social. Sendo assim, foram utilizadas as mesmas variáveis analisadas pelos autores citados, que foram transformadas no *indicador de anos de estudo do chefe de família* e *indicador de alfabetização*.

O estudo dessas duas variáveis apontou para um analfabetismo proporcionalmente equivalente entre as cidades estudadas, mostrando não haver influência entre sua classificação e seus índices. Dentre os resultados, o mais alarmante mostrou-se em Maceió, uma capital regional, com cerca de 20% de sua população acima de 5 anos de idade analfabeta. Em relação aos chefes de família, verificou-se que 18,9% de todos os chefes de família pesquisados são completamente analfabetos, havendo uma média de aproximadamente 7 anos de estudo.

Esses dados indicam que a exclusão social nas capitais nordestinas ainda está relacionada pura e simplesmente aos altos níveis de analfabetismo, ou mesmo, precária alfabetização recebida pela maioria da população (POCHMANN e AMORIM, 2003).

Atualmente, tem sido feitos enormes gastos por parte do Estado com educação, o que pode ser sentido através da equidade entre os níveis de analfabetismo nas cidades (MAGALHÃES e MIRANDA, 2009). O país tem plenas condições de enfrentar o problema

necessário evoluir inclusive os índices utilizados para tal.

Os dados oferecidos pelo IBGE ainda encaram o alfabetizado como aquela pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece, enquanto pelo mundo já se considera o analfabeto funcional que incluiria todas as pessoas com menos de quatro séries de estudo concluídas (PINTO et. al, 2000). Sendo assim, pode-se concluir que o problema da educação é mais grave do que o transmitido através da análise dos índices.

O importante, ao se considerar a educação como um direito do cidadão, é que essa seja vista como uma educação libertadora, e não bancária, em que, em qualquer dos casos, os homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutindo o seu pensar, sua própria visão do mundo, manifestada, implícita e explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus companheiros (FREIRE, 1987).

5.2.3 Avaliação dos serviços públicos

Saule Junior (1999) diz que o bem-estar do cidadão é tratado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 como um direito a ser assegurado, e este está intrinsecamente vinculado ao direito à moradia digna. Para tal, o saneamento básico torna-se peça de fundamental importância, pois são as condições por ele proporcionadas que tornam uma área habitável.

A avaliação dos serviços públicos prestados nas capitais estudadas tem o intuito de verificar como cidades de porte diferente tratam a distribuição de água potável, a instalação de redes de esgotamento sanitário e a coleta de lixo.

A implantação de um modelo de desenvolvimento econômico, cujo objetivo principal é a crescente acumulação de capital tem dificultado a divisão justa do produto social, a otimização do uso dos recursos naturais e oferecer melhor qualidade de vida às pessoas, pois a qualidade de vida está intimamente relacionada com a visão e o tratamento integrado das questões ambientais e urbanas (XAVIER, 1992).

Frente a isso, a análise dos dados mostrou que dos três itens estudados, o quesito esgotamento sanitário apresentou os piores resultados, sendo a situação das capitais metropolitanas ainda pior, com uma média aproximada de apenas 40% de domicílios ligados

)2), nas grandes e médias cidades, os rios, riachos, lagos, mangues e praias tornaram-se canais ou destino dos esgotos domésticos. Ainda, segundo a autora, o esgotamento sanitário atinge 54% dos domicílios em todo o Brasil, mas apenas 10% do esgoto coletado é tratado. O restante permanece na rede hídrica.

Tal constatação pode ser feita claramente ao se analisar os dados do Censo 2000 utilizados por este trabalho, pois o IBGE utiliza como critério para classificar um domicílio como estando ou não ligado à rede de esgotamento sanitário o fato dele estar ligado à rede de esgoto ou mesmo à rede de drenagem pluvial, o que acarreta o derrame de esgoto nos rios, lagos e mares das cidades.

Tanto as capitais metropolitanas quanto as capitais regionais apresentaram índices elevados quanto à coleta de lixo e ao abastecimento de água potável, no entanto, as capitais regionais mostraram-se mais vulneráveis quanto ao esgotamento sanitário, apresentando em média 50% a menos de domicílios ligados à rede geral de esgotamento sanitário ou pluvial. Levando em consideração o que foi exposto anteriormente quanto a essa classificação, pode-se deduzir que uma menor parte desses domicílios considerados pelo IBGE como atendidos pela rede de esgotamento tem de fato seu esgoto tratado, e esse problema se mostra mais grave nas cidades de menor porte.

Quanto a coleta de lixo, apesar dos índices apresentados serem elevados, apenas uma pequena parte deles é realmente tratada. No Brasil, 29% do montante coletado é tratado. Isso fica evidente na paisagem de qualquer estrada que deixa as capitais metropolitanas ou grandes cidades, as quais são acompanhadas durante quilômetros pelo lixo não-recolhido (MARICATO, 2002).

5.2.4 Avaliação da densidade domiciliar

Este trabalho considerou o aspecto das condições habitacionais como um elemento do conjunto de características que configuram a exclusão social, e importante ponto quando do planejamento urbano, sendo essas condições representadas pelas concentrações de indivíduos por domicílio, através da densidade domiciliar encontrada.

etropolitana em população, Fortaleza mostrou-se também como detentora da maior média de densidade domiciliar dentre as capitais estudadas, chegando a apresentar setores censitários com uma média de 5,22 moradores por domicílio.

Nesse quesito, as capitais metropolitanas apresentaram uma média levemente inferior às capitais regionais, com exceção de Fortaleza. As altas densidades são consequência do processo de inchaço das ocorrido durante o Século XX graças ao êxodo rural que transformou o Brasil em um dos países mais urbanos do mundo, que hoje conta com 84% de sua população vivendo nos grandes centros (IBGE, 2010).

Com as cidades recebendo cada vez mais indivíduos vindos do interior, faz-se necessário que haja um planejamento para comportar seu inchaço, evitando que assim os locais sejam cada vez mais ocupados ilegalmente e de forma precária, acarretando altas densidades demográficas e domiciliares. Lewis Mumford (1964) afirma que não pode haver planejamento correto sem que tenhamos compreendido a necessidade de estabelecer normas ou limites ideais para densidade da população.

5.2.5 Avaliação da exclusão social

Este trabalho considera o fenômeno da produção da exclusão social a partir da perspectiva das práticas urbanas (CASTELLS, 2000) e, portanto considera essa exclusão como resultado da redistribuição espacial das cidades, da privação aos acessos aos serviços urbanos e das concentrações de renda extrema.

O tema da exclusão social nos põe diante de um conjunto grande de incertezas em relação à sociedade contemporânea e à nossa capacidade de sair do abismo que ela nos representa. É um desses temas que fazem parte de um conjunto (quase que se pode dizer ôsistêmicoö) de categorizações imprecisas hoje em dia utilizadas para definir os aspectos mais problemáticos da sociedade contemporânea no terceiro mundo (MARTINS, 2008).

A espacialização do índice composto de exclusão social na malha digital das capitais nordestinas surgiu de uma metodologia de análise georeferenciada dos territórios de cidades através de variáveis que medem o grau de desenvolvimento humano, equidade, qualidade de vida, autonomia, democracia e cidadania (SPOSATI, 2000).

independente de seu tamanho, população ou riqueza, as capitais nordestinas apresentam um elevado número de áreas consideradas como em situação de exclusão social com deficiência na educação, serviços públicos e detentoras de uma parcela mínima de todo o rendimento nominal distribuído nas cidades.

Nas sociedades mais pobres e/ou desiguais, a exclusão social talvez possa ser mais facilmente observada, sobretudo na relação entre os bens-alimentados e os famintos. Mas à medida que as sociedades vão incorporando novas realidades - como a urbanização - nascem necessidades adicionais de vida digna, para além do simples critério de subsistência (POCHMANN e AMORIM, 2003). A análise da exclusão social composta revelou que uma grande parcela das áreas urbanas das cidades em estudo encontram-se excluídas em relação aos fatores averiguados por este trabalho, chegando esse número a ser maior nas capitais metropolitanas (aproximadamente 90% dos setores censitários) do que nas capitais regionais (aproximadamente 80% dos setores censitários). Tal especialização condiz com os resultados obtidos por Pochmann e Amorim (2003), ao afirmarem que no Brasil, as cidades acima da Linha do Equador são classificadas na categoria "Grau Alto de Exclusão". O resultado dos índices aqui criados permitem considerar que no jogo dos pesos atribuídos aos fatores estudados, tais resultados negativos obtidos expressam a precariedade encontrada na maioria dos setores das cidades, sejam em relação ao rendimento da população, alfabetização, serviços públicos, densidade domiciliar ou o conjunto.

Ribeiro (2003) afirmou que as grandes metrópoles concentram um número maior de indivíduos em situação de pobreza. Nesse sentido, levando em consideração a definição Amartya Sen (1999) sobre pobreza como sendo caracterizada pela privação das capacidades (capacidade vista como liberdade de agir em relação a determinada situação), pode-se afirmar que as cidades menores que ainda caminham para se tornarem metrópoles também apresentam o mesmo problema, uma vez que grande parte dos indivíduos dessas mostram-se privados de optar por sua educação, alimentação, moradia ou condições de higiene a sua volta, entre outros. Esses problemas vinculados ao crescimento das metrópoles são agravados pela migração de pessoas vindas tanto do campo, quanto de cidades vizinhas. Essa população busca melhores condições de moradia, trabalho e renda.

Martins (2008) trata essa migração não como um processo de exclusão social, mas como um processo de exclusão e desenraizamento do antigo modo de vida para inclusão do trabalhador rural, ou o em geral, no regime capitalista, dando a ele a possibilidade de ser dono

o sistema: sua força de trabalho. Ainda, segundo Martins (2008), a questão da migração e os problemas que dela se originam não são culpa do processo de desenraizamento ou exclusão, mas da demora do Estado em incluir essa nova força de trabalho.

A espacialização do índice de exclusão social nas capitais nordestinas mostrou haver não só a concentração de renda em certos pontos das cidades, mas que esses pontos coincidem com os locais mais bem servidos em relação aos serviços públicos, e também é nessas áreas onde é encontrada a população mais instruída.

De acordo com Maricato (2000) a concentração de investimentos nas áreas legais da cidade, faz destas imagem e semelhança de áreas do primeiro mundo. Fato que denuncia uma busca desta sociedade pela inserção na economia global atrás do acesso aos recursos tecnológicos e ao conforto proporcionado pela infra-estrutura, mas que beneficia uma pequena parte da população das cidades. Para Pochmann e Amorim (2003), deslocados da ãselvaõ excluída, existem acampamentos de inclusão isolados onde seus moradores reproduzem padrões de vida somente comparáveis aos dos países mais ricos.

Devido a sua importância turística e conseqüente pólo de atração econômica, os litorais marítimos das cidades mostraram-se como detentores de boa parte dos setores mais bem colocados em relação ao índice de exclusão social. No entanto, não há de se pensar que apenas os setores litorâneos monopolizam a melhor condição de vida das cidades. Tanto as capitais metropolitanas quanto as capitais regionais apresentam no interior de sua malha urbana áreas que detiveram também índices classificados como na melhor faixa de freqüência, classificadas como ilhas de inclusão por Pochmann e Amorim (2003).

A globalização vem contribuindo para a ampliação das desigualdades sob diversas formas (POCHMANN e AMORIM, 2003), dentre elas, quanto às áreas urbanas e seus territórios. Este trabalho verificou que, apesar da heterogeneização das realidades em macro escala, há, numa escala intra-regional, uma homogeneização dos níveis de desigualdade e exclusão social expressos principalmente pela padronização da concentração de renda e conseqüente exclusão da maioria dos indivíduos dos acessos aos serviços públicos.

Para Sposati (1987), o Estado tem um papel preponderante para que se encontre uma solução quanto à situação de exclusão social. Não se pode considerar o papel do Estado como sendo de apenas amenizar os conflitos, afirmou Saviani (1986), o papel do Estado deve ser encarado como o de assumir prioridades claras no sentido dos interesses da coletividade. Por

eis do poder público, é fundamental na definição de estratégias de combate à exclusão, pois se considera que o bem estar da coletividade é prioridade num país onde a própria constituição afirma estar entre os seus Princípios Fundamentais o respeito pela Dignidade da Pessoa Humana, princípio este ainda desconhecido na prática por boa parte da população do nordeste brasileiro.

Para complementar, a sociedade baseada no modo de produção capitalista se mostra excludente, assim como já afirmava Marx em meados do Século XIX, e isso se expressa nas cidades nordestinas, sejam elas capitais metropolitanas ou capitais regionais, basicamente da mesma forma, independentemente de sua área, população ou riqueza.

5.3 Conclusão

Este trabalho fez uso de indicadores e índices de exclusão social (POCHMANN e AMORIN, 2003) que foram capazes de apontar assim o mapa da exclusão social nas capitais nordestinas.

A exclusão social se mostrou um fenômeno multifacetado, representado como uma negação a cidadania (SPOSATI, 2000), oriundo da redistribuição sócio-espacial das cidades, da privação aos acessos aos serviços urbanos e das concentrações de renda extrema.

Apesar da heterogeneização das realidades sociais vistas na escala macro, este trabalho concluiu que numa escala intra-regional, existe uma homogeneização quanto à reprodução da desigualdade e exclusão social, expressos principalmente pela padronização da concentração de renda, criação das "ilhas de inclusão" (POCHMANN e AMORIM, 2003) e conseqüente exclusão da maioria dos indivíduos dos acessos à educação, moradia digna e serviços públicos.

Diante de uma sociedade capitalista que se mostra excludente, o Estado tem um papel preponderante para que se encontre uma solução quanto à situação de exclusão social, principalmente num país onde sua Constituição considera a Dignidade da Pessoa Humana um dos seus princípios fundamentais.

Primeiramente, neste Capítulo, são apresentadas as principais considerações levantadas por este trabalho ao longo dos capítulos. Em seguida, é feita uma listagem das principais limitações enfrentadas por este estudo. Em seqüência, são feitas recomendações para trabalhos futuros. Por fim, são apresentadas as conclusões tiradas por este trabalho.

6.1 Principais considerações feitas ao longo do trabalho

Este trabalho teve por objetivo principal elaborar, aplicar e analisar comparativamente indicadores de exclusão social em seis capitais do nordeste brasileiro, com o intuito de identificar aspectos comuns ou diferenciados quanto à espacialização da exclusão social entre essas capitais. Para tanto, no Capítulo I foi realizada uma revisão teórica sobre os possíveis conceitos de exclusão social, o papel do Estado e políticas públicas. Viu-se que, ao longo da história, a exclusão social esteve presente, não sendo isso um fato novo (FREUND, 1993), variando apenas o modo como eram considerados pela sociedade. Como visto nessa dissertação, atualmente, esse termo engloba uma enorme gama de conceitos, o que possibilita diferentes maneiras de recortes metodológicos na prática dos estudos das ciências sociais.

Ao se tratar de exclusão social no Brasil, deve-se ter em mente que o estudo se dará num território originalmente excludente, forjado sob o ar exploratório colonizador, e que se mantém mesmo após mais de 500 anos de história oficial.

Segundo Sposati (1998), a visão de Bem Estar Social foi a alternativa capitalista para a busca da Inclusão Social, enquanto possibilidade virtual e igualdade social, e essa noção vem alavancando o debate sobre papel do Estado frente as desigualdades sociais. Como ação, o Estado vem desenvolvendo políticas públicas com o intento de solucionar os diversos problemas relacionados à exclusão social.

O Capítulo II explicou o critério de seleção das cidades para o estudo, bem como fez uma breve contextualização de suas características físicas, econômicas e sociais. Herdeiras das

atuais capitais nordestinas, independente de porte ou riqueza, mostram-se portadoras dos mesmos problemas sociais encontrados nas grandes cidades do mundo. Concentração de renda, deficiência em infra-estrutura, violência e favelização são problemas que devem ser combatidos por parte do Poder Público.

O Capítulo III apresentou e explicou a metodologia utilizada neste trabalho. Foram dados exemplos de metodologias semelhantes aplicadas em outros estudos de caso, mas com o mesmo propósito, aferir a situação social das populações. Mostrou-se que este trabalho utiliza como parâmetro de aferição do fenômeno, a obra Atlas da Exclusão Social do Brasil (POCHMANN e AMORIM, 2003), mas que através de adaptações no conjunto de indicadores, teve o intuito de analisar a exclusão social vista sobre os aspectos da distribuição de renda, conhecimento da população, serviços públicos e densidades demográfica e habitacional.

No Capítulo IV houve o emprego das informações obtidas através da revisão dos dados socioeconômicos com base no Censo 2000 para os Setores Censitários (IBGE, 2000) das capitais nordestinas. Através desses dados foram criados indicadores, e a partir desses, índices compostos que formaram o índice de exclusão social. Os índices criados foram espacializados na malha digital das cidades, demonstrando como se distribui espacialmente a exclusão social nas capitais nordestinas. Procurou-se realizar as análises separando capitais metropolitana de capital regional a fim de explicitar melhor como se encontra a exclusão social nessas cidades.

Finalmente, o Capítulo V fez considerações acerca do que foi verificado quando da espacialização dos índices criados na malha digital das capitais nordestinas. O referencial teórico foi relacionado aos resultados obtidos para dar base à discussão acerca da exclusão social no Nordeste brasileiro. Nesse capítulo viu-se que a exclusão deve ser encarada como um fenômeno multifacetado, e como tal, se apresenta através dos diversos aspectos sócio-econômicos e infra-estruturais nas capitais metropolitanas e capitais regionais do Nordeste. Ao fim, foi reconhecido o papel do Estado como agente que tem o dever de intervir para solucionar as mazelas sociais encontradas.

O estudo realizado neste trabalho não esgota, nem teve a pretensão de esgotar o debate acerca da exclusão social. O tema em si é controverso dentre os diversos estudiosos, desde a sua conceituação até às formas como o fenômeno é estudado. Além disso, das formas como o Poder Público pode ou deve se colocar diante do problema.

Este trabalho apontou mais uma forma de mensuração da exclusão social, com um enfoque voltado à escala intra-regional, mais precisamente ao estudo da espacialização da exclusão social no interior da malha urbana das capitais nordestinas.

Este trabalho fez uso de uma metodologia de análise georeferenciada através do estudo de variáveis que, agregadas em índices compostos, produziram e espacializaram o índice de exclusão social nas capitais nordestinas (POCHMANN e AMORIM, 2003; SPOSATI, 2000). No entanto, sabe-se que a metodologia desenvolvida encontra limitações demarcadas pela utilização do uso unicamente dos dados do Censo Demográfico 2000. Sabe-se que esses dados apresentam um retrato rico da sociedade brasileira, no entanto, existem outros levantamentos tão, ou mais abrangentes que, se utilizados em conjunto, podem ajudar a apontar de forma mais precisa a exclusão social nas cidades.

Além disso, o uso do Setor Censitário como a menor unidade de Análise não explora de forma completa o fenômeno. Porém, a existência dos dados e a disponibilidade dos mesmos foram imperativas para a escolha dos Setores, objetivando a realização desse estudo diante das limitações de tempo e espaço para a realização de uma dissertação. Estudos mais aprofundados ainda se fazem necessários.

A princípio, tinha-se a pretensão de realizar o estudo para as 9 capitais nordestinas, mas por conta de problemas técnicos envolvendo o IBGE e a aquisição dos CDs contendo os dados das cidades, fez-se necessário realizar um recorte nos casos estudados.

para trabalhos futuros

Este trabalho faz as seguintes recomendações para estudos futuros envolvendo a temática aqui estudada:

A metodologia empregada nesse trabalho fez uso de softwares comuns em trabalhos de geoprocessamento e análises estatísticas. Para se conseguir dar prosseguimento ao trabalho, bem como uma maior confiabilidade aos resultados obtidos, faz-se necessário que haja um conhecimento mínimo acerca do funcionamento desses softwares. Isso possibilitará a utilização de diferentes softwares intercalando suas funções.

A análise quantitativa dos dados pode ser enriquecida através da utilização de dados provenientes de diferentes pesquisas, enriquecendo o conhecimento acerca da espacialização dos problemas sociais encontrados nas cidades brasileiras.

Pode-se dar um caráter qualitativo aos estudos sobre exclusão social, através, dentre outros, da formação de dados através de entrevistas realizadas com a população estudada.

Espera-se que o trabalho apresentado sirva como inspiração para a utilização de metodologias de análise espacial semelhantes, que sirvam como ferramenta tanto para o poder público, através do apontamento das áreas prioritárias para receberem políticas de inclusão, como para os profissionais de planejamento urbano, através da produção de conhecimento acerca da reprodução dos problemas sociais nas cidades e suas inter-relações.

6.4 Conclusões

Os trabalhos de Pochmann e Amorim (2003) analisaram cada cidade do país como uma unidade de estudo, o que tornou impossível a captação da heterogeneidade presente no espaço urbano. Este trabalho adaptou a análise para o setor censitário, o que possibilitou demonstrar o quão heterogêneo é o interior das as cidades em relação a quem está -dentro e quem está -fora (BEHRMAN, GAVIRIA e SZÉKELY, 2003).

dados mostrou que as capitais nordestinas apresentam um elevado grau de desigualdade que não se revela somente na dimensão econômica, mas está presente em relação aos acessos aos serviços públicos, moradia digna e educação.

Ribeiro (2003) afirma que as grandes metrópoles concentram um número maior de indivíduos em situação de pobreza. No entanto, este trabalho verificou que apesar dessa afirmação ser verdadeira, tal problema se apresenta de forma mais acentuada nas capitais regionais, onde os décimos mais pobres dentre a população são encontrados.

A camada com menor rendimento nominal mensal acaba se confundindo com a camada mais excluída da população, uma vez que o rendimento se mostrou um fator determinante entre quem detém as melhores condições de educação, habitabilidade e serviços públicos, o que acarreta uma melhor condição também de higiene e saúde.

A análise da exclusão social composta revelou que uma grande parcela das áreas urbanas das cidades em estudo encontram-se em pior situação quanto ao índice, chegando esse número a ser maior nas capitais metropolitanas (aproximadamente 90% dos setores censitários) do que nas capitais regionais (aproximadamente 80% dos setores censitários).

A espacialização do índice de exclusão social nas capitais nordestinas aponta para uma tendência a concentração dos incluídos em pequenos bolsões na malha urbana, as ilhas de inclusão (POCHMANN e AMORIM, 2003).

Diante disso, este trabalho conclui que, quase que independente de sua área, população ou riqueza, as capitais nordestinas apresentam um elevado número de setores censitários considerados como em situação de exclusão social, com deficiência na educação, serviços públicos e, detentoras de uma parcela mínima de todo o rendimento mensal distribuído nas cidades. Em contrapartida, a heterogeneidade interna das cidades obedece a um padrão encontrado nas seis capitais em estudo, marcado principalmente pela comprovação da existência de pequenos bolsões de inclusão social que concentram uma parcela desproporcional de todas as riquezas e melhores condições de serviços públicos.

REFERÊNCIAS

ACIOLY, C. DAVIDSON, F. **Densidade Urbana: um instrumento de planejamento e gestão urbana.** Trad. Cláudio Acioly. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

ALENCAR, A. P. C. de. **A expressão das desigualdades urbanas: análise espacial da distribuição da infra-estrutura na cidade de Maceió, Alagoas.** Dissertação de mestrado, Maceió, 2007.

BARROS, R. P. de, HENRIQUES, R; MENDONÇA, R. **A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil.** São Paulo: IPEA, 2001.

BEHRMAN, J; GAVIRIA, A; e SZÉKELY, M. **Who's in and who's out. Social exclusion in Latin America.** Washington, Interamerican Development Bank, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 16. edição, São Paulo, Ed. Rideel, 2010.

BURCHARDT, T. "Social exclusion: concepts and evidence", In: GORDON, D. & TOWNSEND, P. (Eds.) **Breadline Europe: the measure of poverty.** Bristol, U.K: The Policy Press, 2000.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana.** Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. Edição brasileira. 1. Edição de 1974, 2000.

COSTA, A. B. **Exclusões sociais.** Lisboa: Gradiva, 2001.

SCOREL, S. **Vidas ao léu: trajetórias da exclusão social.** Ed. FIOCRUZ. RJ, 1999.

FASSIN, D. **Marginalidad et marginados. La construction de la pauvreté urbaine em Amérique Latine.** In: PAUGAM, S., op. cit, 1996.

FREIRE, P.. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GORDILHO-SOUZA, A. **Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX.** EDUFBA, Salvador, 2000.

GROSTEIN, M. D. **Metrópole e expansão urbana: a persistência de processos "insustentáveis"**. Perspectiva, São Paulo, 2001.

HARVEY, D. **Social justice and the city**. Johns Hopkins University Press, 1973.

HILLS, J; LEGRAND, J; PIACHAUD, D. **Understanding social exclusion**. Oxford University Press, Oxford, 2002.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Demográfico 2000**. 2000. CD-ROM.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Perfil das despesas no Brasil - indicadores selecionados, 2007**. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=961>
> Acessado em: 11/11/2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ó IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007**. 2008. Disponível em <<ftp://geoftp.ibge.gov.br/Regic/regic.zip>> Acessado em 10/11/2010.

JANNUZZI, P. de M. **Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais**. Campinas. Inédito: Ed. Do autor, 2002.

JANUZZI, P. de M. **Indicadores Sociais e as Políticas Públicas no Brasil**. Revista Com Ciência nº 96 (Mar/2008). Disponível em:

<<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=33&id=386>> acessado em: 13/12/2010

JENKS, C. **Rethinking social policy: race, poverty and the underclass**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1992.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de janeiro, Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, L. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

...ion? In: GORDON, D & TOWNSEND, P. (Eds.).
...poverty. Bristol, U.K: The Policy Press, 2000.

LIMA, J. P. L. **Traços gerais do desenvolvimento recente da economia do Nordeste.**
Recife: PIMES/UFPE, 2003.

MAGALHÃES, J. C. R; MIRANDA, R. B. **Dinâmica da renda Per Capita, longevidade e
educação nos municípios brasileiros.** IIPEA/DIRUR II Universidade Católica de Brasília e
IPEA/DIRUR, 2009.

MARICATO, E. **A produção capitalista da casa e da cidade.** São Paulo: Alfa Ômega, 1979.

MARICATO, E. **Dimensões da tragédia urbana,** 2002. Disponível em:< [www. com.
ciencia. br.](http://www.ciencia.br)>- Acessado em 15/03/2010.

MARICATO, M. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras.**
São Paulo Perspectiva, 2000.

MARTINS, J. de S. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e
classes sociais.** Ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2008.

MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS. G. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas.**
São Paulo: Atlas, 2007.

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro.** 20. ed. São Paulo: Malheiros, 1995.

MOURA, A., C., M. **Geoprocessamento na gestão e planejamento urbano.** Belo
Horizonte: Ed. Da autora, 2003.

MUMFORD, L. **The highway and the city.** Ed. New American Library, New York , 1964.

MYRDAL, G. **Challenge to Affluence.** New York: Pantheon, 1962.

F. A. M. **Habitação e exclusão social: um estudo sobre a espacialização da pobreza em Maceió.** Relatório final de pesquisa PIBIC/CNPq 2003 ó 2004, Maceió, 2004.

NASCIMENTO, G. A. do; De SOUZA, F. A. M. **Indicadores de exclusão habitacional: um estudo sobre a espacialização da pobreza em Palmeira dos Índios, Penedo, Rio Largo e União dos Palmares.** Relatório Final de Pesquisa. PIBIC 2005/2006. Maceió, 2006.

Natalsite.com. **Curiosidades sobre Natal**, 2008. Disponível em:
<<http://www.natalsite.com/natal-rn/natal/curiosidades-sobre-natal/>>. Acessado em:
30/04/2010.

NUSSBAUM, M.; SEN, A. **La calidad de vida (Introdução).** México: Fondo de Cultura Económica; The United Nations University, 1998.

ODEBRECHT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, 2008. Disponível em
<<http://www.aeerj.com.br/arq/encarte/enc-397.pdf>> Acessado em: 09/08/2010.

OLIVEIRA, L. Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. In:
Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: Anpocs, ano 12, nº 33, 1997.

ONU. **The Human Development Index - going beyond income. United Nations Development Program.** 2001. Disponível em:<http://hdrstats.undp.org/countries/country_fact_sheets/cty_fs_BRA.html>. Acessado em: 06/05/2010.

PAOLI, M. C. P. M.. **Desenvolvimento e marginalidade: um estudo de caso.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1974.

PEREIRA, L. Populações "marginais" in: **Estudos sobre o Brasil contemporâneo.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1984.

PERRET, B; ROUSTANG, G; **L'Économie contre la société, affronter la crise de l'intégration sociale et culturelle.** Paris, Seuil, 1993.

PINHEIRO, E. P. **França, Europa e Bahia- difusão e adaptação de modelos urbanos,** EDUFBA, Salvador, 2002.

bras. Est. pedag., Brasília, 2000.

PNUD. **Contrastes do Brasil no RDH 2003. Relatório do Desenvolvimento Humano 2003.** PNUD, 2003. Disponível em:

<<http://www.undp.org.br/HDR/HDR2003/docs/Backup%20of%20O%20Brasil%20e%20o%20ORDH%202003.doc>>. Acesso em 20/06/2009.

POCHMANN, M. **Desigualdade e Justiça Tributária.** IPEA, 2008.

POCHMANN, M; AMORIM, R. **Atlas da exclusão social no Brasil.** 2. Edição, São Paulo, Editora Cortez, 2003.

PONTES, F; SCHMIDT, S. **A invasão silenciosa das favelas** (em português). Disponível <<http://hps.infolink.com.br/peco/cb010128.htm>> Acessado em 06/01/2011.

RATTNER, H. **Indicadores sociais e planificação do desenvolvimento.** Trabalho apresentado originalmente na 28. Reunião Anual da SBPC e publicado na Revista Brasileira de Planejamento do Instituto Brasileiro de Planejamento, maio-junho 1977.

REIS, E. M. P; SCHWARTZMAN, S. Pobreza e exclusão social - aspectos sócio-políticos. In: **As Causas da Pobreza.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

RIBEIRO, L. C. de Q. et al. **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito.** São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo. Rio de Janeiro, FASE ó Federação de Órgão para Assistência Social e Educacional, 2004.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1987.

SAULE Jr., N; CARDOSO, P. de M.. **O direito a moradia no Brasil.** São Paulo, Instituto Pólis, 2005.

SAULE JÚNIOR, N. **Direito à cidade.** Trilhas legais para o direito às cidades sustentáveis. São Paulo: Max Limonad, 1999.

que não temos. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.

e transição democrática. (In). COVRE, M. A cidadania

SCHNAPPER, D. **Intégration et exclusion dans les sociétés modernes**, in: PAUGAM, S., op.cit, 1996.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1980

SPOSATI, A. (Coord.). **Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo**. São Paulo: Educ, 1997.

SPOSATI, A. **Assistência na trajetória das Políticas sociais brasileiras**. São Paulo, Ed. Cortez, 1987.

SPOSATI, A. et. al. **Mapa da exclusão social da cidade de São Paulo ó 2000: Dinâmica social dos anos 90**. Disponível em: <<http://www.geopro.br/exclusao>>. Acessado em: 05/02/2010.

SPOSATI, A. Exclusão Social abaixo da linha do Equador. In: VERAS, M. P. (org.) **Por uma sociologia da exclusão social - o debate com Serge Paugam**. São Paulo: EDUC, 1999.

TORRES, H. da G; FERREIRA, M. P; DINI, N. P. **Indicadores sociais: por que construir novos indicadores como o IPRS**. São Paulo em Perspectiva, 2003.

XAVIER, H. N. **Questões urbanas e questões ambientais**. *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro: IBAM, 1992.

XIBERRAS, M. **As teorias da Exclusão: para uma construção do imaginário do desvio**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

YIN. R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.